

M.R.E. Biblioteca



resenha

de política exterior do brasil

número 19, outubro, novembro e dezembro de 1978

1. giscard d'estaing em brasília reforça entendimento brasil-frança
2. troca de notas sobre a lagoa mirim e o projeto jaguarão
3. v reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica
4. comissão brasil-rfa de cooperação científica e tecnológica
5. presidente geisel fala à nação no fim do ano
6. silveira analisa a intensa atividade diplomática brasileira

ministério das relações exteriores

M.R.E. Biblioteca



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

síntese

1. Durante o jantar oferecido ao Presidente da República Francesa, Valéry Giscard d'Estaing, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 4 de outubro de 1978, o Presidente Ernesto Geisel afirma que "a admiração recíproca entre o Brasil e a França impulsiona a busca de novos caminhos de cooperação". O Presidente brasileiro diz, ainda, que os contatos periódicos dos dirigentes das duas Nações têm demonstrado existirem condições para que as relações políticas entre elas se desenvolvam plenamente, "sem inibições injustificáveis, de modo a alcançarem a densidade que já possuem nossas relações econômicas". Em resposta, o Presidente francês ressalta que "à medida que cresce o papel do Brasil no cenário internacional e que se afirma a originalidade de suas posições, constatamos que a esfera de nossos interesses comuns vai se alargando, e que a combinação regular de nossas políticas é cada vez mais desejável". Giscard d'Estaing esteve no Brasil, a convite do Governo brasileiro, no período de 4 a 7 de outubro de 1978. Em Brasília, o Presidente francês e sua comitiva cumpriram intenso programa que incluiu visita ao Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal, além das aprofundadas e amistosas conversações que o mandatário francês manteve com o Presidente Geisel sobre o progressivo desenvolvimento das relações e da cooperação entre os dois países, bem como sobre as principais questões da atualidade internacional. Ao deixar Brasília, depois de participar da solenidade de assinatura de alguns acordos entre o Brasil e a França, o Presidente Giscard d'Estaing seguiu viagem para São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus, onde foi recebido pelos

Governadores dos respectivos Estados. De regresso à França, o Presidente francês envia mensagem de agradecimento ao Chefe da Nação brasileira pela hospitalidade e acolhida reafirmando sua convicção de que "as relações franco-brasileiras adquirem a continuidade, as dimensões e o ritmo que respondem aos sentimentos de nossos dois povos, e a excelente identidade diante dos problemas que se colocam ao mundo de nossa época". Páginas 7, 101, 117 e 127.

2. Por ocasião da solenidade de troca de Notas entre o Brasil e o Uruguai, realizada em Montevidéu no dia 7 de dezembro de 1978, estabelecendo mecanismos operativos no âmbito do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, o Chanceler Azeredo da Silveira assinala que "os documentos que acabamos de assinar e as deliberações que adotamos atestam, de maneira eloqüente, a decisão política de nossos Governos de implementar, com a possível rapidez, aquele instrumento dentro do espírito que sempre norteou nossas relações e que se viu consagrado no Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio celebrado em 12 de junho de 1975". Na mesma data, o Governo uruguaio, através do discurso feito pelo Ministro das Relações Exteriores daquele país, Adolfo Folle Martínez, destaca que o marco jurídico, traçado pelo Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e pelo Protocolo do Rio Jaguarão, assim como o Estatuto da Comissão Mista Uruguaio-Brasileira para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e o ato concretizado naquele instante, "é obra da vontade expressa de duas nações que fazem de sua vizinhança a vocação e ocasião para o trabalho solidário". O Chanceler Martínez diz também que o

aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento integral são dois instrumentos fundamentais "na construção do bem-estar de dois povos aos quais a geografia, a história e mesma raiz cultural tornaram irmãos". A assinatura das Notas entre o Brasil e o Uruguai foi efetivada no Palácio Santos e em atendimento à sugestão feita pelo Governo daquele país constituiu-se um grupo binacional para estudar o financiamento do projeto Jaguarão na parte correspondente ao Uruguai e ainda por troca de Notas foram indicadas as entidades executivas de ambos os países que, de acordo com o previsto no Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e atos complementares, deverão realizar as obras comuns do Projeto Jaguarão. Páginas **31, 106 e 118**.

3. A V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, ocorrida em Brasília nos dias 30 e 31 de outubro de 1978, propiciou a brasileiros e alemães, que dela participaram, uma troca de informações sobre o desenvolvimento econômico de ambos os países. Durante os trabalhos que se seguiram foi debatido amplamente o estímulo das exportações brasileiras para a República Federal Alemã. Criou-se também um grupo de trabalho destinado a examinar, tendo por base os produtos apresentados pela parte alemã, os setores agrícolas e industriais possibilitando a expansão das exportações do Brasil. Na abertura da Reunião, no Palácio Itamaraty, o Ministro Azeredo da Silveira demonstra imensa satisfação pelo evento e declara que "o modelo de cooperação entre a República Federal da Alemanha e o Brasil foi muito útil ao meu país". Ele afirma que na tarefa de aproximação com a Europa Ocidental, "esse modelo nos permitiu criar, também com outros países da Europa Ocidental, um relacionamento mais íntimo". Em seu discurso, Silveira enfatiza que o Brasil, bem como a Europa Ocidental, acredita que sua participação no Ocidente "é uma participação caracterizada". O Brasil, segundo o Ministro brasileiro "acredita que os países da Europa Ocidental devem cada vez mais, individualmente, dar uma contribuição política, inclusive na compreensão dos interesses globais do Ocidente". Azeredo da Silveira ressalva que é também o que o Brasil pretende

fazer, apesar dos meios brasileiros serem muito menores. Páginas **35 e 118**.

4. O Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Dário Moreira de Castro Alves, ao abrir os trabalhos da VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de outubro de 1978, ressalta o nono ano de "uma intensa e proveitosa cooperação" entre o Brasil e a Alemanha e menciona os dez diferentes convênios assinados entre os dois países, abrangendo áreas de grande importância no campo da ciência e da tecnologia. Ele observa que o potencial da cooperação científico-tecnológica entre brasileiros e alemães "está longe de ter sido esgotado e está a requerer esforços adicionais no sentido de identificar e viabilizar novas áreas de cooperação". A VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica verifica que na área científico-tecnológica, de cooperação entre Brasil e Alemanha, existem vários projetos em andamento, os quais dizem respeito a trabalhos de investigação básica e aplicada em Universidades e Institutos de Pesquisas. Durante a reunião, foram ainda propostos alguns projetos novos visando a realização de pesquisa conjunta no campo da ecologia, da energia solar, da agricultura, da meteorologia no Nordeste, de aplicações de processamento de dados e de biotecnologia. Páginas **37 e 119**.

5. Ao falar à Nação brasileira dois dias antes de encerrar-se 1978, o Presidente Ernesto Geisel faz uma retrospectiva das atividades do seu Governo no decorrer desse ano. Em sua mensagem, a última dirigida ao país no exercício de suas funções, Geisel salienta que, "durante 1978, conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países". O Presidente chama a atenção para a ordem interna que prevaleceu no país, bem como sublinha o bom relacionamento com o exterior e o moderado mas efetivo progresso econômico e social, além do avanço marcante na área do desenvolvimento

político. Ao mencionar a ação exercida pelo Itamaraty no exterior ele a classifica como "muito dinâmica" não somente nas organizações que integramos como no quadro das relações bilaterais com numerosos países.

Em seu discurso Ernesto Geisel relembra as visitas que o Brasil recebeu dos Presidentes dos Estados Unidos da América, de Portugal, França e Uruguai e do Príncipe Herdeiro do Japão, sem esquecer das viagens que o Governo brasileiro fez ao México, Uruguai e República Federativa da Alemanha em retribuição às visitas recebidas anteriormente por parte desses países. No setor de acordos internacionais, Geisel dá ênfase ao êxito das negociações que levaram à assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica "com a participação e o consenso de todos os países integrantes desta vasta região que, só a partir de agora, está despertando para o desenvolvimento". O Chefe da Nação diz também que o quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. "Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1972". Segundo o Presidente brasileiro, "os últimos cinco anos representaram, na verdade, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil

de que se tem registrado desde a Segunda Guerra". Página 39.

6. Em 21 de dezembro de 1978, ao receber os cumprimentos de Natal dos funcionários do Itamaraty, o Chanceler Azeredo da Silveira agradece as palavras que lhe foram dirigidas inicialmente pelo Secretário-Geral do Ministério, Embaixador Dário de Castro Alves, e assinala a sua honra por ter participado do Governo do Presidente Ernesto Geisel, que, conforme suas palavras, "teve méritos notáveis". Silveira afirma que, assim, "ninguém poderá esquecer, no futuro, o compromisso do Presidente com a distensão interna e com a democratização". Outro ponto destacado pelo Ministro "foi a forma criativa com que o Governo enfrentou a crise energética". Azeredo da Silveira menciona também o aspecto da política exterior como sendo uma das realizações deste Governo, "pois os senhores conhecem perfeitamente minhas reflexões e os meus planos globais desde o início. Esses planos, aprovados pelo Presidente antes de minha posse no Ministério, e sobre os quais não conversei senão com o Presidente singularmente, só foram compartilhados com esta Casa, com todos os senhores".
Página 43.

giscard d'estaing em brasília reforça entendimento brasil-frança

Discursos dos Presidentes Ernesto Geisel e Valéry Giscard d'Estaing, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 4 de outubro de 1978, durante o jantar oferecido pelo Chefe de Estado brasileiro ao Presidente da República Francesa.

ERNESTO GEISEL

Excelentíssimo Senhor
Presidente Valéry Giscard d'Estaing,

É com especial satisfação que o Brasil recebe a visita de Vossa Excelência, da Senhora Giscard d'Estaing e da importante comitiva que os acompanha. Na pessoa de Vossa Excelência, o Governo e o povo brasileiros acolhem a França, país ao qual estamos ligados por tradicional amizade e importantes laços culturais. O Brasil e a França partilham do modo de ser, aspirações e ideais da civilização ocidental e a seu fortalecimento prestam, permanentemente, contribuição positiva e dinâmica.

A França é uma sociedade que soube organizar-se para realizar seu destino nacional. Suas mais puras tradições e qualidades mais admiráveis acham-se mobilizadas em defesa da liberdade, da justiça e do desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Valores esses que caracterizam a França como uma comunidade de homens livres e responsáveis e fazem-na merecedora da admiração e respeito universais.

Durante o Governo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, pode a França reafirmar seu papel histórico e projetar, internacionalmente, imagem

renovada e atuante. A lucidez política e o espírito de liderança criativa, invariavelmente demonstrados por Vossa Excelência, impulsionam seu país a alcançar novos e mais altos níveis de realização política, econômica e social e a progredir na rota da participação e da comunicação.

a presença cultural da França no Brasil

Graças a uma notável capacidade de irradiação, a inteligência e o espírito franceses ultrapassam o quadro do Ocidente e servem ao progresso espiritual e material de toda a humanidade. Nas Américas e em particular no Brasil, a presença cultural da França é uma realidade que nos é especialmente grata, não só pelo que representa na evolução de nossas Letras, Artes e Ciências, mas também por sua extraordinária contribuição ao desenvolvimento político, desde os tempos em que, neste Continente, lutávamos pela independência.

Senhor Presidente,

A comunidade internacional não encontrará estabilidade e paz sem que haja justiça e prosperidade. Os grandes problemas internacionais de nossos dias atraem, por sua gravidade e ampli-

tude, atenção crescente por parte de todos os Governos. Na medida em que as antigas dicotomias são ultrapassadas, criam-se novos espaços para a diplomacia e as formas de convivência entre os Estados tornam-se mais variadas.

Nesse quadro, vejo, como uma das principais missões de nossos países, a de contribuir para a fluidez da vida internacional, com a utilização flexível e oportuna de nossas respectivas capacidades de ação política e a criação de mecanismos modernos e eficazes de cooperação, em todos os campos.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, formulou essas verdades em palavras muito positivas que peço permissão para, nesta oportunidade, rememorar. Disse Vossa Excelência: "Ao invés de ceder à tentação e aos riscos da confrontação, a França busca o caminho do diálogo..."

A preferência pelo concertamento não é uma atitude de circunstância, pois exprime nossa convicção permanente de que as soluções dos grandes problemas relativos ao desenvolvimento econômico ou à segurança do mundo não mais podem ser procuradas no quadro exclusivamente nacional, nem mesmo regional, mas interessam, progressivamente, à totalidade da comunidade mundial.

Maior compatibilidade não poderia haver quanto à maneira pela qual tanto o Brasil como a França encaram a magna questão da cooperação para a paz, segurança e desenvolvimento. Estou convencido de que todos os Estados devem participar, equitativamente, no processo decisivo dos problemas que afetem vitalmente seus destinos. A busca da paz e do desenvolvimento tem caráter verdadeiramente mundial e exige de todos os países uma atitude interessada, participante e aberta à cooperação internacional. E esse tem sido, reconheço com satisfação, o sentido da atuação internacional da França, sob a liderança esclarecida de Vossa Excelência.

prosperidade parcial deve ser substituída por uma realidade nova

No entanto, em que pese a contribuição positiva do Governo francês, ainda não se formou, no plano mundial, uma adequada consciência da ur-

gência e gravidade das questões complexas do desenvolvimento. Mas esperamos que o progresso dos países em desenvolvimento venha a permitir a superação gradativa da atual situação de prosperidade parcial, que marginaliza a maior parte da humanidade, e sua substituição por uma realidade nova, mais equitativa. O desenvolvimento desses países não acarretará o empobrecimento do mundo industrializado; ao contrário, propiciará melhores condições para um progresso verdadeiramente harmônico e universal.

O Brasil tem presente as limitações que a atualidade internacional impõe a seus esforços. Sem nos fazerem esmorecer, tais obstáculos redobram nosso empenho na tarefa do desenvolvimento nacional, exigindo, contudo, sacrifícios acrescidos de nosso povo. Sabemos que no mundo, tal como hoje se apresenta, uma das primeiras obrigações de um país é desenvolver-se. Não existe independência, nem interdependência, na pobreza.

dos países industrializados, esperamos uma visão de longo alcance que facilite o amadurecimento da vontade política necessária às reformas do sistema econômico internacional. Não pretende o Brasil sejam destruídas estruturas existentes, mas deseja a eliminação dos obstáculos e artifícios que levam à perpetuação das atuais desigualdades econômicas. Não creio se possam adiar indefinidamente os reajustamentos internos e externos que, na realidade, beneficiariam a todos, inclusive os próprios países industrializados.

Noto com interesse, nesse contexto, a política desenvolvida pelo Governo de Vossa Excelência ao incentivar a renovação e o poder de competição da indústria francesa. Importante é que os produtos manufaturados, que os países em desenvolvimento começam a exportar, tenham acesso também ao mercado do mundo industrializado. O problema do protecionismo precisa ser enfrentado, pois sua manutenção, em prejuízo da reforma das estruturas de produção, penaliza injustamente produtores mais eficientes e expõe os consumidores a preços desnecessariamente altos.

ao brasil não interessam confrontações formais

Uma ordem econômica internacional mais justa

responde, antes de tudo, aos interesses dos países ocidentais, sendo condicionante mesmo de sua solidariedade. Nossa proposta tem em vista a construção de um mundo de paz e de segurança. Não nos interessam confrontações formais. Queremos negociar e convencer. Trabalharemos, juntamente com os países desenvolvidos, em prol de concepções políticas corajosas que se ajustem a nossos ideais comuns e que, ao invés de marginalizar, integrem número crescente de nações num sistema internacional compatível com a própria soberania.

O Brasil confia no valor de sua nacionalidade. A história brasileira demonstra o apego do povo a sua terra e ao direito de decidir, com autonomia, de seu destino. Ideais do sentimento nacional brasileiro são a liberdade, a soberania e o desenvolvimento. Os franceses, melhor que ninguém, conhecem o valor desses ideais. Por outro lado, o Brasil equaciona seus problemas sem posições emocionais e sem cair no engano do isolamento ou da autarcia. O povo brasileiro escolheu esse caminho — e, para nós, é motivo de satisfação que a opção do Brasil seja plenamente compatível com os princípios basilares da tradição política francesa.

Temos também nossas aspirações — não simples ilusões que enganam, mas antevisão do possível, que se nutre, este, de ideais, mas se realiza através de esforços próprios. Nossos são também os valores do Ocidente; seus princípios servem de fundamento à nossa História e à nossa vida. Desejamos pertencer a uma comunidade de nações que se estruture em função desses valores e princípios, uma comunidade de países livres e soberanos, que busque sua unidade na própria diversidade entre as nações, que se fortifique no respeito mútuo e no exercício consciente da soberania e das responsabilidades de cada uma delas.

Temos fé em que a melhor forma de construir a comunidade ocidental é legitimar os interesses e as particularidades de cada país.

Em nossos dias, o Ocidente perdeu sua acepção originalmente apenas geográfica, para ganhar os contornos que acabo de descrever. Considero essa tendência como uma das perspectivas mais animadoras do mundo contemporâneo. Na medida em que consigamos oferecer, a todos os po-

vos, a opção ocidental, estaremos construindo uma sociedade internacional aberta ao pluralismo, liberta dos imperialismos e das hegemonias, uma sociedade na qual divisões e discordâncias não representem enfraquecimento, mas vitalidade, e sejam encaradas como manifestações naturais de cada país ao afirmar seu próprio caráter nacional.

Senhor Presidente,

Recordo-me, com particular satisfação, de minha estada na França, em abril de 1976. Tivemos, então, a oportunidade de retomar o diálogo entre nossos países, de estimulá-lo e fortalecê-lo. Verifico que, nos últimos dois anos, se ampliou e aprofundou a cooperação franco-brasileira no domínio econômico. Importantes projetos encontram-se em vias de realização; ainda recentemente, no quadro da Grande Comissão, reuniu-se a Comissão Econômica Franco-Brasileira de Indústria e Comércio para conversações positivas, que contribuíram para a adequada preparação do temário da visita de Vossa Excelência.

admiração recíproca entre brasil e França

A admiração recíproca entre Brasil e a França impulsiona a busca de novos caminhos de cooperação. Acumulam-se condições para que o relacionamento entre os dois países ingresse em etapas mais ambiciosas.

Os contatos periódicos dos dirigentes têm demonstrado existirem condições para que as relações políticas entre o Brasil e a França se desenvolvam plenamente, sem inibições injustificáveis, de modo a alcançarem a densidade que já possuem nossas relações econômicas.

O mundo que se desenha no futuro impõe-nos essa aproximação. Missão dos homens de Estado é, sem dúvida, antecipar-se aos fatos, poupando a seus povos o desgaste das soluções adiadas.

O Brasil vê a França, de hoje e de amanhã, como um de seus principais parceiros, nos planos político, econômico e tecnológico. Nosso relacionamento já constitui verdadeiro exemplo de como podem ser as relações entre um país desenvolvido do Hemisfério Norte e um país em desen-

volvimento da América do Sul; com respeito mútuo e ampla reciprocidade de vantagens, postulados em torno dos quais amadurecem o entendimento e a cooperação.

A Humanidade aproxima-se de um período de mudanças significativas em seus rumos. Não é apenas o Estado, como há duzentos anos que se sente necessitado de renovação. Desta feita, é a própria sociedade das nações que precisa questionar-se sobre seu sentido e sua função, para abandonar privilégios, situações de força e fórmulas sem eficácia. O universo de coincidências que nos une propiciará, para o Brasil e a França, uma seara fecunda.

Para nós, brasileiros, a fidelidade da França e seus grandes ideais e a vocação universal que os mesmos espelham são a melhor garantia de que marcharemos juntos na promoção dos mais altos valores humanos.

Convido os presentes a erguerem comigo suas taças à grandeza e ao progresso da França, à perenidade dos laços que a une ao nosso país e à saúde e felicidade pessoal do Presidente e da Senhora Valéry Giscard d'Estaing.

VALÉRY GISCARD D'ESTAING

Senhor Presidente,

Deixe-me dizer-lhe quanto as palavras que acaba de pronunciar me sensibilizaram e quanto nos alegramos, a Senhora Giscard d'Estaing e eu, de sermos durante alguns dias os hóspedes do Governo e do povo brasileiro.

Sua visita à França, Senhor Presidente, foi um marco, há dois anos, na história dos dois países: Vossa Excelência foi o primeiro Chefe de Estado brasileiro acolhido oficialmente entre nós.

Vejo, em nossos dois encontros, com dois anos de intervalo, o indício de que as relações franco-brasileiras entraram na era de uma estreita cooperação. Na verdade o contato sempre existiu entre nossos dois países. Nossos povos experimentavam, um pelo outro, estima e simpatia, nossas elites se conheciam, se encontravam e se apreciavam. Mas, até uma data recente, nossos governos não se davam uma atenção suficiente.

relações modernas entre brasil e França

Queremos, de ora em diante, estabelecer entre nós, relações modernas, estreitas e confiantes que correspondem ao que é o Brasil, e ao que é a França de hoje.

O Brasil de hoje é aquele que sua capital retrata de uma maneira tão impressionante. Ao descobri-la das alturas, semelhante um imenso pássaro com as asas abertas, destacando-se sobre a nudez do Planalto, vê-se nela o símbolo do progresso de seu país. Sua avenida com amplas perspectivas, sua arquitetura, que ontem parecia revolucionária e amanhã será clássica, à busca de seu acabamento, exprimem uma vontade, um arrojo, um otimismo que são aqueles do Brasil moderno: uma cidade, um país que delineiam em seu solo o traço audacioso do seu futuro, uma espécie de antiarqueologia, como se houvesse nas duas extremidades da história da humanidade, as cidades mortas e as cidades a nascer.

Brasília não é o único exemplo da vitalidade do Brasil contemporâneo. Os arranha-céus e a atividade febril de São Paulo, as gigantescas barragens que captam a energia de seus rios, as estradas que penetram sem cessar na densidade da floresta amazônica testemunham que seu país entrou na era industrial moderna.

As bases de sua economia alargaram-se, diversificaram-se e se consolidaram. Fundada, sucessivamente, no decorrer dos três últimos séculos, sobre o açúcar, a borracha e o café, a fortuna do Brasil reside hoje, tanto em suas usinas, suas universidades e seus laboratórios, quanto em suas plantações e suas minas. Seu país se encontra na situação excepcional de chegar ao equilíbrio e à maturidade, sem ter perdido o dinamismo da juventude.

Se os brasileiros podem se sentir orgulhosos do que realizaram no decorrer dos vinte últimos anos e, em particular, sob o seu mandato, Senhor Presidente, é porque seu êxito não é apenas material. Ao fazer recuar o subdesenvolvimento, ao sobrepujar as barreiras das distâncias, os brasileiros demonstraram que não existe fatalidade que a vontade dos homens não possa dominar e devolveram a esperança à metade de um continente.

Eis porque a Nação brasileira que nos acolhe é uma nação segura de si e confiante no seu futuro. Eis porque pretende a justo título estar presente no cenário mundial e nele ter um papel à medida de suas capacidades.

O que vim dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, minhas Senhoras, meus Senhores, é que a França se felicita com isto, pelos senhores, por nós e pelo mundo.

dois países voltados para o futuro

Como o Brasil, a França voltou-se decididamente para o futuro. Sem dúvida, não tem, como aqui, imensos espaços a desbravar e enormes recursos naturais a valorizar. Mas o progresso da ciência e das técnicas oferece felizmente aos homens do nosso tempo outras fronteiras a expandir além das da geografia. A França que lhes visita hoje permanece seguramente a dos perfumes, da moda e dos bons vinhos. Ela permanecerá o país da cultura e da doçura de viver. Mas ela é também a França do Concorde e do Airbus, do automóvel, do computador e dos lançadores de satélites. Ela está, enfim, entre os três países do mundo que garantem todas as tecnologias do ciclo nuclear, do combustível ao reprocessamento.

Como o Brasil, enfim, a França é animada por uma grande ambição de dimensões continentais. Aqui, esta ambição se realiza no interior de seu território. Para nós ela passa pelo esforço obstinado e metódico que fazemos juntamente com nossos parceiros do Mercado Comum para organizar a Europa.

Nossas atividades não derivam tão somente de um mesmo espírito: aproximam-nos. Com efeito, na medida em que a sua economia se desenvolve e se diversifica, descobrimos que nossas economias se complementam sob vários prismas e que as oportunidades de cooperação multiplicam-se entre nós. Além do mais, à medida que cresce o papel do Brasil no cenário internacional e que se afirma a originalidade de suas posições, constatamos que a esfera de nossos interesses comuns vai se alargando, e que a combinação regular de nossas políticas é cada vez mais desejável. A medida, enfim, que nossos contatos tornam-se mais freqüentes e mais estreitos, medi-

mos melhor até que ponto é natural e profunda a solidariedade de nossos países diante dos grandes problemas do nosso tempo.

No mundo de hoje, nenhuma nação poderia seguir um destino solitário. Cada uma deve trazer seu concurso à paz e à prosperidade de todos, caso delas queiram se beneficiar.

Herdeiros da mesma cultura, presos aos mesmos valores de independência para as nações e de dignidade para os homens, liberais e latinos, os brasileiros e os franceses estão, cada vez mais em condições de contribuir para tudo isto pelo fato de se encontrarem, de certa maneira, na confluência de dois mundos. O Brasil porque se sente solidário com o Terceiro Mundo, se bem que esteja, no que lhe concerne, em vias de superar suas dificuldades; a França porque pertence ao grupo de países industrializados tendo, entretanto, conservado entre os países do Terceiro Mundo, amizades fiéis, permanecendo aberta às suas preocupações.

Penso em particular na África, que numerosas afinidades culturais e históricas unem aos nossos dois países. Face às dificuldades do presente e às incertezas do futuro, a França e o Brasil, abertos mais do que ninguém ao entendimento entre as raças e ao diálogo das culturas, podem constituir fatores decisivos de equilíbrio e progresso.

Penso de modo mais geral, às grandes tarefas que se impõem caso queiramos construir um mundo mais seguro, mais justo e mais pacífico.

cultura, história e amizade aproximam brasileiros e franceses

Senhor Presidente, a França e o Brasil sempre se encontraram próximos pela cultura, história e amizade. São, no sentido simples e comumente da palavra, países amigos. Eles têm hoje a possibilidade de sê-lo mais ainda através do diálogo e da cooperação.

Estou certo de que minha visita nos permitirá medir essas possibilidades, e nos fornecerá a oportunidade de tirarmos as conseqüências práticas quanto às relações dos nossos dois países e dos nossos dois Governos. Nós estaremos atentos,

tanto um quanto o outro, e nossos sucessores depois de nós, para que o Brasil e a França percorram durante muito tempo um mesmo caminho.

Não gostaria de terminar sem lhes falar, Senhoras e Senhores, sobre o renome que o Presidente Geisel criou no mundo do qual se beneficiou o Brasil. Sua retidão, sua simplicidade, a firmeza de suas convicções e sua abertura sobre as evoluções necessárias, valheram-lhe a estima de outros presidentes, assim como a consideração que

se atribui aos que colocam, o bem-estar, o progresso e a dignidade de seu povo acima de tudo.

É pensando em tudo aquilo que pode trazer aos nossos povos o entendimento entre o Brasil e a França, que os convido, Senhoras e Senhores, a levantar comigo suas taças em honra do Presidente da República Federativa do Brasil e da Senhora Geisel e em honra do grande povo brasileiro ao qual trago a mensagem de amizade e de confiança do povo francês.

presidente da França no congresso nacional: justiça fundamenta nova ordem econômica mundial

Discursos do Senador Jarbas Passarinho, do Deputado PACHECO CHAVES e do Presidente VALÉRY GISCARD D'ESTAING, em Brasília, em 5 de outubro de 1978, durante a sessão solene conjunta do Congresso Nacional em homenagem ao Chefe de Estado francês.

JARBAS PASSARINHO

Era o dia 17 de junho de 1940. Em um pavilhão do Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro, um jovem cadete convalescente ouvia, sem conter as lágrimas que lhe corriam céleres pelo rosto, o noticiário que as radioemissoras transmitiam, dando conta da queda da França, nos campos de batalha, e se referindo, em tom dramático, às palavras de um octogenário que se fizera herói em Verdum, pouco mais de duas décadas antes:

“Faço à França a doação de minha pessoa, para atenuar a sua desgraça. É com o coração partido, que vos digo que é preciso suspender o combate.”

Nenhuma notícia do jovem General De Gaulle e do juramento que fizera a si mesmo, nas planícies do Aisne, de combater enquanto fosse necessário, onde fosse preciso, até que a honra da França estivesse lavada.

À época, a Europa mergulhava na pesada e horrenda noite nazista.

1945. maio, dia 7. Depois de sessenta e oito meses de luta o nazismo agonizava. À mesa da capitulação alemã, em Reims, encarnando o orgulho francês reabilitado, sentava-se, entre os vencedores, o General De Lattre de Tassigny. O tempo fizera a sua obra. As lágrimas haviam secado. No rosto do tenente de Artilharia, destacado em Belém do Pará, resplandecia a mais grata das alegrias. A França enterrara seus mortos, reverenciara seus heróis, reorganizara sua economia e mais uma vez sentava, lado a lado, com aqueles que presidiam os destinos do mundo. Estava lavada a honra da França. Começava uma nova etapa da sua História. Seguir-se-iam os dramas da descolonização, a derrocada dos sonhos imperiais, o fim da IV República e uma profunda transformação de sua estrutura social, econômica e política.

O cadete de 1940, o tenente de 1945 deixara o serviço ativo do Exército Brasileiro, que teve uma única missão militar estrangeira: a que foi inaugurada pelo General Gamelin. Hoje, duas vezes feito Senador pelo povo do Pará, tem a profunda honra de saudar Vossa Excelência, em nome de

seus pares do Senado da República Federativa do Brasil.

Inclino-me diante de Vossa Excelência, Senhor Presidente, em postura ativa de quem saúda sem subalternidade, porque somente o culto, nem servil nem arrogante, pode honrar a quem materializa, na sua autoridade, o Presidente da França, aquele que, ao escrever ele próprio o projeto de desenvolvimento nacional confessou limpidamente:

“Je suis devenu Président de la République Française, titre impressionnant, quand on songe à notre histoire et que je ne trace pas sur le papier sans ressentir une profonde émotion de l’appliquer à moi-même.”

Título impressionante, de veras, porque a ele é pertinente uma cultura milenar, a França da primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França do Código Civil de Napoleão, a França de Diderot e enciclopedistas do século XVIII, a França da grande Revolução que enriqueceu a humanidade com a divisa tão fascinante, quanto ainda inatingida, da “Liberté, Egalité et Fraternité”.

Curvo-me diante da França que, para a minha geração, segundo o pensamento de Thomas Jefferson, foi a segunda pátria, cuja língua aprendíamos, no passado, quase lado a lado com o vernáculo, e em cujo gênio literário fomos buscar, como na mais cristalina das nascentes, a nossa inspiração, enquanto colhíamos em seus pensadores o amor à liberdade e o inconformismo com a submissão.

Dobro-me, enfim, à França que François Mauriac saudou, em 1944, entre inebriado pela libertação recente e ressentido pelos agravos de então, nestes termos sofridos e incisivos:

“Aqueles que esperam tudo de nossa humilhação, e de nossa fadiga infinita, terão de ajuntar, a cada dia, um traço à imagem de nós mesmos, que eles se esforçam por nos impor. A essa caricatura de um país agrícola, atrasado, decrépito, do qual os magnatas dos dois mundos nada mais esperam que os queijos, os vinhos e os modelos de alta costura, infatigavelmente nós lhes lembraremos o que eles fingem ignorar, o que eles têm interesse em esquecer: que a nação francesa tem uma alma.”

Senhor Presidente:

Trinta anos depois, Vossa Excelência retomaria, numa síntese, as palavras de Mauriac, ao afirmar na “Democracia Francesa”:

“A França deixou de ser, no mundo, uma curiosidade arqueológica e gastronômica, para transformar-se num país moderno e respeitado.”

franca acusou um crescimento sem precedentes

Possivelmente, jamais como agora, a História da Humanidade terá registrado uma revolução tão profunda e tão generalizada, na família, na universidade, nas tradições, nos costumes e na Igreja Católica em seu comovedor exame de consciência, durante e após o Concílio Vaticano II. Os valores axiológicos, base de nossa civilização, estilhaçaram-se, diante da crítica que os questionou. Em meio a esse completo **bouleversement** a França acusou um crescimento sem precedentes, no qual a educação em massa, como imperativo democrático e ético, representou papel de relevo.

O simples crescimento, porém, não anula necessariamente as desigualdade; ao revés, pode até ampliá-las ou mudar-lhes a natureza. A melhoria mesma da qualidade de vida não assegura a paz social, nem a estabilidade política é uma consequência inevitável da modernização da sociedade e do incremento de sua renda **per capita**. “Nem só de pão vive o homem”, já nos lembra o Cristo, mas da falta de pão se servem as ideologias que manipulam minorias messiânicas. O risco do confronto é inerente à democracia, que deve ser entendida como uma teoria dos conflitos. Sem negar as contribuições valiosas que o liberalismo clássico e o marxismo trouxeram à França, e por extensão à humanidade, Vossa Excelência em ambos vê doutrinas “insuficientes, porque simplificam em demasia os fatos e, mais ainda, porque menosprezam a realidade”.

Prega Vossa Excelência uma “democracia ordenada, forte e cordata”. Sem se arrepear de interpretações maliciosas, Vossa Excelência disse, de maneira admirável: “O direito à discordância não é o direito à desordem.” Reconhecendo que o espírito nacional da França é vocacionado para a controvérsia, concluiu que o temperamento de seu povo e seus hábitos políticos privilegiam o

confronto, o choque de opiniões, a desunião. O pensamento lembra a mordacidade de Pierre Dainos, em "Les Carnets du Major Thompson", quando escreve: "A França é o único país do mundo onde, se juntardes dez cidadãos a outros dez não tereis feito uma adição, mas vinte divisões ..."

Isto nada obstante, Vossa Excelência dirige a França com a visão de quem sabe livre o seu povo e antes busca convencê-lo que coagi-lo, conquanto não despreze a frase de Maurois, segundo quem "a ordem e a segurança não são decerto direitos, mas se tornaram necessidades humanas".

O Governo brasileiro e a maioria parlamentar que o apóia estão convencidos de que a ordem e a segurança, nada obstante não deverem ser alçadas à condição de fins em si mesmas, são indispensáveis no corpo de uma democracia forte o bastante para defender-se da agressão das minorias revolucionárias, voltadas para a catequese e a implantação de velhos dogmatismos que, onde vigentes, em vez de construir a sociedade justa e sem classes, erigiram o privilégio odioso da burocracia asfíxica do partido único, tão bem definida por Milovan Djilas em "A Nova Classe".

Quando nos batemos por uma democracia forte, claro está que não propugnamos por nenhuma restrição das liberdades individuais, senão na medida em que, limitada no tempo e no espaço, seja indispensável à segurança da nação, não só contra o messianismo dogmático, mas igualmente, na ordem econômica, contra os grupos, nacionais ou estrangeiros, que pretendam monopolizar o poder em favor de seus interesses e objetivos, colocados acima dos interesses e objetivos nacionais.

Nem arbitrário, que sufocasse as liberdades fundamentais, nem débil, que não possa assegurar a tranqüilidade da maioria, assim queremos o Estado.

Bem sabemos que as idéias gerais são transferíveis. Por isso, acompanhamos a evolução das doutrinas sociais contemporâneas, mas somos realistas para perceber que não há modelos que possamos, pura e simplesmente, imitar. O mimetismo poderia ser fatal aos nossos propósitos de erigir uma democracia estável.

Em sua admirável obra sobre a China, o Sr. Alain Peyrefitte afirma:

"As decepções da Revolução Francesa não impediram de expandir universalmente a crença de que todos os homens são iguais e intermutáveis. Que se proclame a igualdade da dignidade, certo! Que se se esforce por igualar gradualmente os direitos e as oportunidades, de acordo! Mas imaginar-se que todos os homens recebam, ao nascer, os mesmos talentos e que todos os povos disponham das mesmas faculdades, realça uma desordem mental de uma espécie que se costumava chamar, antigamente, de loucura. Os homens são diferentes; os povos insubstituíveis; as experiências insuscetíveis de transposição."

Eis uma verdade, contundente na aparência, que precisa ser considerada, quando se pensa em transplantar padrões políticos que outros povos, sob circunstâncias culturais e históricas diversas das nossas, levaram centenas de anos para modelar.

buscamos alcançar nosso próprio modelo econômico e político

Sem pretender ser originais, buscamos alcançar, com sensatez, o nosso próprio modelo econômico e político, aproveitando o que há, de transponível, no plano das idéias gerais. Essa a grande tarefa em que nos empenhamos, presentemente.

Senhor Presidente:

Dizem os biógrafos que Vossa Excelência é o inverso do impulsivo. Meditativo, argumentador, as decisões Vossa Excelência as toma como resultado de profundas reflexões, normalmente exercitadas ao pôr do sol, quando os contornos da paisagem esmaecem e pouco a pouco a luz difusa mergulha na sombra todas as arestas... Certamente foi num desses momentos que Vossa Excelência, correndo os riscos da incompreensão, enfrentando resistências internas motivadas pela paixão ideológica, decidiu impedir, na África, que o "novo imperialismo" aumentasse sua área de influência, apossando-se de outras jovens nações, recém-saídas das guerras de descolonização.

Num mundo sempre mais habitado pela violência, com um tenebroso cortejo de guerrilhas, de terrorismo, de torturas, de gangsterismo aparen-

temente vitorioso em nações civilizadas e industrializadas, Vossa Excelência governa a França impavidamente. Sem a preocupação que tinha o General De Gaulle, ao dizer que "a França só é a França no primeiro plano". Discretamente porém, Vossa Excelência faz com que as superpotências compreendam que a França existe, é uma realidade palpável, "uma nação moderna e uma comunidade humana, feita verticalmente de sua História e tradições, e horizontalmente dos diferentes grupos humanos que a compõem". Num mundo em plena ebulição, sacudido até as suas raízes, a presença de uma França, pátria da "invenção das idéias", é um bem. Imenso bem, a despertar esperanças num Terceiro Mundo hesitante e confuso, num Médio Oriente perigosamente indecifrável, numa África sangrando a livrar-se das últimas peias da colonização e ameaçada de perder as glórias da independência pelo bastão de novos senhores.

Senhor Presidente:

Parte do reduzido número de nações que se livraram, pelo trabalho e pertinácia de seu povo, das penosas restrições do subdesenvolvimento, com seu cortejo de fome, miséria e doenças, a França se oferece generosamente à solidariedade e à cooperação internacional. Perdido o Império, ela parece, entretanto, haver crescido, graças à tecnologia que desenvolveu. Desprovida de compromissos territoriais de além-mar, sua diplomacia já não é a dos conflitos, mas a do apaziguamento, no que mais aumenta a sua credibilidade por não exercer nenhuma forma, ostensiva ou sub-reptícia, de imperialismo ou colonialismo, econômico, cultural ou político.

Eis aí, Senhor Presidente, uma posição privilegiada, que permite à França, livre das suspeições com que as nações tradicionalmente exploradas vêem certas ofertas de ajuda, sempre interessadas, cooperar para a justa solução dos problemas do mundo hodierno. Pátria das idéias universais; palco de uma revolução que, na obra clássica de Crane Brinton, surge naturalmente como a mais fascinante, a que provocou as conseqüências mais notáveis para a transformação política do mundo; respeitando escrupulosamente o direito de autodeterminação dos povos, a França — disse-o Vossa Excelência — "guardando intactos seus traços e sua imagem, é capaz de abrir seu coração e seu espírito às grandes mudanças e à nova

solidariedade que estreite os laços da humanidade de hoje".

Sob tais condições, Senhor Presidente, o Brasil conclama a França, ampliando a cooperação técnica já existente entre nossas nações, a abrir novas perspectivas, mais ousadas, no campo da cooperação científica e tecnológica.

Somos uma nação jovem, muito confiante em si mesma, mas que não pode esconder os estigmas que a exploração colonial, no passado de forma direta, e no presente, mais hábil e velada, deixou em nosso corpo. Estamos determinados a edificar, por nós mesmos, a sociedade justa e livre, progressista e equânime que a consciência dos homens modernos reclama. Força é convir o quanto dependemos, para acelerar o nosso processo de desenvolvimento, da cooperação das nações como a de Vossa Excelência, à qual nos ligam tantos laços comuns de natureza cultural e militar, e que, *data venia*, parecem ter sido olvidados pela França, muito mais voltada para a restauração da importância dos povos francófonos e, de certo modo, desatenta à excepcionalidade do papel que pode e deve representar na cena sofrida de nossa instável América Latina.

Um grande escritor francês, já ao fim de sua vida luminosa, alquebrado pela idade avançada, mas na inteira posse de sua lucidez, escreveu, amargurado, que o drama que pesa sobre a humanidade, hoje, reside em que ela foi capaz de construir, graças ao notável avanço científico e tecnológico, artefatos suscetíveis de destruir qualquer forma de vida na face da Terra, enquanto não desenvolveu, paralelamente, um progresso moral e ético capaz de impedir tamanha loucura.

Ainda que sejamos essa geração hodierna marcada pela ameaça da bomba nuclear, confiamos em que, um dia, talvez até mesmo premido pela reciprocidade desse perigo mortal, o mundo trocará os egoísmos e os conflitos ideológicos pela solidariedade e o entendimento entre as nações, que inflexivelmente comum é o destino da humanidade.

Em um mundo assim sonhado, a França será um insuperável fator de equilíbrio e de harmonia, um restaurador de nobres inspirações e de fé.

Nós, os Senadores brasileiros, ao renovar a sau-

dação cordial a Vossa Excelência, rogamo-lhe aceitar a homenagem mais profunda de quem identifica, na serena pessoa de Vossa Excelência, a França imortal, fonte inesgotável dessa inspiração e dessa fé, que nutrem as nossas mais caras esperanças.

PACHECO CHAVES

Sr. Presidente Valéry Giscard d'Estaing,

A Câmara dos Deputados, integrando, com o Senado Federal, o Congresso Nacional, concedeu-me a insigne honra de saudar o Presidente da República Francesa.

Sua visita a esta Casa, 14 anos após a do Presidente Charles de Gaulle, assinala, para os brasileiros, a presença da França moderna, rejuvenescida em suas instituições e renovando sua contribuição decisiva para o destino da humanidade.

Traz-nos Vossa Excelência não só a imagem de uma nação fortemente enraizada em seu passado, consciente de sua vocação histórica, mas também a de um povo enfrentando o presente e o futuro com firmeza e lúcida compreensão.

O mundo se empobreceria sem a existência desse povo e desse País, que dilatou as fronteiras do espírito, pela filosofia; proclamou a dignidade do homem, pelos seus santos e seus heróis; enriqueceu a criação, pela arte; traçou o mais belo itinerário do homem na terra, que é a sua história e edificou a mais maravilhosa morada humana, Paris.

A identidade do meu País com a França foi sempre tão constante e poderosa, que os brasileiros a consideram quase como uma segunda Pátria. Em suas idéias, em sua literatura, em todos os campos da arte e em sua história, buscamos exemplos e retiramos inspiração para as nossas tarefas nacionais. A civilização francesa influenciou profundamente a nossa Nação latino-americana emergente.

Por um singular designio, a França ficou vinculada ao nascimento do Brasil independente. As tropas de Napoleão, sob o comando de Junot, é que forçaram o exílio de D. João VI e sua Corte no Brasil, fazendo de nosso País, então simples colônia portuguesa, sede do Reino e, conseqüente-

mente, abrindo nossas portas ao comércio internacional e à livre circulação das idéias.

Fomos fecundados pela riqueza e inquietação do pensamento francês. Os ensinamentos dos enciclopedistas ecoaram no nosso mundo e se traduziram nos movimentos libertários que sacudiram o Brasil do século XVIII e cuja maior expressão foi a Inconfidência Mineira, movimento precursor da nossa emancipação política.

Foi a presença de D. João VI no Brasil, forçada pela invasão de Portugal, que nos levaria à Independência, proclamada por seu filho D. Pedro I.

Ao longo da nossa história é flagrante a coincidência, dos seus acontecimentos mais decisivos, com os grandes momentos políticos que marcaram a história francesa: em 1831, a abdicação de D. Pedro I significa o declínio do absolutismo nas instituições brasileiras e coincide com a queda de Carlos X, na França e o advento de Luiz Felipe e da monarquia parlamentar; o longo reinado de D. Pedro II, que consolida as instituições parlamentares do Brasil e estabelece os fundamentos da nossa futura ordem social e econômica, assemelha-se ao período de prosperidade que envolveu o reinado de Luiz Felipe, Napoleão III e o início da Terceira República.

os ideais franceses que inspiraram os brasileiros

A abolição da escravatura e a implantação do regime republicano no Brasil, espelham os ideais, herdados da França e por ela inspirados, ideais esses que são a sua glória e o seu troféu.

Mais significativo, ainda, que o paralelismo dos acontecimentos históricos, é a profunda impregnação cultural da França no Brasil. Das canções de gesta, dos romances de cavalaria e do lirismo dos trovadores, à poesia de Rimbaud, Baudelaire e Mallarmé; do teatro de Racine, Molière e Corneille ao de Giraudoux e Montherlant; do romance de Balzac, Zola e Victor Hugo, ao de Marcel Proust; das iluminuras e dos vitrais das catedrais góticas ao impressionismo e ao surrealismo; do pensamento de Descartes e de Pascal, à filosofia de Bergson, Gabriel Marcel, Sartre e Teilhard de Chardin; da arquitetura do Louvre e de Versalhes à Le Corbusier, é sempre o gênio francês que fecundou o humanismo cordial do Brasil.

Nossa própria linguagem coloquial e cotidiana está cheia de expressões francesas e grandes vulgares da história da França, como Napoleão, Chateaubriand, Lafayette, são lembrados nos prenomes adotados por numerosos brasileiros, atestando a permeabilidade da coletividade brasileira à influência da França.

A viagem ao exterior, para os brasileiros, teve sempre como principal fascínio o contato com Paris, capital incontestada da inteligência ocidental, da cultura universal e do patrimônio artístico da humanidade.

A arte suprema do bem viver, simbolizada no generoso vinho francês e nos seus queijos perfumados pelos odores da província, foi sempre uma adoção honrosa testemunhada pelas nossas famílias patriarcais e pelos restaurantes do nosso País, com seus cardápios escritos na melodiosa língua francesa.

Embora se sinta, hoje, a influência mais recente da civilização de outros países, a cultura francesa tem raízes indestrutíveis na terra brasileira.

Toda a história do mundo, nestes dois últimos séculos, decorreu do advento e da aceitação universal dos conceitos estabelecidos, no século XVIII, da liberdade política e dos direitos individuais. A revolução e a independência americana nasceram da eclosão desses ideais e sua institucionalização, na grande república dos Estados Unidos da América, materializaram e viabilizaram a pregação dos pensadores e enciclopedistas.

Nascemos, também, para a vida independente, sob a generosa tutela desses princípios. Nossa história reflete a procura incessante de uma forma de organização política, destinada a garantir nossa vocação fundamental para o exercício da liberdade e dos direitos individuais, frágeis flores cujo cultivo, no nosso universo em desenvolvimento, nunca deixaremos de defender e de afirmar.

A sua visita, senhor Presidente, tem, portanto, para nós, dois significados essenciais: o reencontro nostálgico com o nosso passado, por tudo o que devemos à França eterna e o extremo interesse que a nova França desperta em nós.

A França sempre acolheu, com atenção e cari-

nho, os desventurados da política. Os brasileiros são o testemunho disso. Em pequeno hotel em Paris, na rue de l'Arcade, uma placa testemunha o falecimento, no exílio, do consolidador da Nação brasileira, o Imperador Pedro II. Na França viveu, exilado, o Presidente Washington Luiz, expulso pela Revolução de 1930, bem como encontrou acolhida, amparo e consolo, mais recentemente, o Presidente Juscelino Kubitschek. Ali viveram e vivem ainda muitos outros brasileiros batidos pelas agruras da vida pública, madrastra contumaz.

O Brasil pagou-lhe na mesma moeda. Acolheu franceses, ilustres alguns, como Georges Bernanos, que fez de Minas Gerais sua segunda Pátria, mas sobretudo, acolheu os inúmeros franceses anônimos, deslocados, muitos, da África do Norte, após os acontecimentos que sucederam ao período de descolonização e que, enquadrados na economia brasileira, honram a técnica, a capacidade e o caráter do povo francês, capaz de manter as suas características nacionais e se integrar no mundo novo que os abrigou.

Debruçamo-nos, comovidos, diante das crises terríveis vividas e ultrapassadas gloriosamente pela França.

Respeitamos e admiramos a figura insigne do General De Gaulle, que, na adversidade, encarnou, com espantosa e miraculosa oportunidade, o gênio francês e sua vocação histórica.

Hoje, sob sua direção, a França se renova. Sua economia desenvolveu-se e modernizou-se. Os conceitos tradicionais que norteavam o modo de vida dos franceses e sua concepção política interna, foram adaptados às exigências de uma época histórica. Face aos gigantes econômicos, territoriais e militares do mundo moderno, os europeus foram e são obrigados a repensar o conceito de soberania e rever o nacionalismo histórico do início do século. Integrado o seu País em uma Europa reunida, inicialmente, pela economia e agora dando os primeiros passos no caminho árduo da integração política, a sua personalidade, Sr. Presidente, afirmou-se como símbolo de uma França jovem, orgulhosa do seu passado, da sua cultura e de sua autenticidade, mas, decididamente, voltada para o futuro e para a afirmação dos anseios fundamentais do mundo contemporâneo e para a preservação da paz universal, da

prosperidade material e, sempre e acima de tudo, da liberdade.

frança adotou um regime adequado aos tempos modernos

A França soube adotar um regime forte e adequado aos tempos modernos. O seu Presidente retira sua legitimidade do sufrágio universal, mas governa apoiado em um parlamento que reflete toda a Nação francesa, na sua multiplicidade partidária e na obediência ao desejo da maioria. Liberdade e autoridade estão simbioticamente unidos e integrados na Constituição da Quinta República.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, com sua inteligência lúcida, tato invulgar, força de caráter e capacidade de decisão, soube conduzir seu País em uma hora de prova do regime, garantindo o equilíbrio do Poder e presidindo, com dignidade, a República francesa. Eleito Presidente em 1974, sem ser membro do partido majoritário, embora seu partido componha a maioria, presidiu as eleições parlamentares de 1977, consolidando e engrandecendo sua posição de Chefe da Nação, separando-a da de Chefe de partido, para o pleno funcionamento da Constituição de 1962.

O importante é que o sistema francês resistiu ao desaparecimento do homem para quem tinha sido expressamente criado e, sob a égide de um Presidente, oriundo de força minoritária, sobreviveu e venceu a prova eleitoral.

Demonstrou V. Exa. sua capacidade política e superior visão da conjuntura, conduzindo seu País a um porto seguro, afirmando-se com a vitória de 1977, como a expressão política da maioria da França, responsável, ainda por muito tempo, pelo seu governo.

Sua visita ao Brasil, Sr. Presidente, reforça o prestígio da França, reanima a influência insubstituível da cultura e da inteligência francesas entre nós e restabelece as perspectivas de uma mais estreita colaboração política e econômica, entre nossos Países, traço de união necessário entre nossa vocação americana e nossa civilização européia. Seja bem-vindo ao Brasil e, especialmente, a esta Casa do Congresso Nacional, nos ouvidos de cujos membros ainda ressoam os ecos das vozes dos grandes vultos da literatura e oratória

franceses, que encantaram a nossa mocidade, fertilizaram a nossa inteligência e deram-nos a coragem de prosseguir a árdua luta pela garantia de continuidade dos ideais simbolizados pela França, e que são a liberdade e o respeito aos supremos direitos do homem.

GISCARD D'ESTAING

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimos Senhores Congressistas,
Excelentíssimos Senhores Ministros,
Excelentíssimos Senhores Embaixadores,

Minhas primeiras palavras serão para dizer a Vossas Excelências quanto aprecio a honra que fazem ao meu país ao acolher entre os Senhores o Presidente da República Francesa, o quanto fiquei sensibilizado pela calorosa eloquência e a amizade das palavras que acabo de ouvir e, enfim, quão grato sou pela oportunidade que me dão de falar, através da pessoa de seus representantes, a todo o povo brasileiro.

As dimensões de seu país são tais, que não seria possível, na verdade, no quadro de uma visita oficial, descobrir todos os aspectos nem mesmo fazer todos os contatos que se desejaria. Face às circunstâncias devemos nos limitar a algumas etapas importantes.

O pesar que sinto será atenuado se, graças a Vossas Excelências, eu puder transmitir a cada um dos 115 milhões de brasileiros e brasileiras que seu país comporta, a mensagem de amizade, de confiança e de solidariedade que o povo francês lhes envia por meu intermédio.

Sinto-me ainda mais autorizado a crer em tais resultados, ao ver à minha frente a expressão viva do povo brasileiro em sua diversidade, em sua unidade e em sua humanidade.

Diversidade em primeiro lugar, das opiniões e interesses que Vossas Excelências representam; mas diversidade também dos horizontes geográficos dos quais provêm e que está na medida do continente que seu país constitui por si próprio. Diversidade sobretudo de suas origens e tradições que é uma das mais singulares riquezas da Nação brasileira. Não há, na realidade, nenhum povo da Europa e não há também continente que

não tenha contribuído para a formação de seu povo e que não possa reconhecer-se num dos seus ramos. Em um mundo onde a hostilidade, e por vezes o ódio racial, constitui um mal ainda bastante difundido, a harmonia fraternal da sociedade brasileira constitui um exemplo no qual alguns países deveriam se inspirar.

uma nação portadora de um grande futuro

Diversidade mas também unidade. Com efeito, ter conseguido fundir tantas contribuições variadas na unidade de uma cultura, de uma Nação, de um Estado, representa um de seus mais deslumbrantes êxitos. É notável observar que, no decorrer de sua história, esta unidade nunca foi seriamente colocada em questão e, se a tentação surgiu nunca foi além de veleidades. Esta unidade Vossas Excelências devem à capacidade que sempre demonstraram de acolher as diferenças e de respeitá-las, à vontade de independência que não cessou de animá-los e, acima de tudo, ao legítimo orgulho que sentem em pertencerem a uma grande Nação, portadora de um grande futuro.

Humanidade, enfim, porque suas funções levam Vossas Excelências a ficar permanentemente à escuta do povo brasileiro, de suas preocupações, de seus problemas, de suas esperanças e que lhes cabe ser seus intérpretes fiéis e vigilantes.

Por haver exercido, no começo de minha carreira política, a bela função de parlamentar, sei que não há significado mais alto do que fazer prevalecer, no respeito ao interesse nacional, os direitos e a dignidade do homem sobre os imperativos reais ou pretensos da técnica.

Diversidade, unidade, humanidade, estas três palavras resumem o papel que Vossas Excelências assumem perante o povo brasileiro. Parece-me possível dar a estas palavras uma dimensão ainda mais ampla. Não exprimem elas algumas das aspirações essenciais do nosso mundo contemporâneo e não podem elas servir de programa à ação dos nossos dois países no cenário internacional?

A comunidade das nações é hoje ainda mais diversificada e numerosa do que jamais o foi. Cento e cinquenta Estados são membros da Organização das Nações Unidas. Em quase toda parte

os povos galgaram a soberania. Essa diversidade é uma consequência da liberdade; ela é uma riqueza para a humanidade; ela é uma sorte para o equilíbrio e a paz do mundo. É por isso que a França e o Brasil colocaram, no centro de sua filosofia das relações internacionais, o princípio da independência dos Estados e o direito dos povos a dispor de si mesmos. Estes princípios não são válidos apenas para eles mas sim para todos.

Isto significa que a obra de descolonização que a França, por sua parte, levou a termo, deve ser continuada em todos os lugares em que ainda permanece inacabada, principalmente na África Austral.

Mas isto significa, igualmente, que pretendemos manifestar em relação a todos os povos o respeito que temos para com sua soberania, suas culturas, suas tradições e a maneira como pretendem construir seu futuro.

o mundo não deve perder sentido da crescente unidade

Múltiplo e pluralista, o mundo não deve, por esses aspectos, perder o sentimento de sua crescente unidade. O aparecimento da dimensão mundial em muitas questões é uma das características do nosso tempo. Quer se trate da prosperidade econômica das nações, da estabilidade monetária internacional, da valorização dos recursos dos oceanos, do acesso às tecnologias do futuro, quer se trate, sobretudo, da segurança e da paz, cada um pode, efetivamente, dar-se conta da solidariedade das nações. Esta unidade do mundo torna cada vez mais artificiais e anacrônicas as barreiras que erguem a rivalidade das potências, a oposição das ideologias, a desigualdade dos estágios de desenvolvimento. Esta unidade chama, ao contrário, a desenvolver entre as nações, a **détente**, o entendimento e a cooperação. A França, bem o sabem Vossas Excelências, esforça-se nesse sentido, tanto nas relações entre o Leste e o Oeste, quanto no diálogo entre o Norte e o Sul para o qual ela contribuiu e onde foi feliz ao encontrar-se ao lado do Brasil. O encaminhamento de nossa ação no exterior é ditada pela análise que nós fazemos das tendências previsíveis de evolução do mundo.

Nem o peso das necessidades, nem a pressão dos interesses serão suficientes, entretanto, para

construir uma verdadeira comunidade das nações que aceitam, livremente, a cooperação mútua. Para isso, é ainda necessário este élan que só a preocupação com a justiça, a busca da solidariedade e o senso da dignidade dos homens podem dar. Não se encontrará uma solução, aceitável e durável, aos conflitos que opõem as nações senão considerando os direitos legítimos e a dignidade de todos os povos concernidos. Não se chegará a estabelecer uma nova ordem econômica mundial senão fundamentando-a na justiça.

Assegurar-se-á a paz internacional desenvolvendo-se as solidariedades naturais criadas pelo fato de se pertencer a um mesmo sistema de valores. São essas as solidariedades que a França pratica com as nações que professam, como ela o faz, um ideal de democracia e de liberdade, como com os povos que participaram de sua história e falam sua língua; com os seus vizinhos e parceiros que participam da grande obra de organização da Europa.

Se esbocei diante dos Senhores essas perspectivas para o futuro é porque elas me parecem constituir o quadro das relações que desejo ver se desenvolver entre o Brasil e a França. Nossos dois países têm, atrás deles, uma antiga tradição de amizade; alguns dos maiores nomes de nossa literatura e de nossas artes encontraram aqui uma terra acolhedora e uma fonte de inspiração; por duas vezes, durante este século,

franceses e brasileiros se encontraram, lado a lado, nos combates pela liberdade; participamos juntos dessa epopéia pacífica que foi a conquista aérea do Atlântico Sul.

Esse longo passado, rico de lembranças e de emoções vividas em comum, ensinou a nossos dois povos a se conhecerem e se estimarem. Almejo que o futuro os leve, cada vez mais ainda, a colaborarem juntos na edificação de um mundo mais justo e mais fraterno.

Conheço bastante bem o ardor generoso do povo brasileiro para estar certo de que o voto que formulo em nome da França seja também o voto do Brasil. Nossos dois países foram criados de tal forma que só poderão se realizar plenamente caso estejam a serviço de um ideal que os ultrapasse.

Agradecendo a cordialidade de sua acolhida, queria pedir-lhes, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Ministros, Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, para guardarem da minha presença no seu País, a convicção de que nenhuma Nação, mais do que a França, deseja ver o Brasil crescer ainda mais, na prosperidade e na paz.

Viva o Brasil! Viva a amizade e a cooperação franco-brasileiras!

a visita do presidente francês ao supremo tribunal federal

Discursos do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin e do Presidente Valéry Giscard d'Estaing, em 5 de outubro de 1978, por ocasião da visita do Chefe de Estado francês ao Supremo Tribunal Federal.

O MINISTRO

Fundadas são as razões, Senhor Presidente Giscard d'Estaing, com que o Supremo Tribunal Federal registra, como um dos altos momentos, a honrosa visita de Vossa Excelência.

É que Vossa Excelência lhe traz a presença da França. Da França — disse-o Vossa Excelência afetivamente — “vinda de tão longe, a França dos campos de batalha, das revoluções sucessivas, dos clamores nas ruas, das manhãs suaves no campo”. Da França a que espiritualmente nos

ligamos, brasileiros de consecutivas gerações, fascinados pela sua vocação de servir à liberdade do homem.

Porque profundo e antigo é esse sentimento entre nós, a que corresponde a influência marcante do pensamento gaulês na formação cultural brasileira.

Já na certidão de nascimento do Brasil como nação independente, traduzida na sua Constituição Imperial, de 1824, ressoam as notas liberais da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nela se guardaram as pregações doutrinárias e os princípios que garantiam a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Este Supremo Tribunal Federal, instalado há século e meio, então Supremo Tribunal de Justiça do Império, se modelou pela Corte de Cassação francesa, cabendo-lhe velar pela unidade do direito nacional. E tão intensa foi a influência do pensamento francês na vida política brasileira ao tempo do Império, que um de nossos maiores publicistas, o Marquês de S. Vicente, entre as obras que recomendava consultadas com proveito aos estudiosos do direito público, arrolava quase somente as francesas: as de Tocqueville, Laferrière, Foucart, Cabontous, Macarel, Fritot, Cormenin, Henrion de Pansey, B. Constant, Destut de Tracy e Condorcet, Favard de Langlade, Garnier-Pagé, Magnitote Delamare, Cadiot — e os anais do Parlamento francês, e o Monitor Universal, e os trabalhos preparatórios do Código Civil...

Assim se formaram os juristas do nosso período imperial — ao influxo das doutrinas e do pensamento de França, voltados para um regime constitucional que assegurasse as liberdades civis e políticas.

A República foi ainda, em magna parte, projeção do pensamento francês.

pensamento jurídico francês impõe contrastes ao direito público brasileiro

Nasceu também da pregação positivista de Comte, inspiradora dos ideais republicanos e democráticos que balisaram as nossas instituições. Porque adotamos, com o regime federal, o governo presidencialista, a esta Corte Suprema se atribuiu, então, o alto encargo de árbitro da legalidade do

exercício dos outros Poderes, em face das normas constitucionais. Pareceria por isso, que inspiração americana do norte conduziria a fontes outras as pesquisas doutrinárias de nossos publicistas. Mas o prestígio da clareza e da percuciência do pensamento jurídico francês ainda impõe que com ele se contrastem os temas de direito público brasileiro.

Nem se tenha como paradoxal ou singular o fato.

Ele também se revela em outra área da ciência jurídica. O Código Civil francês de 1804 exerceu larga influência em muitas nações. É que, embora construção de direito privado, na verdade assegurava os direitos do homem, segundo a então vigente concepção liberal. E de seu estilo, tão corrente e límpido, disse ilustre professor de Oxford que ele lhe não parecia o enunciado de normas de um sistema lógico: era, antes, a narrativa da peregrinação do homem comum, através dos acontecimentos da vida. Mas outro, que não ele, foi o molde em que se inspirou o Código Civil brasileiro, de conteúdo preso às raízes lusitanas. São, entretanto, civilistas franceses os de nossa comum e diária freqüência, com os quais conferimos os temas que constituem indispensável elemento para a boa aplicação da lei.

Estes aparentes paradoxos se explicam. É que o pensamento francês se caracteriza pela vocação à universalidade. Enfrenta e dimensiona problemas humanos fundamentais. E pensadores e juristas da França, com a visão geral de tais temas, formam na pátria comum das idéias, de que são naturais todos os que se dedicam a defender a liberdade e a contribuir para a construção de um mundo em que a Justiça conduza à paz.

E porque Vossa Excelência, Senhor Presidente Giscard d'Estaing, altamente representa o seu País, a cujas influências culturais o Brasil se acha tão intensa e longamente unido, já seria sumamente grato ao Supremo Tribunal Federal perpetuar, na memória de seus acontecimentos, a honra desta visita.

Seja-me permitido, porém, explicitar outro motivo.

É que Vossa Excelência mantém a mesma universalidade de pensamento que é o timbre da cultura francesa.

progresso democrático não desemboca na desordem

Ama a Justiça e ama a Liberdade. Ao amor da liberdade une o respeito ao pluralismo, que tem como necessária exigência dela, porque "uma sociedade autenticamente democrática deve ser integralmente pluralista". "O pluralismo do poder garante a liberdade. Ela não deve ser anarquia, da mesma forma que a difusão do poder não deve levar à impotência. O progresso democrático não desemboca na desordem, mas num equilíbrio superior: o da ordem, na liberdade e na responsabilidade."

Mas porque ama a liberdade, reconheça embora as alegrias que um sentimento de ser parte de uma coletividade acarreta ao ser humano, repele a idéia coletivista. "Seria mutilar a alma humana — afirma — oferecer-lhe, como única oportunidade de crescimento, a via da uniformidade. Uma vez extintas as luzes da festa, uma tristeza cinzenta oprime as sociedades coletivistas. O ser humano requer outra vida que não a do formigueiro. Todo o acervo cultural do mundo testemunha que ele aspira à diversidade. Somente ao exercer a plenitude de sua responsabilidade em todos os aspectos de sua vida pessoal e profissional é que ele tem a sensação de desenvolver-se genuinamente em sua dignidade e de experimentar as alegrias de que é capaz."

O amor à liberdade não perde de vista a ordem, nem a exata dimensão do homem, integrado na família. "Numa visão autenticamente humanista da sociedade, a família deve ser sustentada por ela própria e lhe devem ser assegurados os meios de participar plenamente da vida social. Não para dominar o indivíduo e sufocar sua liberdade, como imaginariam os nostálgicos adeptos de uma ordem patriarcal, mas ao contrário, para ensejar o seu desenvolvimento. O ser humano, como alguns de seus semelhantes das espécies animais, é feito de tal modo que necessita a intimidade de uma célula familiar para desdobrar seus recursos de afeição e assegurar seu equilíbrio."

Da Justiça, diz Vossa Excelência que ela consiste "na eliminação da miséria, no desaparecimento dos privilégios e na luta contra as discriminações". E isto impõe que nem se repitam automa-

ticamente, de uma para outra geração, desvantagens ou benefícios, nem sejam tão gritantes os desníveis entre situações pessoais que os indivíduos tenham a sensação de pertencer a mundos diferentes; que se combatam as discriminações, para que a sociedade possa progredir no rumo da unidade pela justiça.

E Vossa Excelência lança aos dias do futuro a aspiração generosa: "A nova dimensão da vida social que o nosso tempo busca, revestirá cada vez mais a forma da solidariedade e da fraternidade.

Talvez o campo em que se descobre a fraternidade seja mais ou menos estreito. Para muitos ela se aloja no círculo reduzido, mas essencial, da vida privada. Outros acalentariam a esperança de que ela ultrapasse essa fronteira e faça cair as máscaras desprovidas de sorrisos que a idade industrial afivelou nos rostos. E por que esta percepção fraternal não se estenderia aos povos vizinhos da Europa, e a esses outros povos irmãos do mundo, ainda carentes e sofredores? Por que não alcançaria progressivamente os limites da espécie?"

São palavras que ressoam com acentos novos num mundo que envelhece onde lhe falta a esperança.

Senhor Presidente Giscard d'Estaing:

Ao agradecer-lhe a honrosa visita, o Supremo Tribunal Federal saúda em Vossa Excelência o terra gloriosa de França, "pátria das idéias universais", berço das liberdades humanas.

O PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Ministros,
Comove-me e honra-me a acolhida que me reservaram.

Reconheço o eminente lugar que ocupa o Supremo Tribunal Federal em suas instituições, o papel capital que representa na vida do Brasil e o prestígio que cerca, a justo título, as personalidades que o integram.

Intérprete e guardião da Constituição, a Corte Suprema constitui um elemento de equilíbrio na

organização e no funcionamento dos poderes públicos brasileiros. Juiz do direito federal, ela arbitra os conflitos que podem surgir entre a União e os Estados bem como entre os próprios Estados. Chave da hierarquia judiciária, ela zela para que sejam asseguradas a coerência, a harmonia e a segurança da Justiça. Reúne assim competências que, em nosso país, são repartidas entre o Conselho Constitucional, a Corte de Casação e o Conselho de Estado.

Seu papel não deixou de crescer desde sua criação, cujo centésimo quinquagésimo aniversário acaba de ser comemorado. As atribuições restritas que lhe confiara a Lei de 1828 foram ampliadas pela Constituição Republicana de 1891. Às prerrogativas que lhes conferem os textos, os senhores acrescentaram aquelas que resultam de uma jurisprudência corajosa. Não lhes cabe apenas fazer respeitar o Direito. Cabe-lhes, também, adaptá-lo constantemente às novas condições e fazê-lo progredir. Quer se trate de proteger a liberdade dos indivíduos, de defender os direitos dos cidadãos, de assegurar a unidade de seu imenso país, os senhores exercem uma responsabilidade essencial para o progresso da sociedade brasileira.

Se em meio século, e através de várias mudanças constitucionais, a Corte Suprema do Brasil soube manter e afirmar sua autoridade, deve-o à excepcional qualidade dos 245 membros, que desde a origem aqui se sucederam, à sua ciência jurídica, à elevada consciência que tinham de seus deveres, à sua dedicação à causa do bem público. Penso, em particular, nos mais ilustres entre eles, eminentes Juizes como Pedro Lessa. Ao en-

contrá-los, Senhor Presidente, Senhores Ministros, sinto-me feliz em prestar homenagem a essa grande tradição, porque os senhores são seus herdeiros e porque ela é a irmã da nossa.

A França e o Brasil buscaram sua inspiração nas mesmas fontes. Os pensadores do período do Iluminismo, os princípios da Revolução Francesa, Augusto Comte e sua filosofia do progresso, os marcaram tanto quanto a nós. Sua influência ilumina o conceito que os juristas brasileiros e franceses têm do Estado e da sociedade. Ela dá seu significado à missão que é dos senhores de ser, para os cidadãos deste país, o último recurso diante do excesso do poder, da arbitrariedade administrativa e dos desmandos da justiça.

Em lugar algum, vê-se melhor do que aqui, neste recinto, aquilo que constitui a solidez dos laços que unem o Brasil e a França: não é apenas a amizade secular de nossos dois povos, a semelhança de nossos interesses ou a convergência de nossas políticas. É mais fundamentalmente a comunidade de um patrimônio moral e espiritual. É um mesmo apego aos valores imprescritíveis do Direito.

Eis porque, Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Ministros, a visita que lhes faço tanto me comove quanto me honra.

Eis porque, também, em lhes agradecendo a acolhida, eu queria lhes pedir para transmitir ao conjunto da magistratura brasileira, da qual os senhores são a elite e a instância suprema, a saudação do Presidente da República Francesa.

geisel a giscard d'estaing: amplas áreas de convergência entre brasil e França

Discurso do Presidente Ernesto Geisel
por ocasião do banquete oferecido ao Presidente
Valéry Giscard d'Estaing, no Clube do Exército
em Brasília, em 5 de outubro de 1978.

Senhor Presidente Valéry Giscard d'Estaing,
Senhora Giscard d'Estaing,

As palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar muito sensibilizaram a mim e aos demais brasileiros aqui presentes.

Estamos ao final de dois dias de intensos trabalhos.

Nossas conversações pessoais, Senhor Presidente, transcorreram na mesma atmosfera de amizade e franqueza que haviam marcado nossos encontros em Paris, há cerca de dois anos. Detivemo-nos, como natural, sobre as questões políticas e mais uma vez verificamos que amplas continuam a ser as áreas de convergência entre os interesses da França e do Brasil.

Já em 1976, a personalidade de estadista de Vossa Excelência deixara forte impressão em meu espírito. Notável é a obra de Vossa Excelência como Chefe de Estado, como é notável a capacidade de renovação do povo francês. Estou convencido de que a França ampliará crescentemente sua influência internacional e terá papel relevante no encaminhamento dos destinos do Ocidente.

uma irrecusável vocação de grandeza

Vossa Excelência irá, agora, visitar diferentes regiões brasileiras, que têm a separá-las não somente milhares de quilômetros de distância, mas

também disparidades em termos de progresso econômico e social. Verá Vossa Excelência que muito já se fez, mas que nos resta, ainda, um mundo de possibilidades, desafios e problemas. O Brasil não comporta pequenas soluções — e é por isso que se costuma dizer que temos uma irrecusável vocação de grandeza.

Na História das relações franco-brasileiras, nenhum outro período poderá ombrear com os últimos três anos em termos de trabalho político consistente pela aproximação da França e do Brasil. Nesse sentido, creio que alcançamos um grau de amadurecimento que trará nova qualidade a nossas relações. A cooperação econômica ganha seu dinamismo natural e as oportunidades políticas abrem-se diante de nossos olhos.

É com o pensamento nesse futuro comum, compartilhado, que ergo minha taça a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República Francesa, à Senhora Giscard d'Estaing, desejando-lhes, em nome de todos os brasileiros, uma permanência feliz em nossa terra. Brindamos por um continuado sucesso à frente do povo francês, pela felicidade pessoal de Vossas Excelências e a prosperidade e grandeza da França.

na declaração conjunta, destaque para os entendimentos econômicos

Declaração Conjunta entre o Brasil e a França, assinada em Brasília, em 5 de outubro de 1978, pelos Presidentes Ernesto Geisel e Valéry Giscard d'Estaing.

O Presidente da República Federativa do Brasil
Ernesto Geisel

e

O Presidente da República Francesa
Valéry Giscard d'Estaing,

Considerando os laços que a História, a cultura e a amizade criaram entre o Brasil e a França;

Desejosos de confirmar o espírito de respeito mútuo e de confiança que sempre caracterizou as relações entre os dois países;

Consciente da solidariedade que une seus dois povos, respeitando os mesmos princípios de independência, liberdade, justiça, progresso e paz;

Sublinhando que estes princípios e valores que são os da Comunidade Ocidental, à qual o Brasil e a França pertencem, devem-se estender ao campo das relações econômicas entre os Estados;

Determinados a prosseguir e reforçar sua cooperação tanto no campo político quanto nos

campos da economia, da cultura, da ciência e da tecnologia.

Acordam a seguinte Declaração Conjunta:

1. Os dois Chefes de Estado verificaram com satisfação que, a partir da visita do Presidente Geisel à França, as consultas entre os dois países multiplicaram-se, suas relações foram enriquecidas e diversificadas, estando dadas as condições para que as relações políticas entre o Brasil e a França se desenvolvam plenamente.

Desejam que o diálogo regular entre os dirigentes dos dois países exprima a importância fundamental que atribuem à consecução deste objetivo. É sua determinação ampliar e aprofundar em todos os níveis este processo de consultas para que o Brasil e a França tragam contribuições ativas à vida internacional.

2. Analisando a conjuntura internacional, os Presidentes reafirmaram sua adesão aos princípios políticos que inspiram suas posições e que são os da Comunidade Ocidental. Fiéis à mesma civilização humanista, desejam promover seus valores ao nível das relações entre os Estados, respeitando a soberania e as opções políticas de cada país. Manifestaram sua determinação de concorrer para o abrandamento das tensões e para a manutenção da paz e da segurança internacionais, assinalando ser este um objetivo essencial, que deve ser perseguido de forma constante e sistemática.

A este propósito, o Presidente da República Federativa do Brasil realçou o papel representado pela França, particularmente no cenário europeu, em favor da estabilidade e do equilíbrio internacional.

3. Os Chefes de Estado reafirmaram a importância da Organização das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais; sublinharam o papel relevante que ela desempenha na harmonização das políticas dos Estados e seu caráter de foro igualitário, aberto a todos para a cooperação entre as nações.

4. O Presidente da República Francesa reafirmou a preocupação da França em desenvolver relações cada vez mais ativas com o conjunto da América Latina. O Presidente da República

Federativa do Brasil manifestou, por sua vez, interesse em uma aproximação maior entre a Europa e a América Latina.

5. Os dois Presidentes expressaram sua preocupação com a situação da África. Consideraram ser conveniente que os próprios africanos possam resolver seus problemas através de meios pacíficos e reafirmaram seu apoio à causa da autodeterminação e da independência dos povos e seu desejo de contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico e social do continente africano.

6. Reconheceram o direito de todos os povos ao desenvolvimento econômico e social harmônico e a necessidade de eliminar as desigualdades econômicas que existem entre os países em desenvolvimento e os países industrializados. Manifestaram seu interesse no prosseguimento do Diálogo Norte-Sul, nas Nações Unidas, bem como em outros foros competentes, assinalando seu propósito de apresentar contribuições que levem ao êxito aquele diálogo. Para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica mais justa e mais equilibrada, sublinharam a importância da manutenção de um sistema comercial aberto, assim como a contribuição que cada um deve dar, segundo suas possibilidades, a este empreendimento de interesse comum. Reconheceram que um maior acesso de todas as nações aos conhecimentos científicos e tecnológicos constitui uma condição fundamental para o desenvolvimento.

7. Os Chefes de Estado registraram, com satisfação, o incremento global do comércio franco-brasileiro verificado nos dois últimos anos, dispondo-se a tomar medidas que favoreçam esta tendência positiva e assegurem, ao mesmo tempo, um desenvolvimento mais equilibrado do intercâmbio.

Nesse sentido, reconheceram a importância de estimular a diversificação do intercâmbio entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia. A França, na qualidade de Estado-membro da Comunidade, e o Brasil, no âmbito das entidades internacionais competentes, apoiarão decididamente a execução desta tarefa de interesse comum para os dois países.

8. Os dois Presidentes concordaram quanto ao interesse em ampliar a cooperação econômica

entre os dois países. Congratularam-se pelos resultados da primeira reunião da Comissão Econômica Franco-Brasileira de Indústria e Comércio, resultados que consideraram positivos e promissores. Abordados durante aquela reunião, os seguintes setores foram objeto de menção muito particular:

- siderurgia (projeto Mendes Júnior);
- transporte ferroviário e urbano (projeto de anel ferroviário e de rede suburbana em Belo Horizonte);
- química e petroquímica (Complexo Petroquímico do Sul — (COPEL));
- energia: hidreletricidade; petróleo (equipamento e serviço para prospecção); carvão (valorização e ampliação da produção da região sul); novas fontes de energia (solar, eólica, de biomassa vegetal e outras);
- mineração;
- telecomunicações (projeto Dacta-II);
- infra-estrutura portuária;
- agricultura e setor agroalimentar.

O Presidente da República Federativa do Brasil salientou que a indústria brasileira encontra-se já em condições de atender a parte substancial da demanda de bens e serviços destinados a realizações industriais de natureza bastante diversificada.

Foi com satisfação que os Chefes de Estado tomaram conhecimento da cooperação que se realiza entre a França e o Brasil no campo energético. Observaram com interesse a assinatura de um contrato entre uma companhia francesa e a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, referente à Usina Termoelétrica de Candiota II.

9. Os dois Presidentes confirmaram que um financiamento especial, através de empréstimo governamental, poderá ser alocado pelo Governo francês à ampliação da Usina de Tucuruí e à construção da Usina de Balbina. Condições análogas poderão ser igualmente estendidas a dois outros projetos considerados prioritários (exploração das minas de potássio de Sergipe e transportes ferroviários de Porto Alegre). Esses projetos foram objeto de uma declaração de intenção dos dois Governos.

10. No campo da cooperação econômica franco-

brasileira, os dois Presidentes veriam com satisfação as iniciativas que, em setores de interesse mútuo, fossem tomadas para facilitar a criação de empresas conjuntas e a realização de projetos industriais comuns de utilidade econômica reconhecida.

Os dois Presidentes consideraram, com particular interesse, as possibilidades de participação da indústria francesa no Complexo Industrial e Portuário de Suape; manifestaram também que a formação de empresas conjuntas para a localização de projetos industriais naquela região reveste-se de importância especial.

Registraram a assinatura de contrato de associação entre uma companhia francesa e uma companhia brasileira para a fabricação de equipamentos elétricos de alta tensão. Notaram, com satisfação, a assinatura, entre a COBEC e o Porto Autônomo do Havre, de contrato para a instalação de um entreposto da companhia brasileira.

11. Os dois Chefes de Estado manifestaram interesse particular no desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a França; nesse sentido, congratularam-se pela assinatura, durante a visita presidencial, de um Acordo Franco-Brasileiro de Cooperação Tecnológica Industrial, que permitirá às duas partes promover intercâmbio de informações e de especialistas e incentivar pesquisas e projetos comuns entre empresas. Os dois Governos comprometeram-se a efetuar, em prazo de quatro meses, um primeiro exame dos setores aos quais será aplicado este Acordo.

12. Os Presidentes observaram, com satisfação, o desenvolvimento extremamente positivo do intercâmbio cultural entre os dois países e as medidas tomadas, de parte a parte, para lograr um melhor conhecimento mútuo de seus povos, de suas línguas e de suas culturas.

13. Verificaram, com satisfação, o progresso e a crescente eficácia da cooperação técnica entre os dois países, graças ao reagrupamento de projetos em torno de objetivos de interesse comum (notadamente: formação de quadros funcionais, saúde pública, pesquisa agrônômica e desenvolvimento rural, aproveitamento do território e transportes urbanos).

As conversações permitiram fosse observado o desenvolvimento de proveitosas relações entre organismos científicos brasileiros e franceses, fato esse que abre novos caminhos à pesquisa científica conjunta.

14. Os dois Presidentes notaram, com satisfação, que os Ministros de Justiça puseram-se de acordo para promover a cooperação judiciária entre os dois países no que se refere a auxílio judiciário, civil, comercial, trabalhista, adminis-

trativo e penal, acordando que, para esse fim, serão assinados, até o final deste ano, diversos convênios, cujos princípios foram estabelecidos.

15. Os Chefes de Estado reiteraram integral apoio à Grande Comissão, instituída pelo Acordo entre o Brasil e a França, datado de 24 de outubro de 1975, e manifestaram o desejo de que a próxima reunião da referida Comissão se realize na capital francesa, na primeira oportunidade que se ofereça.*)

giscard d'estaing visita são paulo

Discurso do Presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, em São Paulo, em 6 de outubro de 1978, durante o almoço que lhe foi oferecido pelo Governador paulista, Paulo Egydio Martins.

Antes de mais nada, pude medir toda a extensão de vosso sucesso na valorização e desenvolvimento do vasto potencial econômico de vosso Estado.

No que se chama Grande São Paulo, isto é, um milésimo da superfície de vosso território nacional, vivem dez milhões de brasileiros, cujo trabalho representa 30% do produto interno.

Centro industrial, São Paulo é também uma das primeiras praças financeiras do país e a cidade do Brasil que conta com o maior número de estudantes.

Vossa cidade é um verdadeiro cadinho onde se fundem gerações de homens de todas as origens e de todas as nacionalidades.

O que sei e o que vi de vossas realizações me dão a certeza de que dais prosseguimento a esse desenvolvimento com o dinamismo que vos caracteriza. Sois os dignos herdeiros daqueles pioneiros que arrastaram com inúmeros perigos para virem implantar neste rebordo do planalto

brasileiro, quatrocentos anos atrás, uma das primeiras cidades do Brasil.

Sendo São Paulo o que é, parece-me natural que vos fale sobretudo de economia.

Cabe à França e ao Brasil manter relações econômicas intensas. Como decorrência por um lado, dos laços de toda a natureza que os unem, em particular nos domínios histórico e cultural, porque, por outro lado, seus interesses são complementares.

Tais relações já são importantes e se beneficiaram, em período recente, de dois incentivos particulares: a exposição francesa de São Paulo em 1971 e a visita do Presidente Geisel a Paris em 1976.

visita de geisel a paris reforçou a cooperação econômica

Nossas trocas comerciais se desenvolveram espetacularmente há alguns anos: quase quadru-

(*) Na página 101, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto dos Acordos assinados entre o Brasil e a França por ocasião da visita do Presidente Giscard d'Estaing; na seção **Comunicados e Notas**, à página 117, o comunicado de imprensa sobre os entendimentos do Presidente francês no Brasil; na seção **Mensagens**, página 127, o agradecimento do Presidente da França ao deixar o território nacional.

plicaram, de 1970 a 1977. A visita do Presidente Geisel permitiu reforçar a cooperação econômica entre os nossos dois países ao se definir setores prioritários: a hidreletricidade, a petroquímica, o material ferroviário, a instalação de uma plataforma brasileira na França, etc. As relações econômicas entre dois países como o Brasil e a França vão além de simples relações de exportação e de importação e prolongam-se no terreno dos investimentos conjuntos, que associam as nossas empresas ao vosso desenvolvimento e ao intercâmbio comercial da França com o continente latino-americano. O Brasil é também o país no qual os investimentos franceses são mais importantes e mais diversificados.

Por mais importantes, porém, que sejam, tais relações podem evidentemente ser ampliadas. O Brasil é apenas o vigésimo quinto parceiro comercial da França. O intercâmbio deve assumir novas dimensões, mais de acordo com o lugar que ocupa o vosso imenso país no cenário internacional e com as capacidades tecnológicas industriais francesas.

Além de insuficientes, nossas trocas são igualmente desequilibradas. O déficit da França, em 1977, com o vosso país é da mesma ordem de grandeza de suas vendas. Ora, o desequilíbrio jamais é bom para as relações internacionais e, por conseguinte, deve ser corrigido.

Enfim, tal intercâmbio está demasiadamente concentrado num pequeno número de produtos e cabe-lhe diversificar-se de maneira a colocar-se ao nível da riqueza e da complexidade das nossas economias.

O desenvolvimento tão desejável de nossas relações econômicas é possível e esse mesmo tema constitui um dos assuntos essenciais dos meus entendimentos com o Presidente Geisel. Examinamos, juntos, os setores de interesse comum, que além daqueles que eu já citei, compreendem a siderurgia, as minas, as telecomunicações, as infra-estruturas portuárias e ainda outros.

nova dimensão ao intercâmbio entre o Brasil e a França

Decidimos igualmente dar nova dimensão ao nosso intercâmbio definindo um quadro para as trocas de tecnologia. Minha visita ofereceu a oportu-

nidade da assinatura de um acordo franco-brasileiro de cooperação tecnológica e industrial que permitirá aos nossos dois países promover trocas de informações e de especialistas e o incentivo de pesquisas e de projetos comuns entre empresas.

Desejaria salientar, a esse propósito, que a capacidade de inovação tecnológica tem, frequentemente, seus alicerces assentados nas pequenas e médias empresas. A tarefa de tais empresas no quadro da cooperação franco-brasileira deve ser conseqüentemente facilitada e, em casos de necessidade, convém que para tanto a regulamentação existente se adapte à sua situação particular.

Ao evocar as relações econômicas e comerciais entre a França e o Brasil não posso deixar de mencionar as que existem entre vosso país e a Comunidade Econômica Européia, da qual a França é parte integrante. Congratulo-me com o fato de que a Comunidade Econômica Européia seja, de longe, o principal parceiro comercial de vosso país e de que o Brasil seja um dos mais importantes beneficiários do sistema de preferências generalizadas que a Comunidade foi, como potência comercial, a primeira a instaurar. Faço votos por que o acordo comercial que une a Comunidade Econômica Européia e o vosso país, desde 1974, possa ser renovado em condições mutuamente satisfatórias.

Além de nossas relações bilaterais, seja qual for a importância delas, devemos dedicar-nos ao papel que cabe aos nossos dois países no cenário econômico mundial. O Brasil e a França tiveram que se adaptar a fenômenos idênticos. A maciça elevação dos preços do petróleo em fins de 1973 colocou os nossos dois países, ambos tributários do exterior para o seu próprio abastecimento energético, na obrigação de adaptar suas economias. Lançaram-se programas que consistem em desenvolver a eletricidade de origem nuclear, intensificar as economias de energia e estimular a pesquisa no domínio das novas energias.

Da mesma maneira, a recessão mundial, de uma amplitude tal que o mundo jamais conhecera desde a crise de 1929, acarretou sérias conseqüências para os nossos dois países, cujas economias estão amplamente abertas ao exterior.

brasil e França têm papéis diferentes, mas convergentes

Todavia, a despeito de numerosas semelhanças, as estruturas econômicas e sociais da França e do Brasil continuam a ser muito diferentes e conduzem-nos a desempenhar papéis diferentes, mas convergentes, em direção de um mesmo objetivo, que é o advento de uma nova ordem econômica mundial.

O Brasil realizou, há alguns anos, um espetacular desenvolvimento que o levou a ocupar o lugar de décima potência industrial do mundo e de segundo exportador de produtos agrícolas. Tal evolução o faz ocupar, doravante, posição eminente no grupo dos países recentemente industrializados e confere-lhe responsabilidades internacionais.

Das provas do progresso de vosso país, limitarme-ei a citar a gigantesca obra de Itaipu, a maior central hidrelétrica do mundo, que será equipada quase que integralmente, pela indústria brasileira.

Essa profunda mutação de vosso país é um fato irreversível e feliz.

É, pois, para mim objeto de satisfação assinalar que as empresas, as sociedades e os bancos franceses em São Paulo e em todo o Brasil contribuíram, de maneira não desprezível, para essa evolução: a Central de Água Vermelha, inaugurada há poucos dias, constitui, ao mesmo tempo, prova do poder da vossa indústria e resultado frutuoso da cooperação franco-brasileira. Faço votos por que tal colaboração prossiga.

Por seu lado, a França, que faz parte do grupo de países industrializados de longa data, está dedicada, como o sabeis, ao desenvolvimento do entendimento internacional. Nossos dois países estão empenhados, há muitos anos, em negociações comerciais multilaterais, que acabam de entrar em fase final. A França espera que tais negociações possam concluir-se proximamente pela celebração de um acordo satisfatório acerca dos diferentes capítulos, inclusive, aquele que interessa particularmente aos países em desenvolvimento e para os quais o Brasil tem desempenhado papel particularmente ativo.

diálogo norte-sul deve prosseguir

Meu país foi o instigador do diálogo Norte-Sul, ao convocar a conferência para a Cooperação Econômica Internacional. Fazemos questão de que este diálogo prossiga e tomaremos parte ativa nas próximas negociações sobre o fundo comum em Genebra, na perspectiva da Assembleia Geral Extraordinária das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento em 1980.

A França está convencida de que devem chegar a feliz termo os trabalhos referentes aos setores de transferência de recursos e da estabilização dos preços da matéria-prima. Há momentos na história em que a generosidade é o melhor sustentáculo da eficácia. As relações entre Norte-Sul devem ser transformadas. Novas relações econômicas mais equilibradas devem ser instauradas. As relações de custo e de recursos entre as diversas regiões do mundo devem ser modificadas. O Brasil, colocado como próprio gonzo do eixo Norte-Sul, concebe-o melhor do que ninguém.

Uma condição de tal progresso está em que seja menos incerto o futuro e que uma maior estabilidade caracterize as relações econômicas e monetárias no conjunto do mundo. A França, desde o começo, favoreceu a criação de uma zona de estabilidade monetária na Europa. Reduzindo as flutuações desordenadas das moedas européias entre si, esse sistema contribuirá igualmente para maior estabilidade monetária no mundo.

A França e o Brasil podem e devem desempenhar papel capital no advento da nova ordem econômica mundial.

É pela ampliação cada vez maior das relações exemplares entre ambos, em consonância com as novas dimensões de suas economias e com os laços que os unem em todos os domínios, que nossos dois países contribuirão para a realização de tal objetivo.

Neste mundo conturbado e infeliz, as boas vontades devem unir-se para vencer os obstáculos. Que nossos dois países, fiéis à amizade e ao desinteresse, se empenhem com êxito em tal tarefa, é, para mim, depois dessas horas que estou passando entre vós, uma firme certeza.

troca de notas sobre a lagoa mirim e o projeto jaguarão

Discursos dos Chanceleres uruguaio, Adolfo Folle Martiniz (tradução não-oficial), e brasileiro, Antonio F. Azeredo da Silveira, em Montevidéu, Uruguai, em 7 de dezembro de 1978, por ocasião da solenidade de troca de Notas entre o Brasil e o Uruguai estabelecendo mecanismos operativos no âmbito do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim.

CHANCELER DO URUGUAI

Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil,
Antonio F. Azeredo da Silveira,

Senhor Embaixador da República Federativa do Brasil,

Senhoras,

Senhores

Tenho a honra de expressar nossa satisfação ao receber, na sede do Ministério das Relações Exteriores, o Senhor Chanceler do Brasil, com quem temos compartilhado nestes últimos dias os trabalhos da Reunião de Chanceleres da Bacia da Prata, e é particularmente grato e auspicioso que o motivo deste encontro de hoje seja para dar mais um passo na fecunda e transcendente tarefa de aproximar os nossos povos.

Se relevante e honrosa é a sua presença nesta Casa, Senhor Ministro, pelas vinculações tradicionais que sempre existiram entre nossas Chancelarias, é para mim motivo de particular satisfação que o titular do Itamaraty seja, neste caso, uma personalidade com quem me unem antigos e fraternos laços de amizade.

A troca de Notas que acabamos de celebrar é

outro testemunho a mais da dinâmica de um processo de integração.

Testemunho na aparência formal, somente uma ótica superficial pode ignorar seu valor substantivo.

A integração pode ser uma utopia. Também pode ser um pretexto retórico. É a vontade soberana dos Estados que a faz saltar do reino sonhador do utópico para o plano das realidades operativas. E essa vontade soberana dos Estados se expressa em ações que, moldando e transformando a realidade, são o verdadeiro impulsionador do desenrolar histórico.

Porque, quando falamos do financiamento do Projeto Jaguarão, da designação das entidades executivas nacionais encarregadas de realizar as obras que o Projeto compreende e da Subcomissão Coordenadora, nós estamos nos referindo a ações. De ações que se registram de maneira pontual na magna tarefa do desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, tarefa de grande alcance, na qual as duas Nações comprometeram esforços e esperanças.

Atos como o de hoje carecem de espetacularidade. Felizmente, permita-me acrescentar. Porque nada é melhor do que a rotina do trabalho comum, em prosseguimento das metas comuns, entre países irmãos.

aproveitamento dos recursos naturais e desenvolvimento integral

É assim que podemos falar uníssonos, brasileiros e uruglaiois, desses dois conceitos chaves da cooperação: o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento integral. Porque aproveitamento de recursos e desenvolvimento integral são dois instrumentos fundamentais na construção do bem-estar de dois povos aos quais a geografia, a história e a mesma raiz cultural tornaram irmãos.

Todo projeto de integração, visto por essa perspectiva, definitivamente a única válida, é um projeto aberto, propiciador e multiplicador constante de ações e decisões, porque se inscreve no concreto e no concreto atua como instrumento de troca.

O marco jurídico traçado pelo Tratado da Bacia da Lagoa Marim e pelo Protocolo do Rio Jaguarão, assim como o Estatuto da Comissão Mista Uruguaio Brasileira para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, no que deve se incluir o ato que realizamos, é obra da vontade expressa de duas nações que fazem de sua vizinhança a vocação e ocasião para o trabalho solidário. Por ele devemos nos sentir duplamente orgulhosos; orgulhosos pela vontade comum e orgulhosos pelos frutos que dela resultam.

Senhor Chanceler, os instrumentos que hoje subcrevemos, se bem que importantes em si mesmos, o são sobretudo pelas perspectivas concretas que abrem na consecução das metas que orientam este trabalho solidário e, portanto, nos estimulam e nos comprometem para o cumprimento das etapas futuras.

Com esse espírito, comemoramos, mais uma vez, sua presença entre nós e solicitamos que seja o portador ao Governo e ao povo do Brasil de nosso sentimento fraterno.

Muito obrigado.

CHANCELER DO BRASIL

Senhor Chanceler Adolfo Folle Martínez,

Muito agradeço as palavras amigas com que de-

sejou saudar-me Vossa Excelência nesta cerimônia.

Tenho sempre assinalado que um dos resultados paralelos, mas não menos importante, do Tratado da Bacia do Prata, é o de estimular as relações fraternas entre seus signatários, através, inclusive, das Reuniões anuais dos Chanceleres, oportunidade que nos é dada de, pessoalmente, trocarmos idéias sobre assuntos de interesse regional e bilateral.

A X Reunião, há pouco encerrada, vem confirmar esses meus comentários, ao dar-me a satisfação de poder permanecer algumas horas na nobre cidade de Montevidéu a fim de, com Vossa Excelência, conversar sobre o relacionamento de nossos países e presidir a essa cerimônia que se realiza sob a égide do Tratado da Lagoa Mirim.

Os documentos que acabamos de assinar e as deliberações que adotamos atestam, de maneira eloqüente, a decisão política de nossos Governos de implementar, com a possível rapidez, aquele instrumento dentro do espírito que sempre norteou nossas relações e que se viu consagrado no Tratado da Amizade, Cooperação e Comércio celebrado em 12 de junho de 1975.

Ao darmos mais esta demonstração da importância que atribuímos à colaboração entre o Brasil e o Uruguai em prol do desenvolvimento da área da Bacia da Lagoa Mirim, estamos não somente assinalando o interesse de um e outro país por áreas importantes de seus territórios, mas, de maneira especial, afirmando nossa fé na cooperação, como corolário necessário da amizade que nos une.

O grupo encarregado de estudar o financiamento do Projeto Jaguarão, na parte correspondente ao Uruguai, é hoje constituído, sob esse signo. O resultado de seus trabalhos propiciará a tomada de decisões importantes pelos nossos Governos no que se refere ao início das obras do Jaguarão, no momento em que já se acham terminados os estudos finais do projeto Centurião e em vias de conclusão, pelo PNUD, os relativos ao Projeto Talavera.

mais uma etapa no contexto do esforço de cooperação bilateral

Tenho a certeza de que, em curto prazo, pode-

remos contar com as suas sugestões e propostas e concluir, então, mais uma etapa no contexto desse esforço de cooperação bilateral.

A indicação, por parte de nossos Governos, das entidades executivas que terão a seu cargo a execução das obras do Projeto Jaguarão, de acordo com o esquema estabelecido pelos atos internacionais pertinentes, é outra medida indispensável para a adoção, com a desejada brevidade, de iniciativas e providências previstas para o início das obras e seu acompanhamento. A Subcomissão Coordenadora, que é integrada por representantes da CLM e das entidades executivas indicadas pelos Governos, é, com efeito de conformidade com a estrutura estabelecida pelo ato que inspira o convívio entre brasileiros e uruguaios.

Tratado da Lagoa Mirim, o núcleo operativo ao qual estará confiada a execução das obras comuns projetadas.

Finalmente, a cooperação técnica acordada em novos setores e modalidades na região da Lagoa

Mirim é particularmente representativa do desejo de aprofundarmos sempre mais nossa colaboração na área, onde já é tão íntima e estreita a atuação conjunta.

Essas decisões que acabamos de adotar são especialmente significativas do firme propósito dos nossos Governos de levar a bom termo a obra de desenvolvimento econômico e social da região, dentro do espírito de fraternidade e entendimen-

Essa colaboração que desenvolvemos no âmbito da Bacia da Lagoa Mirim se situa no quadro mais amplo do relacionamento brasileiro-uruguaio, o qual, a cada dia, se concretiza, se expande e ganha novas dimensões em múltiplos projetos e iniciativas.

A convivência fraterna, a vocação para o diálogo e o entendimento, nossas tradições e os vínculos geográficos e culturais que nos unem, inspiram a firme decisão do Governo brasileiro de aprofundar e estreitar, sempre mais, a colaboração mutuamente profícua que caracteriza o relacionamento brasileiro-uruguaio(*).

(*) Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 106, o texto das Notas trocadas entre os Chanceleres do Brasil e do Uruguai, em Montevideu; comunicado de imprensa sobre a reunião, na seção **Comunicado e Notas** à página 118.

v reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 30 de outubro de 1978, ao inaugurar os trabalhos da V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

Senhor Chefe da Delegação alemã,
Senhor Embaixador Kastl,
Senhor Chefe da Delegação brasileira,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Tenho muito prazer em inaugurar os trabalhos da V Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica. Criada em 1974, esta Comissão tem contribuído, de forma positiva, para o desenvolvimento de nossas relações na área econômica e financeira.

A Declaração Conjunta, de dez de março de 1978, do Presidente Ernesto Geisel e do Chanceler Helmut Schmidt registra a relevância dos trabalhos da Comissão, ao assinalar, em seu parágrafo terceiro, que ela — eu cito — “deverá desempenhar um papel cada vez mais importante”.

É na plena consciência desse encargo que as duas Delegações hoje se reúnem, para analisar o estado de nossas relações, as perspectivas do continuado desenvolvimento da cooperação bilateral e as soluções, mutuamente satisfatórias, para problemas que eventualmente se faça necessário equacionar.

Conforme verifico pela leitura da agenda desta V Reunião, a Comissão tem pela frente dois dias

de intenso trabalho, que, tenho certeza, será profícuo e objetivo, dentro do espírito que caracteriza todos os entendimentos entre os dois países.

Que o resultado, pois, dos esforços das duas Delegações, sinceramente animadas em dar continuidade e ainda maior estímulo à cooperação teuto-brasileira, possa corresponder, de forma satisfatória, ao cumprimento e às diretivas recebidas dos dois Chefes de Governo, por ocasião da visita do Presidente Geisel à República Federal da Alemanha, em março do corrente ano.

cooperação brasil-rfa serviu de modelo para aproximação com outros países

Antes de terminar, eu gostaria de dizer que o modelo de cooperação entre a República Federal da Alemanha e o Brasil foi muito útil ao meu país. Na tarefa de aproximação com a Europa Ocidental, esse modelo nos permitiu criar, também com outros países da Europa Ocidental, um relacionamento mais íntimo. É com muito prazer que eu assinalo que nós partimos da cooperação com a República Federal da Alemanha. Foi dessa experiência, da experiência do diálogo que nós conseguimos manter, entre nós, que o Brasil conseguiu também aumentar seu relacionamento com outros países da área. Relacionamento que para nós é essencial.

O Brasil, como a Europa Ocidental, acredita que sua participação no Ocidente é uma participação caracterizada. O Brasil acredita que os países da Europa Ocidental devem cada vez mais, individualmente, dar uma contribuição política, inclusive na compreensão dos interesses globais do Ocidente. E é também o que o Brasil pretende fazer, embora os meios brasileiros sejam muito menores. Apesar de nossa economia e nosso poder serem menores, nós pretendemos dar uma contribuição construtiva e eficaz ao Ocidente. Não acreditamos que os aliados ocidentais sejam mais uma dificuldade para o país que tem de exercer a liderança do Ocidente, do que uma contribuição concreta, efetiva e útil. Só estou dizendo isso porque nosso relacionamento com a Europa Ocidental tem crescido enormemente. Os senhores viram, por exemplo, que há pouco tempo estive aqui o Presidente da França e que nós tivemos o prazer de poder verificar que nesses dois últimos anos o comércio Brasil-França tinha se desenvolvido muito. Chegou a aumentar em 80%, porém muito mais já tínhamos feito com a República Federal da Alemanha. E também nunca esqueçamos a Itália que tem uma tradição de cooperação com o Brasil muito grande. Basta dizer que, depois da República Federal da Alemanha e da Holanda, é a Itália o país europeu com o qual nós temos o maior comércio, e a maior cooperação, seguramente. A França vem depois.

Mas hoje o primeiro parceiro do Brasil é a Europa Ocidental. O segundo parceiro brasileiro em comércio e cooperação econômica é o mundo em desenvolvimento. E o terceiro parceiro são os Estados Unidos da América. Estou dando estas idéias de grandeza porque para o Brasil evidentemente se diz que o Terceiro Mundo é constituído de muitos países, mas não é verdade. Os clientes do Brasil, da cooperação brasileira, são paí-

ses que podem ser enumerados dentre os países em desenvolvimento. Talvez sejam uns vinte ou trinta os que cooperam conosco, mas é muito expressivo verificar, e acho que também para os europeus, especialmente para os alemães, que têm tantas indústrias no Brasil, e que aqui participam do nosso desenvolvimento, que hoje o nosso segundo cliente é o mundo em desenvolvimento, que mostra, inclusive, uma certa preferência em determinados casos por importar equipamento que não é só nosso, mas também daqueles que cooperam conosco no nosso desenvolvimento.

Quero agradecer muito a presença dos Senhores aqui. Estimo que esta reunião será extremamente profícua. Vi com muito prazer entre nós aqui o Senhor Fredrich, que conheci como Ministro da Economia da Alemanha quando visitei pela primeira vez a Alemanha. Tive o prazer de estar com ele e quero dizer que os Senhores devem se sentir aqui como em casa. Uma das coisas que me fez sentir um certo orgulho, na forma em que trabalhamos, foi quando a Chancelaria alemã nos disse que o Brasil, dentro desse tipo de Comissão de entendimento, que não é muito difundido nem no Brasil nem na Alemanha. Não creio que a Alemanha tenha este tipo de relacionamento com muitos países, e nós também não temos, mas me senti contente, acho que há cerca de um ano atrás, quando a Alemanha nos disse que países com os quais eles têm esse tipo de relacionamento o Brasil tem dado sempre bom resultado no sentido de que tem se esforçado para responder todas as perguntas, para dar todas as informações que são requeridas. Acho que esse tipo de comportamento, de parte a parte, é que garantirá, no futuro, o sucesso das nossas reuniões. Mais uma vez, sejam muito bem-vindos aqui e muito obrigado(*).

(*) Na Seção **Comunidades e Notas**, página 118, o comunicado do Itamaraty à imprensa a propósito da V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica.

comissão brasil-rfa de cooperação científica e tecnológica

Discurso do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Dário Moreira de Castro Alves, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 26 de outubro de 1978, por ocasião da abertura dos trabalhos da VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

Senhor Secretário de Estado, Doutor Hans-Hilger Haunschild,
Meus Senhores,

Constitui para mim motivo de muita satisfação participar, pela primeira vez, dos trabalhos da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

Em particular, é-me especialmente grata a oportunidade de trabalhar com o Doutor Haunschild, que muito tem feito pelo estreitamento das relações entre os nossos dois países.

A presente VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica assinala o nono ano de uma intensa e proveitosa cooperação, traduzida agora em dez diferentes Convênios, abrangendo áreas de grande importância no campo da ciência e tecnologia.

Os três últimos Convênios, a se incorporarem a esse já numeroso conjunto, foram assinados, em março último, em circunstâncias especialmente auspiciosas, durante a visita do Senhor Presidente da República à Alemanha, evento que constitui marco histórico nos laços da amizade que unem o Brasil e a República Federal da Alemanha.

É exatamente imbuídos desse espírito de renova-

ção da amizade teuto-brasileira que damos início hoje a mais uma etapa de um esforço que tem produzido resultados bastante concretos num campo de importância estratégica para o desenvolvimento de nossas nações.

Se os resultados até aqui são considerados satisfatórios por ambas as partes, o potencial da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha está longe de ter sido esgotado e está a requerer esforços adicionais no sentido de identificar e viabilizar novas áreas de cooperação.

Assim, no correr da presente VIII Reunião da Comissão Mista, teremos oportunidade de debater o desenvolvimento de novos projetos no campo da energia solar, estudar a viabilidade de se encetarem pesquisas conjuntas para uso da biomassa no abastecimento energético de pequenas cidades, adotar esquema de cooperação no campo da energia eólica e sensoriamento remoto e considerar a possibilidade de estender a outras entidades brasileiras a cooperação já mantida entre a Diretoria de Hidrografia e Navegação e o Instituto para Ciência do Mar de Kiel.

Estou seguro de que, com o tradicional espírito de colaboração que tem presidido nossas reuniões, haveremos de estabelecer os parâmetros adequa-

dos para a cooperação, nessas e noutras áreas, que venham a ser objeto de exame na reunião que ora se inicia.

Senhor Secretário de Estado,

É, pois, com grande satisfação que, em nome do Governo brasileiro, do Ministro Azeredo da Silveira, especialmente, apresento-lhe os votos sinceros de boas-vindas.

Muito obrigado. (*)

(*) O Comunicado de imprensa divulgado em Brasília, pelo Itamaraty, ao final da VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica está na seção **Comunicados e Notas**, página 119.

presidente geisel fala à nação no fim do ano

Mensagem de final de ano do Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, transmitida por uma cadeia de rádio e televisão no dia 29 de dezembro de 1978.

Como habitualmente, venho esta noite dirigir-me aos brasileiros para transmitir-lhes — e já agora pela última vez — a mensagem, de final de ano, do Chefe da Nação, dando conta, em largos traços, de quanto nos foi possível realizar em 1978 e das perspectivas que visualizamos em 1979.

O quadro mundial, apesar dos esforços de eminentes líderes responsáveis, continuou ainda conturbado. Poucos avanços foram alcançados com vistas à solução de graves e persistentes conflitos — políticos, econômicos e sociais, declarados ou em estado potencial — entre países e no âmbito interno de muitos destes. Mesmo as nações mais desenvolvidas não conseguiram recuperar-se, satisfatoriamente, da crise surgida em 1973. Na verdade, os últimos cinco anos representaram, para todo o mundo ocidental, o período econômico mais difícil que se tem registrado desde a Segunda Guerra.

Nos países industrializados, as taxas de crescimento do produto real caíram à metade, enquanto duplicavam as da inflação, comparativamente aos dez anos precedentes. Os desequilíbrios do balanço de pagamentos, continuamente alimentados pelos altos preços do petróleo, alastraram-se por todo o mundo, não apenas causando dificuldades aos países em desenvolvimento, mas também abalando as moedas de maior prestígio no cenário internacional. Palavras que pareciam banidas da descrição das economias modernas, como recessão, desemprego e protecionismo, ressurgiram ameaçadoramente nos países desenvolvidos.

Era inevitável que esse quadro se refletisse desfavoravelmente sobre o Brasil, dado o alto grau de interdependência dos países, característico dos dias atuais e agravado pelos nossos próprios problemas internos, dentre os quais avultam os decorrentes do crescimento demográfico de 3.000.000 de pessoas anualmente e, pois a responsabilidade de atender às necessidades de 60 milhões de jovens com idade inferior a 18 anos e de criar 1 milhão e 300 mil novos empregos todo ano.

resultados favoráveis em 1978

Não obstante, durante 1978, conseguimos resultados favoráveis na maioria dos setores da vida nacional, não tanto quanto esperávamos, mas certamente bem mais do que muitos outros países. Tivemos ordem interna, bom relacionamento com o exterior, moderado mas efetivo progresso econômico e social e avanços marcantes na área do desenvolvimento político.

A ação exercida pelo Itamaraty no exterior foi muito dinâmica, tanto nas organizações que integramos, quanto no quadro das relações bilaterais com numerosos países. Empenhamo-nos em promover a paz, a harmonia e a cooperação internacionais, de acordo com nossa tradição, sem prejuízo sempre da justa defesa dos legítimos interesses nacionais. Recebemos as visitas amigas dos Presidentes dos Estados Unidos da América, de Portugal, França e Paraguai e do Príncipe Herdeiro do Japão, e, de nosso lado, em retribu-

ção devida, estivemos no México, Uruguai e na República Federativa da Alemanha.

Cabe destacar aqui o êxito das negociações que levaram à assinatura do "Tratado de Cooperação Amazônica", com a participação e o consenso de todos os países integrantes desta vasta e importante região que, só a partir de agora, está despertando para o desenvolvimento.

No setor econômico, sofremos internamente prolongadas estiagens nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste, com reflexos muito negativos na atividade agropecuária. Perdemos, assim, cerca de 13 a 14 milhões de toneladas na produção de grãos, além dos prejuízos na pecuária, pela extensa redução das pastagens. Tivemos, ainda, um grave surto de peste suína africana, com ameaça de eliminação do rebanho, mas já contido e sob pleno controle. Novas geadas prejudicaram sensivelmente os cafezais do Paraná e Sul de São Paulo e suas conseqüências incidirão na produção cafeeira do próximo ano.

Apesar dessas calamidades e do crescimento demográfico, o Produto Interno Bruto, graças principalmente à maior produção industrial, cresceu de 5 a 6%, e a renda anual, "per capita", elevou-se a 1.600 dólares.

No comércio exterior não foi possível obter saldo positivo, como auspiciosamente ocorreu em 1977, em virtude da referida redução na produção agropastoril. Registrou-se um déficit da ordem de 900 milhões de dólares, bem inferior, no entanto, ao dos anos de 1974, 75 e 76. Expressivo foi o esforço realizado na exportação de produtos manufaturados, cuja participação cresceu para 52% do total.

A dívida externa — da área governamental e das entidades privadas — elevou-se a cerca de 41 bilhões de dólares e a nível da reserva de divisas chegou próximo a 12 bilhões de dólares, evidenciado não só o excelente crédito de que goza o país no exterior, como a disponibilidade de maiores recursos para enfrentar situações adversas imprevistas.

A inflação que em 1976 registrou uma alta de preços da ordem de 46%, teve razoável declínio em 1977, com o aumento do índice geral de pre-

ços reduzidos a 39%. Em 1978, esperávamos nova redução, frustrada, no entanto, pelas calamidades climáticas que provocaram alta excepcional nos preços agrícolas. O ano encerra-se com cerca de 41% de aumento do índice geral de preços, devendo-se observar, no entanto, que as maiores altas foram as dos preços no atacado e não, no nível de consumidor.

As atividades relacionadas com a Educação e Cultura, Saúde e Assistência Médica, Treinamento Profissional, Saneamento, Nutrição, Habitação, PIS-PASEP — experimentaram sensível expansão. O total de recursos aplicados atingiu o nível de 500 bilhões de cruzeiros — quase 15% do PIB — o que representa o maior esforço já realizado no desenvolvimento social brasileiro.

A população economicamente ativa alcançou um total de aproximadamente 42 milhões de pessoas e a expectativa de vida média do brasileiro está chegando a 63 anos.

Dentre inúmeros resultados, cabe mencionar:

- a elevação para 63 milhões do número de pessoas abrangidas pelo Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social;
- a formação profissional de mais de 3,7 milhões de trabalhadores;
- 21,5 milhões de matrículas no ensino de 1.º Grau e 2,5 no 2.º;
- 160.000 financiamentos habitacionais concedidos pelo BNH para a população de baixa renda;
- as campanhas do Ministério da Saúde, de vacinação, erradicação da malária, combate ao mal de Chagas, e, principalmente, os resultados positivos na luta contra a esquistossomose;
- os programas e os recursos destinados à melhoria das condições de vida nas áreas urbanas, notadamente quanto ao suprimento de água, saneamento, transporte e regularização do abastecimento de alimentos.

Importante é ressaltar que, contrariamente aos que acusam o modelo brasileiro de concentrador de rendas, há suficiente evidência de que nos anos mais recentes, o desenvolvimento beneficiou

todas as camadas, mas sobretudo as mais pobres. Assim, as "Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliares" mostram que, entre 1972 e 1976, enquanto a renda média real dos 10% mais ricos crescia de 13,8%, a dos 10% mais pobres aumentava de 45,9%.

Na área política, o Governo promoveu, através de Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos legisladores, a revogação dos Atos Institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968.

A Emenda terá aplicação efetiva a partir de 1.º de janeiro e constitui mais um importante avanço no sentido da institucionalização do regime e aprimoramento de nossa democracia.

Em consequência, foram também abolidas as penas de morte, de prisão perpétua e o banimento. Outras penalidades, estabelecidas na Lei de Segurança Nacional, consideradas excessivas, foram substancialmente reduzidas.

Durante o ano tivemos eleições para a Presidência da República, Governadores dos Estados e Senadores por via indireta e, a 15 de novembro, eleições gerais para as Assembléias Legislativas, Câmara dos Deputados e renovação de um terço do Senado.

eleições foram realizadas em clima de respeito e ordem

Nessas eleições, realizadas num clima geral de respeito e de ordem, demonstrando o vivo interesse do povo pelo destino da nação, quando ocorreu em massa às seções eleitorais para depositar o voto livre nos candidatos preferidos, mais uma vez a Arena sagrou-se vencedora, alcançando a maioria em 18 Assembléias Estaduais, contra 3 do MDB e o empate em uma delas; elegendo maioria expressiva de Deputados e Senadores e recebendo o maior número de votos de legenda, votos que, de fato, são a expressão partidária.

A 15 de março próximo inaugurar-se-á o novo governo, presidido por João Baptista de Oliveira Figueiredo. Dentre os problemas mais complexos com que se defrontará estão, sem dúvida, os re-

lativos à dívida externa, à inflação e às consequências da supressão dos Atos Institucionais.

A dívida externa que a tantos alarma pelo seu vulto, parece-me compatível com o atual estágio de desenvolvimento da economia nacional.

Ela é uma consequência inevitável dos fortes déficits comerciais que registramos logo após a crise do petróleo. A política de expansão das exportações que estranhamente muitos condenam, evitou que se transformasse em hipertrofia. Seus encargos, regularmente escalonados no tempo, em virtude do adequado perfil que lhe foi possível dar, serão atendidos oportunamente pelo contínuo aumento de nossas exportações; pela redução das necessidades de importações, à medida que a política de investimentos na área de insumos básicos e bens de capital apresentar maiores resultados; pela elevada reserva de divisas de que o país ora dispõe e, finalmente, pelo renovado crédito que merecemos das instituições financeiras internacionais que confiam na ativação de nossas extraordinárias riquezas potenciais. A propósito, cabe ainda registrar que a atividade agrícola tradicional, acrescida com a incorporação de novas áreas e maior produtividade devido à pesquisa tecnológica e assistência técnica, apresenta-se, agora, com bons prenúncios de safras abundantes, se não ocorrerem novas estiagens anormais, permitindo assim suprir plenamente a demanda interna e dispor de excedentes para a exportação, em benefício do balanço comercial.

A inflação constitui problema que hoje requer o maior esforço cooperativo da sociedade brasileira. Vivemos com vários neutralizadores da inflação — a correção monetária, a cambial, a salarial. Esses neutralizadores evitam que a inflação impeça o desenvolvimento. Mas, no reverso da medalha, tendem a perpetuar a taxa de inflação em patamares rígidos. Certamente, a sociedade brasileira não pode, nem deve, tolerar permanentemente altas anuais de preços da ordem de 40%. Ao Governo cabe uma parte da ação, e é de se esperar que melhores condições climáticas provoquem natural desaceleração inflacionária em 1979. Num país ainda em desenvolvimento como o nosso que, em circunstâncias normais, já representa um desafio de grande complexidade, e numa sociedade de aspirações exacerbadas como é a de nossa época, não podem, aliás, deixar de surgir sinais de insatisfações, além de mani-

festações de correntes para as quais o muito que se fizer sempre parecerá pouco. Mais naturais ainda são manifestações tais quando se vive um processo de distensão política. A abertura política, todavia, traz novo coeficiente de responsabilidade a todos e particularmente aos empresários e aos trabalhadores. Não se tente reivindicar o impossível; não se tente criar uma casta privilegiada de trabalhadores, à custa de redução das oportunidades dos menos favorecidos; não se tente desenvolver um empresariado que peça o combate à inflação, mas com o sacrifício, apenas, de terceiros.

Países há onde as reivindicações desordenadas levaram a uma inflação galopante, curável, somente, após doloroso período de recessão e desemprego. Temos a experiência recente de muitos vizinhos; e temos a nossa lembrança de 1963. A abertura política diminui o coeficiente de tutela do Poder Executivo e, por isso mesmo, torna cada cidadão mais responsável pelo futuro de toda a nação.

A maior conquista dos Governos da Revolução foi a implantação da racionalidade, descartando-se as teorias românticas que somente arruinam os povos. Que não se tome a abertura política como pretexto para voltar aos mesmos erros e fantasias de quinze anos atrás — antes sirva-nos ela para a criação do clima de amplo debate de opiniões e discussão de projetos, tão necessário a que viceje a própria racionalidade e frutifique.

Melhor oxigenado o tecido social pela circulação de idéias, poderemos, na verdade, enfrentar com confiança maior as dificuldades do futuro próximo que — se não ameaçador, graças a Deus — não deixa de ser preocupante.

Justas apreensões quanto à ordem pública e à estabilidade política, no limiar de um período de ampliadas franquias democráticas e de possíveis excessos, devem encontrar conforto no sistema de salvaguardas constitucionais instituído para defesa do regime e das leis, e garantia da Segurança Nacional.

E isso se não bastassem a coesão e fidelidade das Forças Armadas em seu papel constitucional de tranqüilas guardiãs da República, ao lado da robusta consciência patriótica de nosso povo.

E haveremos de implantar, na vida nacional, padrões cada vez mais elevados de dignidade e de eficiência democráticas, ajustando corretamente os dois vetores básicos — o das franquias individuais e o da participação responsável de cada um no processo decisório das coletividades que integram, em vários níveis, o organismo nacional.

Que as nossas elites, principalmente as políticas, saibam avaliar bem o momento histórico que vivemos — término de todo um longo período autoritário de exceção, a que não houve como eximir-se a nação — e estejam à altura das generosas aspirações do povo brasileiro.

Com sadio otimismo encaramos, assim, o futuro que de nós se aproxima, confiantes em que 1979 será um ano de sólidas realizações e nítidos avanços no progresso integrado desta nobre Nação brasileira, sob a gestão, em breve, de um novo governo ao qual desejamos êxito pleno.

A todos — meus votos mais sinceros de um feliz Ano Novo.

Boa Noite.

silveira analisa a intensa atividade diplomática brasileira

Discursos do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Dário Moreira de Castro Alves e do Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de dezembro de 1978, por ocasião dos cumprimentos de Natal dos funcionários do Itamaraty ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DISCURSO DO SECRETÁRIO-GERAL

Senhor Ministro de Estado,

Quis o destino dar-me a grande felicidade, a honra e o prazer de, nesta grande data, nestes dias que precedem a celebração do Natal, trazer, em nome de todos os funcionários desta Casa, os votos de um alegre Natal e de um ano de 1979 muito feliz.

Digo que é um prazer, Senhor Ministro, e uma honra, porque durante os cinco anos em que servi a seu lado aqui testemunhei o outro colega mais graduado do que eu, e que já nos deixou no convívio da Secretaria de Estado, o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, fazer esta saudação. Uma saudação sempre repassada de muito sentimento, de muita amizade e de muito respeito. E com muita consideração que seu nome e sua pessoa merecem.

Hoje chega este dia para mim. São 27 anos de convivência no Itamaraty e nestes 27 anos o meu tempo de convivência com Vossa Excelência foi quase contínuo. Salvo pequenas interrupções, acompanhei-o sempre e mereci sempre de sua pessoa as palavras do mais alto estímulo, do mais alto conforto e do sentido de lição e de aprendizado que em tudo que Vossa Excelência faz ressurbra. Tenho certeza de que interpreto os sentimentos de todos os colegas que estão aqui presentes, de todos os servidores desta Casa; tenho

certeza de que interpreto os sentimentos de muita alegria, de muito reconhecimento, de muita gratidão pelo muito que Vossa Excelência fez a esta Casa, em todos os setores, desde o setor de pessoal e de administração, à qual Vossa Excelência dedicou muito tempo de sua atividade, sempre marcada por esse caráter conspícuo e importante de quem exerce realmente as funções importantes no momento oportuno, a outros setores desta Casa: setor econômico, setor político e até o setor mais alto, que é o de chefiar esta Casa que cresce dia a dia, que cresce precisamente como o Brasil cresce e cujo grande desafio é fazê-la atuar da maneira a mais afim, mais paralela, a mais afinada com os sentimentos nacionais, com os sentimentos de brasilidade, com as aspirações do povo brasileiro.

Vossa Excelência, durante cinco anos, teve essa nobre missão de formular e colaborar diretamente com o Senhor Presidente da República para a execução da política externa do Brasil. Foi um período longo e profícuo. Eu direi mesmo que, no período republicano, seja precisamente o segundo ou terceiro período mais longo de uma gestão inteiriça: cinco anos. Então, Vossa Excelência, nesses cinco anos, soube mostrar tudo aquilo para o qual se preparou, para o qual esta carreira verdadeiramente o alimentou com todo o estofamento de seriedade, de dedicação ao Serviço Público e de continuação de uma mística que já perdura muito e que Vossa Excelência tanto incentivou em todos os seus comentários e decisões.

A política externa realmente é da competência do Senhor Presidente da República, como comandante supremo da Administração e da política nacional. Mas a Constituição Federal estabelece em seus Artigos 73 e 84 que o Presidente da República é auxiliado diretamente pelos Ministros de Estado. É também o que diz expressamente o Decreto n.º 71.535, que é o decreto básico de nossa organização. O Ministro de Estado ajuda, colabora, é o auxiliar imediato do Senhor Presidente da República na formulação e na execução da política externa.

Eu queria dizer a Vossa Excelência e dar o meu testemunho de como Vossa Excelência soube cumprir bem essa missão. Porque não é uma prerrogativa, não é apenas um direito o de colaborar com o Senhor Presidente da República para formular a política externa. É mais do que um direito e uma prerrogativa. É um dever. E esse sentimento de dever Vossa Excelência o teve sempre nesta Casa e foi sempre correspondido pelo Senhor Presidente da República, pelo muito que nos foi dado ver e observar. Vi-o numerosas vezes, nestes cinco anos, debruçado sobre sua mesa de trabalho, elaborando as informações, cuidando minuciosamente de todos os aspectos, desde o redacional até o de implicações políticas graves, importantes e institucionais.

Vi-o debruçado sobre os papéis, vi-o na tarefa constante de coordenação com outros membros do Governo como nunca havia visto antes. Vi Vossa Excelência, nos seus contatos telefônicos constantes com todos os Ministros de Estado, sejam aqueles que trabalham na Presidência da República, sejam aqueles que estão em suas Repartições nesta Esplanada que concentra o Poder Político do País. Vi também suas conversações diretamente com o Senhor Presidente da República. Sempre guardarei a impressão e a certeza de que Vossa Excelência soube não utilizar aquela prerrogativa, ou aquele direito, mas, sim, cumprir com o seu dever de formular ao Senhor Presidente da República as grandes sugestões da política para que o Senhor Presidente da República, de posse dos elementos, que Vossa Excelência fornecia, pudesse ele, então, tomar as grandes e graves decisões da política externa.

política externa brasileira há de ser cada vez mais importante

Realmente as atribuições do Senhor Presidente

da República, como Chefe de todo o comando político da Nação, e inclusive, portanto, da política externa, não são apenas um dado constitucional. Elas defluem também da realidade num mundo moderno em que a interdependência, a comunicação e as necessidades de convivência entre todos os povos são cada vez maiores. E são cada vez maiores em função não apenas de um dado político, mas de um dado verdadeiramente profundo e sociológico. As nações são gregárias como os indivíduos o são. E elas tenderão a ser cada vez mais assim. E por isso as tarefas de política externa de um país grande como o Brasil, que tem o seu destino grande pela frente, são tão importantes. Um dos 10 países de maior Produto Nacional Bruto do mundo, uma das grandes economias já com impacto no comércio mundial e nas relações de troca no mundo, e em crescente desenvolvimento, essa política externa há de ser cada vez mais importante, mais essencial.

Esse sentimento da importância da política externa, para nós diplomatas, para o Itamaraty, para todo o Brasil, Vossa Excelência infundiu constantemente, com sentimento de mestre, e com sentimento de quem considera o dever cumprido na alta administração pública o seu maior dever e a sua primacial obrigação.

Posso dizê-lo, Senhor Ministro, e falar com muita franqueza, porque tenho essa autoridade de convivência com Vossa Excelência nestes cinco anos em que estive a seu lado. É a quinta vez que celebramos esta festa, como disse. E porque diuturnamente me foi dado por Vossa Excelência o prazer, a confiança de participar de muito de seu processo de trabalho. E Vossa Excelência assim o fazendo, da maneira como dirigiu o Ministério, Vossa Excelência soube imprimir em nós o sentimento de cuidado que as coisas diplomáticas exigem. Elas não são tão simples. O nosso serviço não é puramente material, não tem a função de atingir determinado objetivo material, rápido, de fazer uma determinada entrega ou de fazer uma determinada impressão, ou de fazer um determinado projeto que se traduza numa despesa material concreta. Nosso grande produto elaborado, como sempre Vossa Excelência disse, é a política externa.

Tudo que aqui se faz, seja materialmente, seja espiritualmente, seja politicamente, se destina a

assegurar a eficácia da nossa política externa para que o Itamaraty continue e se veja acrescido cada vez mais no conspícuo papel de formulador da política externa. A eficácia na diplomacia é algo de fundamental. De outra forma, sem a eficácia, o mecanismo diplomático careceria de sentido e tenderia a ser superado e ser colocado numa função meramente protocolar ou ritual. Tenho a certeza de que todos aqueles que trabalharam com Vossa Excelência nestes cinco anos, ou em menor período de tempo, aprenderam essa lição. E saberão, doravante, sempre que tiverem diante de si as decisões a tomar saberão sempre pensar pelas pautas, pelas linhas e pelos procedimentos que Vossa Excelência nos ensinou, com sentimento profundo de brasilidade, com sentimento profundo de amor e de respeito àquilo que é nacional, que é brasileiro, àquilo que diz respeito ao nosso destino, ao nosso povo, aos nossos interesses nacionais.

Esta lição é profunda em nós e este testemunho dou, como já disse, com muito prazer, com muito sentimento de sinceridade. Temos a certeza de que seu dever junto ao Senhor Presidente da República, tanto quanto nos foi dado ver, com muita simplicidade, com muito sentido de verdade, esse dever foi brilhantemente cumprido.

Senhor Ministro de Estado, todos os funcionários aqui presentes também querem lembrar o muito que Vossa Excelência fez a esta carreira, com sua grande experiência em questões anteriores no Departamento Geral de Administração. Vossa Excelência conhece esta Casa por dentro, em todas suas entrelinhas, em todos os seus feixes nervosos, em todas suas sensibilidades. Nunca Vossa Excelência se equivocou ao fazer tal ou qual vacatício a respeito da reação dos funcionários desta Casa a seus projetos de adaptá-la constantemente a nossas necessidades de crescimento.

Foi a carreira diplomática, foi o servidor de todas as categorias desta Casa, que sempre viu em Vossa Excelência a constante preocupação pelo destino de todos nós, para que as pessoas que trabalham a seu lado se sintam felizes, que tenham seu ideal também atingido de trabalhar bem, de cumprir bem, porque todos nós temos nossas funções, nossos deveres a cumprir, em toda a escala, em toda a categoria de nossa atividade. Então, essa preocupação humana de

Vossa Excelência foi constante, foi permanente. Vossa Excelência engrandeceu a carreira, aumentou-a em seus quadros, depois de 12 anos em que não era criado um só cargo nesta carreira, quando mais de 20 Embaixadas tinham sido abertas nos últimos anos. Vossa Excelência sentiu a necessidade do pessoal administrativo, de também ter o direito de participar, de servir bem, de ser também um membro executivo dessa atividade de política externa numa casa que cresce dia-a-dia. Hoje já temos 162 missões diplomáticas e repartições consulares. São 162 postos no exterior. Temos relações diplomáticas, efetivas, residentes, com 86 países. Temos seis delegações permanentes em Organismos Internacionais. Temos mais de 90 Consulados de várias categorias, sem somar quase uma centena de Consulados honorários. Esse é um serviço grande que requer muita delicadeza e muita compreensão, muita sensibilidade.

ninguém pode impedir crescimento do brasil

E ele é grande e vai crescer ainda mais porque o Brasil cresce. Ninguém mais pode impedir esse crescimento. Nem ninguém mais poderá estar impedido de ver e de sentir esse nosso papel crescente na comunidade internacional. Porque sempre que foi necessário dar o recado sobre o nosso crescimento, sobre a nossa presença, sobre nosso sentimento de independência, sobre a ausência de sentimentos espúrios de dependência ou de timidez, sempre que foi necessário dar esse recado, Vossa Excelência o deu, com sentido diplomático e com sentido de afirmação nacional.

Então, mais uma vez, quero dizer, Senhor Ministro, que todos nós nos sentimos felizes nesta data. Esta é uma data muito cara ao coração de todos os brasileiros, sendo nós um grande país cristão, inserido nessa comunidade ocidental de nações, pluralista, aberta, livre e democrática. Nós vemos no Natal a grande data que celebra o nascimento de um Homem-Deus ocorrido precisamente na data de nosso calendário, porque seu nascimento marca o nosso próprio calendário. Quando nós pronunciamos, ou simplesmente escrevemos o ano em que vivemos, nós estamos homenageando o Homem-Deus que veio ao mundo para, num grande sacrifício, num sacrifício máximo, deixar a sua mensagem.

Essa mensagem veio até nós pelas heranças mais caras da civilização em que nós fomos criados e educados. E por isto, essas tradições e essas lembranças, essas heranças culturais em que nós boiamos e que são muito profundas, nos trazem aqui hoje para nos associarmos, pararmos um pouco de pensar, nestes poucos minutos, nas nossas tarefas e nossos deveres; logo mais estaremos todos nós a eles devotados; mas parar um minuto e desejar que Vossa Excelência seja muito feliz, com sua família, na noite santa do Natal e na grande noite que também antecede a passagem do ano. Que Vossa Excelência nesse momento de felicidade pense e medite claramente que os funcionários desta Casa desejaram que esse momento seja o mais alegre possível. Eles também são parte de sua família porque, pelas grandes atividades que Vossa Excelência aqui desenvolveu, com o sentido e o sentimento de que não conhecia hora, nem horário, nem itinerário, nem esquema outro que não fosse do dever, Vossa Excelência terá passado nestes cinco anos mais tempo nesta Casa do que em qualquer outro teto, em qualquer outro lugar, porque as horas que Vossa Excelência devotava a essa Casa eram praticamente a metade do dia.

Em casa também, quando lá estava, Vossa Excelência estava cercado de seus papéis, no aconchego de seus familiares, que tinham o seu tempo roubado por sua intensa e grande atividade e dedicação ao serviço desta casa.

Receba, pois, mais uma vez, Senhor Ministro, meus sentimentos muito profundos em nome de todos os funcionários desta Casa pela grande felicidade, pelas grandes alegrias destas datas; que prenunciem outras alegrias, somadas àquela muito grande e fundamental que Vossa Excelência tem, profundamente dentro de si, que é a consciência do dever cumprido.

Muito obrigado.

AGRADECIMENTO DO MINISTRO DE ESTADO

Senhor Secretário-Geral,

Meus amigos,

Sempre fui muito ligado pessoalmente ao Embaixador Dário Castro Alves. Agora, quando ele acaba de fazer um discurso excelente, bonito e

generoso, tenho certeza de que sua generosidade se deve, em grande parte, à nossa longa amizade. Mas, esse sentimento não é só dele. Neste momento, ao olhar para todos os que aqui estão, tenho que agradecer a todos a mesma generosidade, expressa tão claramente no aplauso que o discurso recebeu. Os olhos dos senhores me fazem ver, assim, com muita clareza a participação nesse sentimento, que o Embaixador Dário manifestou de maneira tão ampla e tão acima daquilo que eu possa pretender ser.

É verdade que esta Casa foi sempre a minha casa. E, de tantas formas e em tantos lugares, que, agora, só posso me sentir altamente gratificado com a colaboração dessa "gente" que presta, de forma firme e avançada, serviços importantes ao Brasil. Quero enfatizar mesma este ponto: Esta Casa nunca foi retrógrada. Os diplomatas brasileiros, certamente porque temos tantos vizinhos, em diálogo diplomático permanente, nunca andaram na retaguarda das idéias, no Brasil. Ao contrário: sempre andaram na frente, na vanguarda. Às vezes, o Itamaraty teve mesmo que se defender de incompreensões, mas nunca recuamos de nossa posição, e, por isto, tenho profundo orgulho do Itamaraty. Da mesma forma, orgulho-me também de ter pertencido a este Governo, Governo de um Presidente como Ernesto Geisel, um homem ético, que nos deu sempre o exemplo de sua maneira de agir.

Não quero falar com nostalgia ou tristeza. A emoção não é triste numa festa como a de hoje. É uma coisa criadora; é certamente o que há de melhor em nós todos. Portanto, não devemos ficar acanhados com a nossa emoção, quando ela tem esse sentido criador, forte e bom.

Agora, queria assinalar, em primeiro lugar, o quanto me honrou participar deste Governo, que teve méritos notáveis. Assim, ninguém poderá esquecer no futuro o compromisso do Presidente Geisel com a distensão interna e com a democratização. Antes de assumir o Governo, o Presidente já me havia dito o que iria fazer e eu nunca tive dúvidas de que ele conseguiria fazê-lo. Até os últimos passos que ele deu, fossem quais fossem os desafios, fossem quais fossem as críticas, fossem quais fossem as injustiças que lhe fizeram, ele marchou sempre orientado pelo objetivo da democracia.

Outro ponto que não será esquecido foi a forma criativa com que o Governo enfrentou a crise energética. O Brasil não é um país desenvolvido e industrializado, onde a população não cresce. Recessão, neste país, é assim sinônimo de miséria. De fato, o país desenvolvido combate melhor a recessão porque a economia que terá de fazer fica na área do supérfluo. Porém, no Brasil, não há supérfluo. Aqui, é a alimentação, é a saúde, é a educação que são afetadas pela recessão, e, por isto, não podemos ter a mesma mentalidade de um país industrializado. Felizmente, neste Governo, se alguma coisa se fez, foi criar essa consciência nacional de que nós não podemos nos enfeitar com aquilo que não somos. Temos de enfrentar os problemas com a nossa capacidade de trabalho e a nossa capacidade de ver nacionalmente a realidade.

Um terceiro ponto que pode ser mencionado, entre as realizações deste Governo, é a política exterior. Digo isto com vaidade porque os senhores conhecem perfeitamente minhas reflexões e os meus planos globais desde o início. Esses planos, aprovados pelo Presidente antes ainda de minha posse no Ministério, e sobre os quais não conversei senão com o Presidente singularmente, só foram compartilhados com esta Casa, com todos os senhores. Nunca procurei conselhos fora do Itamaraty e nunca pedi licença a ninguém para fazer qualquer sugestão. Porém, minhas reflexões, minhas idéias, minhas preocupações — os modos de afinar as idéias — foram amplamente compartilhados com os senhores. Muitas dessas idéias vieram dos Senhores, e eu me orgulho disto. E, também por isto, é forte o meu sentimento de gratidão para a Casa, para todos os funcionários. O Embaixador Dário foi a expressão do sentimento, mas é com todos que compartilho a gratidão. Sei que os assessores foram motivados porque trabalharam comigo no dia-a-dia; sei que, todos e cada um, sentiram-se realmente diplomatas porque tiveram responsabilidades efetivas. Mesmo os funcionários administrativos começam agora a participar da responsabilidade de entregar um produto acabado, que

é a política exterior. A motivação foi geral, e tenho a certeza de que mesmo os contínuos e o pessoal subalterno sabiam da importância dos papéis que levavam. Tenho certeza de que, por essas razões, me foi dada uma solidariedade que dificilmente poderia ser esperada, e é disto que me orgulho.

Orgulho-me do meu país, e me chamam de patriota. Ser patriota não é simplesmente estar sentado na cadeira de Ministro. Ser patriota é saber lutar todos os dias por nosso país. É preciso não enfeitá-lo com o que ele não é, e, ao mesmo tempo, é preciso conquistar aquilo a que temos direito. Para ser patriota, é preciso que extirpemos de nossa mente o sentimento atávico de dependência, que este país não pode ter mais. O Brasil não pode usar mais a camisa estreita com que se apresentava no mundo, porque não corresponde nem à sua grandeza nem à de seu povo. E, o Ministério das Relações Exteriores, que sempre esteve na vanguarda destes sentimentos de progresso e de realização nacional, não pode ser tímido, e não será.

Eu agradeço aos senhores tudo que fizeram pelo Brasil. Que levem para casa o meu afeto, o meu carinho, a minha solidariedade íntima, junto dos senhores, em todos os momentos. Saibam que, em qualquer lugar onde estiver, estarei sempre pensando nos senhores com gratidão.

Finalmente, queria dizer de minha serenidade neste momento. Não tenho a menor perturbação de espírito. Não fui nunca candidato a nada. Sempre digo, muito simplesmente, que todos devem criar uma nuvem, que é o conceito de cada um. Mas, ninguém pode fazer com que essa nuvem se transforme em água, que é capaz de fertilizar o chão. São circunstâncias, são oportunidades que as pessoas, elas mesmas, não criam. Ser Ministro não é um emprego. Nunca fui candidato a nada. Sou candidato, sim, a servir ao meu país, como todos os senhores. E, levem meu amor para as suas casas. Obrigado.

chanceleres dos países da bacia do prata reúnem-se em punta del este

Discursos dos Chanceleres do Uruguai, Adolfo Folle Martínez (tradução não-oficial), e do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, em Punta del Este, Uruguai, em 4 de dezembro de 1978, por ocasião da abertura de X Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

CHANCELER URUGUAIO

Senhores Ministros de Relações Exteriores
Senhores Ministros de Estado
Senhores Embaixadores
Senhores Delegados
Senhores Observadores
Senhoras e Senhores,

Constitui para mim uma grande honra e uma agradável missão transmitir a saudação da fraterna amizade do Governo da República Oriental do Uruguai e dar-lhes os mais calorosos e cordiais votos de boas-vindas a nosso país, que se sente orgulhoso de ser hoje a sede da X Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata.

Quero, em primeiro lugar, expressar a meu ilustre amigo, o Chanceler do Paraguai, Doutor Alberto Nogués, nossas felicitações por sua brilhante atuação na Presidência da IX Reunião de Chanceleres. Desejaria encontrar a inspiração para suceder-lhe numa gestão tão eficaz e correta como a realizada por ele.

Tenho, de minha parte, Senhores Chanceleres, a convicção de que vossa presença garantirá o êxito desta Reunião, que há de contar com o

aporte incalculável de vossa alta competência e vossa relevante capacidade de estadistas.

Desde fevereiro de 1967, quando os Chanceleres da Bacia do Prata se reuniram em Buenos Aires para discutir as bases do Sistema, consolidado depois, institucionalmente, com o Tratado de Brasília, transcorreu um tempo suficiente e adequado para a reflexão e o ensaio de idéias sobre a ação futura a desenvolver, que, sobre a base da importante experiência adquirida e a fecunda atividade aplicada na execução de um programa de obras multinacionais e nacionais, úteis ao progresso da região, permita progredir até alcançar os objetivos fixados, de interesse comum.

Esta reflexão deve partir da idéia de que a rica região constituída pela vasta bacia hidrográfica do Prata e suas áreas de influência direta e ponderável, representa um núcleo geoeconômico fundamental a partir do qual a inter-relação de interesses, imposta pela natureza e respaldada pela história e pela afinidade cultural, acrescida da tecnologia e impulsionada pela aspiração de completo desenvolvimento e bem-estar de nossos povos, multiplica dia-a-dia as áreas de cooperação, ampliando a gama dos interesses comuns que servem de base à comunidade jurídica que estabelecemos.

desenvolvimento cada vez mais dinâmico

O mundo de nossos dias se caracteriza pelo desenvolvimento cada vez mais dinâmico da cooperação internacional e o Sistema da Bacia oferece um bom exemplo do que podem alcançar aqueles países que tornaram efetiva essa cooperação com critério solidário e harmônico, dentro do marco jurídico de um acordo necessariamente flexível, cujas virtudes erguem perspectivas de progressivo e largo alcance.

Com efeito, apesar do Sistema da Bacia ter-se concebido originariamente como um programa de integração física, o enfoque ampliado e racional dos objetivos comuns do desenvolvimento conduzem a formas de cooperação econômica e social, o qual fica refletido na reorganização da ação do Comitê Intergovernamental Coordenador com o agrupamento das áreas básicas de trabalho estabelecido na Resolução 60 (VII).

O Uruguai já assinalou que sua ação na Bacia se orienta no fortalecimento e na ampliação da função multilateral do Sistema. Para isso, é necessário, em primeiro lugar, racionalizar o conjunto de Resoluções adotadas pelas Reuniões de Chanceleres, carentes atualmente de sistemática, que permita efetuar uma avaliação do que já foi feito e definir o que ficou por fazer na ordem do cumprimento cabal dessas Resoluções. Com este objetivo, que queremos submeter à presente Reunião uma proposta destinada à revisão das 118 Resoluções, algumas das quais estão sendo cumpridas, outras estão em curso de execução, outras ainda não tiveram princípio de aplicação, e outras, enfim, que caducaram por terem sido superadas e integradas em novas decisões.

Sobre a base da visão que se obtenha a respeito se poderão tomar as medidas concretas e efetivas para seguir impulsionando a marcha de tudo o que temos projetado e acordado em convênio.

Em segundo lugar, é indispensável preencher o que temos denominado de um vazio inquestionável, referente à falta de regularidade e continuidade dos trabalhos técnicos, que são verda-

deiros pilares do funcionamento do Sistema. Já na VIII Reunião de Chanceleres, o Uruguai propiciou a convocação de reuniões de especialistas com o objetivo de proceder a cobertura da insuficiência da infra-estrutura do CIC, cooperando com este durante um prazo bem determinado, em suas funções de promover, coordenar e seguir a marcha das ações acordadas, através de um permanente intercâmbio de informações, a fixação de prioridades e a elaboração de projetos de resoluções a serem submetidos aos Chanceleres, previamente estudados pelos grupos de peritos.

Por outro lado, o mesmo mecanismo dos grupos de peritos vê dificultada a sua operatividade devido a grande diversidade dos temas submetidos à sua consideração, sem uma ordem de prioridades e sem uma adequada coordenação e sistematização. De tudo isto se infere que é necessário ajustar o funcionamento do Sistema, começando por fornecer ao CIC os meios técnicos suficientes para o total cumprimento de seus encargos, com vistas ao fortalecimento da ação coletiva que acelere e dê maior alcance — como expressa o “Documento de Buenos Aires” — ao processo de integração sub-regional.

Finalmente, desejamos dar ênfase a outro aspecto primordial: a ampliação do Sistema. O desenvolvimento integrado da Bacia exige incessantemente novas ações cooperativas, a ampliação das áreas de interesse comum, com o conseqüente surgimento de objetivos complementares, e um enfoque global e racional, e, portanto, harmônico e equilibrado das necessidades da região, que impõe a realização de esforços coordenados e empreendimentos conjuntos.

Em que pese as dificuldades e as frustrações do processo da integração econômica latino-americana, esta continua sendo um objetivo vital de nossos países. Porém, a experiência vivida até o presente revela a necessidade de avançar por etapas, sem forçar a adoção de um método uniforme, aplicável no mesmo prazo a todos igualmente, que desconheça as realidades heterogêneas de nosso continente.

Dentro daquele marco amplo e da firme manutenção do objetivo final, os sistemas sub-regionais, devidamente compatibilizados com o pro-

cesso geral, constituem formas eficazes e realistas de avançar efetivamente pelo mesmo caminho da integração. Nossa Delegação apresentou algumas propostas que tendem, precisamente, a facilitar esse avanço.

O estabelecimento do Fundo Financeiro é um complemento de importância transcendental para o esforço de integração sub-regional, enquanto constitui um mecanismo ágil que satisfaz o requerimento autônomo de recursos indispensáveis para impulsionar o programa de desenvolvimento da Bacia. Apraz-nos destacar que o Fundo se encontra em plena eficiência operativa e, em cumprimento do disposto por seu Convênio Constitutivo, sua Assembléia de Governadores se reúne precisamente neste mesmo dia e nesta mesma cidade de Punta del Este.

Senhores Chanceleres:

O Uruguai tem dado sempre um firme apoio aos mecanismos da Bacia e reitera hoje, com profunda fé, sua disposição para ampliar os objetivos do Sistema, especialmente na área econômica, abrindo novos horizontes de cooperação e recorrendo, desse modo, a fórmulas flexíveis e pragmáticas.

Estas fórmulas não podem nem devem estar em contradição com nenhum esforço nem nenhum esquema de integração que se cumpra noutros planos. Mais ainda, é clara a sua compatibilidade com estes, especialmente com o Sistema da ALALC, dentro de cujo marco se desenvolve e presta uma eficaz contribuição ao objetivo de suas metas globais.

Há poucos dias celebramos em Punta del Este a Reunião do SELA, verdadeiro foro de coordenação de todos os países da América Latina, com o qual cremos ser possível e desejável uma adequada complementação de ações.

Assinalamos com prazer que estão aqui representadas, na qualidade de observadores, as Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos que legaram à Bacia o valioso serviço de seus estudos, realizados com métodos e rigor científicos. Desejamos agradecer essa cooperação e seguir obtendo-a. Através dessas Organizações desejamos, assim mesmo, oferecer a outras re-

giões e outros continentes, no marco recentemente exaltado da cooperação entre países em vias de desenvolvimento, a experiência adquirida, ao longo destes anos, em nosso modelo sub-regional.

Ao término do decênio destas Reuniões, podemos afirmar com satisfação que a Bacia já superou a etapa dos esquemas teóricos, para entrar na fase das realizações concretas, vencendo os naturais e inevitáveis receios da política de fronteiras fechadas e fazendo dos limites geográficos fatores de estímulo para o esforço associativo.

Dentro dessa linha de ação, devemos continuar a tarefa de aperfeiçoar conexões no campo do transporte, da energia e das comunicações, desenvolver os recursos naturais da região, assegurando sua conservação natural e ótimo aproveitamento, proteger o meio ambiente, coordenar sistemas educativos e sanitários, difundir a cultura e a ciência em escolas e universidades cujos programas valorizem o ideal comunitário, promover ao máximo a cooperação técnica e tecnológica, e oferecer, enfim, aos homens e mulheres de nossos países, a perspectiva palpitante de uma obra de autêntica integração latino-americana.

Animado destes sentimentos e propósitos, reitero a satisfação do Governo da República pela presença dos ilustres representantes das nações irmãs, e com plena confiança no êxito de nossos trabalhos, declaro inaugurada a X Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Chanceler Adolfo Folle Martínez,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhores Observadores,
Senhoras, Senhores,

Desejo expressar-lhe, Senhor Chanceler Adolfo Folle Martínez, a particular satisfação com que o vejo na direção de nossos trabalhos, na qualidade de Presidente desta X Reunião de Chanceleres.

As reconhecidas qualidades de homem público de Vossa Excelência, sua rica experiência diplomá-

tica, seu conhecimento profundo dos assuntos do Prata — e, porque não dizê-lo, a amizade que me liga a Vossa Excelência por tantos anos — representam para o Brasil a segurança adicional de que os trabalhos desta Reunião constituirão contribuição positiva e relevante para a causa comum de desenvolvimento e integração física, sob os auspícios do Tratado da Bacia do Prata.

Expresso igualmente meu reconhecimento pela fraterna hospitalidade com que nos têm distinguido Vossa Excelência, as autoridades do Governo uruguaio e o povo desta amável e privilegiada cidade de Punta del Este.

Sob a égide do Tratado da Bacia do Prata, celebramos a X Reunião de Chanceleres para proceder a uma avaliação conjunta do quanto temos realizado os cinco países engajados nesse processo multilateral de cooperação regional. Teremos igualmente a oportunidade de intercambiar opiniões e pontos de vista sobre os próximos passos a serem dados no prosseguimento dessa empresa comum, à luz das diretrizes básicas estabelecidas no Tratado que nos rege.

A obra de solidariedade e integração, a que nos dedicamos, é por sua natureza complexa e múltipla e, talvez, nem sempre possa ser apreendida em todo seu alcance e significado profundos. Ela derivou da firme decisão de nossos Governos de dar expressão jurídica à vocação de fraternidade e cooperação de nossas Nações e povos.

Obedeceram os Governos a uma imposição histórica, ao reunir esforços sob o signo duplamente positivo da colaboração e do desenvolvimento, de acordo, aliás, com a nossa mais autêntica tradição.

tratado da bacia do prata estimula o diálogo

Por sua estrutura e por suas características, o sistema que se originou do Tratado da Bacia do Prata estimula o diálogo, fomenta a troca de opiniões e pontos de vista, propicia o encontro de posições, criando oportunidades para a maximização das convergências de interesses. Esse é um dos postulados mais significativos do proces-

so do Prata, que o consagra como legítimo instrumento de convivência e interdependência fraternas entre países em desenvolvimento.

Estou firmemente persuadido de que o futuro testemunhará do acerto da decisão de nossos Governos e de que a tenacidade e a fidelidade aos compromissos assumidos resultarão em benefícios concretos para nossos povos. A tarefa é demasiado ampla e generosa para que nos deixemos desencorajar frente às naturais dificuldades com que, às vezes, nos deparemos.

O caminho percorrido desde a I Reunião de Chanceleres — e a todas compareci pessoalmente, desde a assinatura do Tratado — nos permite concluir que os resultados até agora alcançados são francamente animadores. Reconhecemos que, no contexto amplo da cooperação multilateral, são muitas as novas possibilidades que se apresentam à nossa ação conjunta, que caberá explorar com empenho e persistência. A busca de novas avenidas de cooperação evidencia, na verdade, a confiança que depositamos no processo de que somos partes e a consciência de que o saldo do que foi feito até hoje é, sem dúvida, positivo e encorajador.

No decorrer deste ano, reuniram-se, sob a coordenação do CIC, técnicos e especialistas governamentais para debaterem temas de interesse comum. A diversidade dos assuntos discutidos e os resultados então obtidos são particularmente representativos da vitalidade do processo.

Cabe, nesse contexto, referência especial ao desempenho do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, cuja fase institucional acha-se definitivamente consolidada, graças à atuação consciente, segura e objetiva de seus titulares, que são credores de nosso apreço e reconhecimento. Até o presente, foram aprovados três projetos que deverão beneficiar-se dos recursos do Fundo para sua realização. É nossa esperança que a entidade financeira, de acordo com suas possibilidades, amplie sua atuação, através do financiamento de um número crescente de projetos de interesse da área.

O Governo brasileiro, reconhecendo no Fundo um instrumento valioso e eficaz de integração e desenvolvimento regionais, continuará a prestar-lhe irrestrito apoio.

Ao procedermos ao balanço dos benefícios derivados do Tratado da Bacia do Prata é nosso entendimento que não devemos nos restringir à avaliação dos resultados produzidos diretamente pelos mecanismos contemplados especificamente naquele documento internacional.

tratado abre amplas perspectivas de cooperação entre os países

Sabemos que um de seus méritos evidentes foi o de abrir amplas perspectivas de cooperação entre os países e de comprometer esforços na tarefa de desenvolvimento de nossos recursos e potencialidades.

Aliás, prevendo sabiamente essa conseqüência paralela, o Artigo VI do Tratado reconhece a liberdade das partes contratantes para celebrarem "acordos específicos ou parciais, bilaterais ou multilaterais, destinados à consecução dos objetivos gerais de desenvolvimento da Bacia".

De fato, os sentimentos de solidariedade e intimidade mais estreitas, estimulados pelo Tratado da Bacia do Prata, inspiraram os países a empreender obras de caráter bilateral ou trilateral e deram novo impulso e dinamismo a projetos conjuntos já em curso.

Iniciativas desse gênero devem ser atribuídas, em grande parte, ao amadurecimento e aprofundamento das relações entre nossos países, que atingiram novo patamar a partir da celebração do Tratado de Brasília. Nosso intercâmbio tende, portanto, a desdobrar-se e vivificar-se, sempre mais, sob a égide e o espírito dos dispositivos do instrumento que rege e orienta nossos passos

no caminho da integração e do entendimento fraterno.

O Governo brasileiro, consciente de suas responsabilidades, estará sempre empenhado em prestar sua contribuição decidida à plena implementação do processo do Prata. Movido por essa decisão, não se furtará, como nunca se furtou, diálogo franco e realista que busque produzir o encontro de posições e dê lugar a resultados mutuamente vantajosos para as partes interessadas.

Estamos cômicos da magnitude da tarefa que levamos a cabo, mas também certos da adequação da estrutura institucionalizada pelo Tratado à nossa realidade. Esse sentimento levou o Governo brasileiro — quando, juntamente com os demais países irmãos da área amazônica, cogitou do estabelecimento de um sistema de cooperação naquela região — a buscar, na rica experiência que compartilhamos no Prata, os ensinamentos e lições que pudessem, devidamente adaptados, orientar os primeiros passos da nova empresa de colaboração internacional. É motivo de satisfação poder verificar que o Tratado de Cooperação Amazônica, recentemente celebrado, muito deveu, em sua elaboração, ao arcabouço jurídico vigente no Prata e ao modelo de integração pioneiro que juntos construímos.

Senhor Presidente,

Comparecemos a esta X Reunião de Chanceleres com ânimo construtivo, espírito aberto e com o propósito franco e leal de buscar e encontrar, como temos conseguido, as formas mais adequadas para unir nossos esforços a fim de atingir os objetivos mais altos que inspiram esse processo de colaboração fraterna.

o seminário sobre serviços de informação comercial

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, no
Palácio Itamaraty de Brasília, em 6 de novembro
de 1978, por ocasião da abertura do Seminário sobre
Serviços Nacionais de Informação Comercial.

Senhor Ministro de Estado da Fazenda,
Senhor Ministro de Estado-Chefe da Secretaria
do Planejamento,
Senhores Chefes de Missão,
Senhor Coordenador do Seminário,
Senhores Chefes de Serviços Nacionais de Infor-
mação Comercial da América Latina,
Minhas Senhoras e meus Senhores.

Mais uma vez me é dada a ocasião de salientar a importância que o Governo brasileiro atribui à cooperação entre países em desenvolvimento e em particular, entre as nações irmãs da América Latina.

Inauguramos, hoje, este Seminário sobre Serviços Nacionais de Informação Comercial, sob o co-patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O fato é duplamente auspicioso, quer pela atualidade do tema, intimamente ligado ao problema fundamental da expansão e diversificação das exportações do nosso Continente, quer em função do marco conceitual em que a iniciativa se insere.

Com efeito, trata-se, muito possivelmente, da primeira implementação de um projeto regional de cooperação técnica entre países em desenvolvimento, após a adoção do Plano de Ação sobre esse tema pela Conferência Global sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada, em setembro deste ano, em Buenos Aires.

O ideal da institucionalização, a nível da Organização das Nações Unidas, da cooperação entre países em desenvolvimento, incorporado, agora, como uma das Novas Dimensões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, não é tema novo para nós latino-americanos. De há muito, o entendimento fraterno, voltado para os interesses comuns de progresso, tem sido a tônica das relações entre nossos países. E a perfeita compreensão de que a cooperação aberta e o desenvolvimento harmônico a ninguém prejudicam, mas a todos aproveitam, terá impellido nossos governos a propugnar, desde 1972, no Conselho de Administração do PNUD, pela universalização desse conceito no âmbito do Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e sua consequente tradução em termos operativos.

O Plano de Ação para a implementação do objetivo da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento materializa, pois, não apenas seis anos de árduas negociações intergovernamentais em foros internacionais. Dá, por igual, forma e expressão ecumênica ao permanente anseio brasileiro de ação conjunta com nossos irmãos e amigos de África, Ásia e América Latina.

Senhores,

Não me escapa o fato de que este primeiro projeto tenha medrado no campo específico da promoção de exportações. Trata-se de uma área de há muito prioritária para os Governos do nos-

so Continente. A partir do entendimento objetivo de que, paralelamente ao aumento da produção exportável, seria imperativo aprimorar os serviços relacionados com sua promoção, distribuição e venda em mercados mundiais, quase todos os Governos latino-americanos, no início desta década, criaram mecanismos **ad hoc** de promoção comercial.

abrir ao máximo o leque de opções geográficas para o comércio exportador

As experiências foram tão variadas em termos institucionais quanto é rico o mosaico de diversidades políticas, sociais e econômicas da América Latina. Nós, brasileiros, optamos pela associação estrutural dessas novas atividades com as funções clássicas da atuação diplomática, convencidos de que a presença, em cinco continentes, de nossa rede de Embaixadas e Consulados asseguraria a necessária universalidade ao esforço a ser empreendido. Esta preocupação de abrir ao máximo o leque de opções geográficas para o nosso comércio exportador foi motivada não somente pela crise que desordenou o comportamento e subverteu os padrões tradicionais da economia mundial. Tem raízes, também, na ponderada convicção brasileira de que os países em desenvolvimento se oferecem como opção entre si.

É ilustrativo o fato de que, enquanto as exportações totais do Brasil, entre 1973/1977, cresciam à ordem de 96%, passando de 6.2 bilhões para quase 12.2 bilhões de dólares, nossas vendas para mercados de países em desenvolvimento passavam de 1.12 milhão para 2.91 bilhões de dólares ou seja, um crescimento de 160% durante o mesmo período. Com efeito, o universo de países em desenvolvimento constitui, desde 1977, o segundo mercado para produtos brasileiros, logo após a Comunidade Econômica Européia.

O notável incremento do comércio do Brasil com países em desenvolvimento não foi, contudo, fruto do acaso. Em sintonia com a crescente abertura da economia nacional para o comércio mundial, o Itamaraty tem promovido larga reformulação nas suas estruturas de apoio e estímulo às exportações brasileiras. O Departamento de Promoção Comercial, uma das principais peças desse apoio, foi reorganizado, passou a cumprir programas anuais e a administrar por objetivos.

É certo que qualquer programa leva necessariamente ao estabelecimento de prioridades. Apesar da tradicional preponderância dos Estados Unidos e da Europa Ocidental nas nossas pautas de importação e de exportação, constatamos que, com a entrada do Brasil no cenário de exportadores internacionais de manufaturas, não eram só os países industrializados que poderiam vir a se transformar em bons parceiros comerciais.

comércio exterior é rua de duas mãos

É com muita satisfação que verificamos, hoje, que, entre 1973 e 1977, as áreas de maior dinamismo em termos de nossas exportações foram, por ordem de importância, o Mercado Comum: Centro-Americano, a África, a Oceania, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e a República Popular da China. Mas o comércio exterior é uma rua de duas mãos. Assim como cresceram nossas exportações para os países em desenvolvimento, aumentaram também nossas importações desses mercados, numa saudável troca de bens, serviços e tecnologia.

A experiência econômica contemporânea demonstra que o intercâmbio comercial entre países em desenvolvimento — complementar do imprescindível intercâmbio, que queremos livre e justo, entre Norte e Sul — pode e deve ser expandido. Profundas mudanças estruturais das indústrias de países ditos desenvolvidos, aliadas às perplexidades de um período de rara turbulência financeira, minaram algumas vantagens comparativas de tradicionais produtores de manufaturas, sobretudo de equipamentos. Hoje, é mais econômico importar certas tecnologias de países em desenvolvimento, do que produzi-las, a custos gravosos, em países desenvolvidos. O mesmo se aplica ao setor de serviços, onde o custo dos fatores e semelhanças ecológicas tendem a influenciar técnicas e modalidades de produção, aproximando países que compartilham os mesmos paralelos, quer no espaço geográfico, quer na dimensão temporal de estágios de desenvolvimento econômico. Cai por terra, assim, o mito da não-complementaridade das economias em desenvolvimento.

A cooperação entre países em desenvolvimento, para nós, não é mero exercício de retórica, mas realidade presente, tangível e dinâmica, como bem atestam os Encontros de Cooperação Técnica.

ca em Promoção Comercial que o Brasil vem patrocinando, e que já trouxeram, este ano, a Brasília, técnicos de Paraguai e Bolívia para debaterem com seus colegas brasileiros práticas e instrumentos de fomento às exportações.

Senhores,

No curso desta semana, ser-lhes-á dada a oportunidade de cotejar uma variada gama de experiências nacionais latino-americanas na área da informação comercial, porta de entrada de todo e qualquer sistema de promoção de exportações. Esta iniciativa, fruto da colaboração entre o PNUD, o Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT e o Itamaraty é prova de que o Brasil continua disposto a oferecer seu apoio a

toda iniciativa destinada a intensificar o processo regional de desenvolvimento, e a participar, ativamente, do aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação existentes.

Quero agradecer o concurso do PNUD a esse esforço de cooperação latino-americana, bem como testemunhar o apreço do Itamaraty por mais esta contribuição do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT, organismo a cuja criação esta Casa esteve muito vinculada.

Aos Senhores Chefes de Sistemas Nacionais de Informação Comercial de países irmãos agradeço haverem-nos honrado com sua presença em Brasília. A todos desejo felicidades em suas atividades futuras.

chanceler saúda os novos diplomatas do itamaraty

Discurso, de improviso, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de outubro de 1978, ao receber os Terceiros Secretários graduados em 1978 pelo Instituto Rio-Branco, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Nossa carreira é extremamente vocacional. Tão vocacional que é muito mais uma exceção, não uma regra geral, que os filhos de diplomatas se sintam inclinados pela carreira. Geralmente, é o contrário. São muito sacrificados e reagem contra isso. Vejo que essa turma não tem nenhum filho de Embaixador. Isso é muito raro, mas não é um problema que nos preocupa. Absolutamente o contrário. Achamos que pode ser até um indício positivo, embora não tenha nada de excepcional que um filho de diplomata queira ser diplomata. O fato demonstra que a vocação é secundária, é do próprio indivíduo.

Uma das coisas que tem feito do Itamaraty uma instituição respeitada é justamente isso. Há muitos países que selecionam seus funcionários diplomáticos do grupo geral de seleção de funcionários da administração. O sistema, a meu ver, não tem dado o resultado que dá no Brasil, porque, sendo uma escola absolutamente de formação de diplomatas, realmente os que a procuram é porque têm vocação pela carreira. Não acho que nenhum dos senhores se arrependa de ter abraçado esta carreira. Embora, à medida que o Brasil cresça, que a sua projeção internacional seja maior, a minha impressão pessoal é também que maiores serão os sacrifícios que terão de fazer os seus representantes fora do Brasil. Eu não digo isto por força apenas da projeção brasileira, do aumento da responsabilidade. Digo isto inclusive porque, cada vez mais, os postos serão diversifi-

cados e áreas de interesse direto do Brasil, como a América Latina e África serão prioritárias no nosso serviço exterior e também prioritária a designação de funcionários para as suas atividades na América Latina e África. Isto, evidentemente, nos obriga a ter uma capacidade de adaptação bastante grande e também a consciência de que qualquer posto é importante para um diplomata de carreira. E eu digo isto aos senhores com a maior franqueza porque se tive alguma virtude nesta carreira foi sempre a de servir o meu país onde me mandaram.

Creio também que os senhores terão absoluta consciência de que às vezes um posto pequeno dá maiores possibilidades a um funcionário no início de sua carreira que um posto muito grande. Naturalmente, os senhores todos serão atraídos pelos países mais avançados, inclusive com o desejo de aprender mais. Mas um posto pequeno tem a vantagem de obrigar o funcionário a pôr em jogo toda a sua criatividade desde muito jovem. Isto eu acho importante. Devo muito da minha carreira ao fato de ter servido no primeiro posto, um posto pequeno, de importância relativa, mas eu tive praticamente de fazer tudo, inclusive fui Encarregado de Negócios diversas vezes. Isto obriga uma pessoa moça imediatamente a se temperar e retemperar nas atividades da carreira. Posso assegurar aos senhores que a carreira é fascinante, é fascinante como preocupação pelo relacionamento do Brasil e a sua pro-

jeção no exterior. E é fascinante também porque se alguém procura a carreira é porque se interessa por questões internacionais e também pelo relacionamento bilateral e multilateral do Brasil; a projeção do País no exterior. Não creio que essa projeção seja inventarial em estrito senso. Se a política externa fosse exclusivamente inventarial, muitos países acreditariam que não tinham nenhum papel a jogar no concerto internacional.

Mas isso há muito tempo já não é verdade. Muito mais no momento histórico em que vivemos, em que as próprias superpotências, pelo excesso de poder, já não são tão poderosas como as nações poderosas do século passado, por exemplo, no sentido de exercer pressão e influência sobre os demais países. Parece um paradoxo, mas isto é uma verdade. A capacidade de destruição hoje de uma superpotência é de tal ordem que esse poder ela não pode usar. E nós esperamos, países como o Brasil, que esse poder jamais seja usado por qualquer país, inclusive pela nossa formação, sempre presa à solução pacífica das controvérsias internacionais. E felizmente, no caso do Brasil, esse compromisso não é um compromisso absolutamente fraco; é um compromisso forte em que a grandeza do Brasil está implicada; foi negociada e arbitrada. Nossa estrutura foi conseguida pela diplomacia e foi consolidada pela diplomacia. Estou dizendo isto porque eu não sou a favor de princípios abstratos, porque acho que os princípios abstratos fazem com que os países em determinados momentos sejam vítimas dos princípios que eles mesmos criam. Temos visto isto com muita frequência. Acho que uma política externa tem que se adaptar às realidades internacionais. Podemos crescentemente ter uma capacidade de influir regionalmente e inclusive em programas globais. Mas isto não quer dizer absolutamente que sejamos capazes de criar realidades externas. Elas têm de ser tomadas como elas são. E a nossa capacidade de influenciá-las tem que ser medida de forma muito objetiva.

Outra coisa que um país como o Brasil deve ter cada vez mais, inclusive para que possa ascender ao processo decisório internacional, é a credibilidade. Essa credibilidade não se traduz como simples coerência pequena, mas penso que uma política externa deva ser muito mais consistente no sentido dos objetivos mais permanentes do país do que apenas coerente no pequeno sentido;

quer dizer, coerente quase que mais no formalismo da execução das decisões de caráter internacional diplomático do que na consistência dos seus propósitos, propósitos de paz, da não-aceitação da conquista pela força, do respeito mútuo, da não-ingerência nos assuntos internos de outros países. E evidentemente esses princípios que se cristalizaram eles têm essa vantagem móvel — não foram decretados, mesmo no sistema interamericano, antes de serem princípios estritos no sentido de aceitação por todos os países. Eles se foram cristalizando. Não acredito que nada seja imutável, mas acho que o interesse nacional que se projeta no exterior sofre um processo de mutação muito mais lento do que, por exemplo, os fatos da política interna nacional. A política interna é muito mais do forno para a boca, é natural, tem que ser muito mais circunstancial e depende de um tipo de consideração do cotidiano, o que não acontece geralmente na política externa. Mas nem os interesses nacionais permanentes são eternos, mas eles se modificam muito mais lentamente. Então há uma diferença de tempo entre a aplicação da política externa do que ocorre internamente no país.

diplomata tem de julgar com imparcialidade

Creio que nós diplomatas estamos preparados para observar outros países, e que por isso temos uma obrigação de sermos muito serenos, e até digamos assim — eu não diria frios, porque não há nada... porque isto não corresponde à realidade do ser humano. O ser humano quando diz “bom-dia”, quando se comunica nas coisas mais simples, evidentemente tem uma linguagem racional; mas, embutida nessa linguagem racional, há sempre um elemento emocional importante. Portanto, não creio que se possa fazer nem sequer política exterior friamente, no sentido glacial da palavra. Mas acho que o que podemos fazer e nos habituamos a fazer é julgar com imparcialidade, sermos capazes de informar com precisão, procurando na medida do possível fazer com que essas informações não levem uma carga emocional que seja capaz inclusive de distorcer a visão do nosso próprio país, o Brasil, em relação a fatos externos.

Outro princípio muito importante em política externa, e que faz parte do patrimônio desta Casa,

é que nós, aqui dentro, em cada turma que chega, recebemos sangue novo, idéias novas. Idéias que os senhores devem expressar livremente. Só que para nós que somos uma instituição, e pagamos um preço de todas as instituições hierarquizadas e organizadas, esse diálogo se faz dentro da Casa, entre nós. Mas, nunca houve nenhum tipo de coação para esse diálogo dentro dessa Casa. E isso dignifica a Casa. Agora, é preciso, também, que se tenha noção de que esse diálogo é entre aqueles que informam a política externa brasileira e que, pouco a pouco, vão alcançando etapas superiores de capacidade de influir numa decisão final.

Todo diplomata deve se sentir um chefe. Eu digo isso porque nós temos poucos diplomatas. Devemos prepará-los muito bem. Eles devem ter uma assistência administrativa, que lhes permita exercer suas funções. E essa função, desde o primeiro momento, quando eles entram nessa Casa, é de comando. O comando começa por ser mais modesto, embora os senhores vão se surpreender como todo o moço ou a moça que entra aqui e que revela um talento, os senhores verificarão, como as senhoras também, como há uma voracidade na prospecção e na identificação desse talento. Eu não conheço funcionário excepcional, por mais jovem que seja, que se sinta defraudado nessa Casa. Eu não estou querendo dizer que a Casa, às vezes, não é injusta. Ela é, ela pode ser, como todo grupo de seres humanos. Agora, eu acho que nesta Casa nós já aprendemos a não errar, no sentido de premiar àquele que não merece. O que acontece aqui, isso sim, às vezes, é a gente não saber identificar com precisão aqueles que merecem. É mais freqüente que se deixe de premiar, e aí talvez se possa causar uma injustiça, do que esta Casa seja capaz de outorgar prêmios aberrantes àqueles que realmente não dão o rendimento que a Casa espera. Isto já é um passo muito importante, e também imprime confiança ao funcionário naquilo que ele vai dar. Os senhores, desde o primeiro momento, são extremamente responsáveis: aqui se analisam, muito, os fatos. Faz-se um pouco de futurologia, o que é no fundo uma atividade bastante difícil de ser julgada, mas que é inerente à função de um diplomata. Nós não podemos ter diplomatas servindo no Exterior que não façam um pouco de futurologia; são obrigados a fazer. Fazem de maneira limitada, e fazem muito bem; fazem de maneira ponderada também. Mas o apelo que eu faço aos senhores

é que é melhor arriscar, no sentido de mostrar capacidade de percepção, porque também aquilo que os senhores informarem será examinado, do que procurarem uma posição mais cômoda, de se ampararem debaixo de um tal prisma de hipoteses, que a responsabilidade seja eliminada.

Esta Casa é Casa de funcionários responsáveis. A minha experiência é sempre excelente com os novos funcionários. Eu sempre confiei muito neles, desde que comecei esta carreira. Sei que cada turma que entra, realmente nos traz idéias novas e surpreende, muitas vezes, da maneira mais agradável, o rendimento que os funcionários, em sua quase totalidade, em dois ou três meses começam a dar... A importância que eles adquirem nos setores em que trabalham. A influência que eles podem ter naquilo que se elabora, naquilo que se examina nesses setores. Eis uma coisa que sempre me serviu de muita inspiração, de muita confiança. Naturalmente que toda instituição, como a nossa, nos motiva, é capaz de nos compensar de muitas frustrações, que nós possamos ter em nossas vidas com experiências difíceis.

Eu acho que a motivação da carreira é bastaste grande para nos compensar... Ao lado disso, evidentemente, há um certo sacrifício de julgamentos mais categóricos em favor da instituição. Eu acho que nós já fizemos um grande progresso e temos este percentual já bem mais baixo do que se colocava no passado. Mas, manter essa cota é interesse de todos nós, inclusive dos senhores que estão ingressando. Eu também costumo recomendar aos novos funcionários que defendiam muito a sua felicidade pessoal. Esta Casa depende de gente que é capaz de enfrentar meios que, eu não diria hostis, porque não é assim. O meio se faz hostil, às vezes, inclusive, pela nossa capacidade pessoal de nos adaptarmos a isso. A pressão é muito grande em relação aos funcionários. Muitas vezes eles sofrem pressões até da própria família... É, por isso, que um realismo em relação a si mesmo, uma visão correta e até humilde — porque a gente erra — nos ajudará nessa carreira. Eu só digo isso, porque é muito importante. E se é importante para os homens, é ainda mais importante para as mulheres. As mulheres que entram nessa carreira fazem um grande sacrifício. Nós temos tido funcionárias extraordinárias, mas, evidentemente, muitas vezes, elas têm que sacrificar outras compensações. De um

modo geral, as mulheres lutam, no sentido de que elas não podem esperar o mesmo tipo de atenção dispensada a qualquer outra mulher. E nem devem. Não devem procurar ter uma situação de exceção. Devem se colocar num plano exatamente igual ao dos homens. E disputar com eles a capacidade de realização profissional.

Eu quero desejar a todos muitas felicidades. Eu tenho as melhores informações dessa turma, que não é das maiores, mas já ouvi dizer que é das muito boas. Desejo que vocês sejam muito felizes nesta Casa. Esta Casa é uma Casa um pouco mítica. De maneira, que entrem sem nenhuma reserva.

bolsistas estrangeiros recebem diploma do instituto rio-branco

Discurso, de improviso, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de outubro de 1978, durante a solenidade de entrega dos diplomas do Instituto Rio-Branco aos bolsistas da África e América Latina.

Eu tive muita tentação de recebê-los junto com os brasileiros. Só não fiz isto porque a turma dos senhores é extremamente expressiva e fez um esforço ainda mais meritório do que a dos brasileiros. Em primeiro lugar, porque estudaram em português e estão todos falando perfeitamente o português. Fizeram o curso com médias excelentes de aproveitamento. E é muito simbólico que, dentro da nossa política externa de aproximação não só com a América Latina mas também com a África, a turma fosse equilibrada: havia três latino-americanos e quatro africanos. Mas, eu creio que agora, inclusive, o número de latino-americanos deva crescer e o de africanos também, o que nos dá muito prazer.

É expressivo que tenhamos formado junto aos senhores, que são sete, apenas um pouco mais do dobro desse número com estudantes brasileiros. O que isto representa, podem ter certeza, nos dá um imenso prazer. Eu não sei se as senhoritas da Bolívia e de Honduras vão escapar de casar com diplomatas, mas faço votos de que saibam resistir para poder dar essa contribuição aos seus países.

O Brasil não faz isso porque, de maneira alguma, tenha qualquer pretensão de ter uma melhor escola diplomática. O que eu sempre digo é que nós devemos ter uma diplomacia ágil, pragmática. O Brasil não deve se considerar melhor do que os outros, **ipso-facto**. É pelo número de vizinhos que nós temos. O Brasil tem uma tal diversidade de

vizinhos no continente sul-americano: nós temos dez vizinhos independentes e temos a Guiana Francesa; são onze. Do lado da África, nós temos, praticamente, todo o continente africano. Hoje, o Atlântico não nos separa, absolutamente; nos une. Às vezes é mais fácil transportar alguma coisa da África para um centro consumidor brasileiro (esse é o caso dos fertilizantes) que atravessar o território brasileiro, que é vasto. Muitas das nossas riquezas minerais estão ainda em regiões cujo acesso não é o mais fácil. Mas também terminaram, quer na América do Sul, quer na África, qualquer tipo de fronteiras nossas. Fronteiras são cada dia mais vivas. Têm um conteúdo humano maior. Outro dia, trouxeram aqui a mim um problema já de transporte com um país muito ao norte do Brasil. E era um problema a ser resolvido. Mas eu fiquei muito contente. Porque, se existia esse problema, é porque os dois países estavam tendo um relacionamento extremamente vivo em região onde não podíamos sonhar que isso se daria a tão curto prazo.

uma responsabilidade muito especial com o mundo

Eu acho que todos nós, tanto na América Latina, como na África, temos uma responsabilidade muito especial com o mundo. Nós somos continentes novos. É verdade que nossa independência se deu há dez vezes mais o número de anos do que a independência africana. Mas acho que nós guarda-

mos ainda na memória as dificuldades que nos trouxe, então, nosso processo de independência.

E, por isso, temos muito mais afinidade para compreender as motivações africanas. Acho também que nós aprendemos uma coisa que nos aproxima da África, a nós todos. Desde o México até a Patagônia, aprendemos que a simplificação foi um dos piores preconceitos contra os quais nós tivemos de lutar. Não nos entendiam em nossas motivações mais íntimas. E, sempre nos apresentavam correções e milagres, medicinas milagrosas para os nossos problemas. Não se trata disso. Nós já provamos nos anos de liberdade que temos e a África está provando agora, com extraordinário dinamismo que o nosso progresso depende em primeiro lugar de nós mesmos, da nossa capacidade de termos personalidade própria, de sabermos defender nossos interesses. Isso não nos coloca numa posição de confrontação com o resto do mundo; ao contrário. Nós sabemos muito bem que com o concurso de outros países, nós vamos acelerar nosso processo de desenvolvimento. O que nós não queremos é que essa colaboração adquira um ar de ingerência e de tutela. Nós não queremos nunca mais ser tutelados. É uma coisa que olho com extrema serenidade para o meu próprio

país. A independência é uma coisa que os homens carregam na sua cabeça. Creio que essa etapa foi vencida entre nós. Acho que no Brasil há uma grande conscientização de que, com a maior serenidade, poderemos também ter maior firmeza na defesa de nossos interesses. Isso não é fenômeno privativo do Brasil. Os latino-americanos e os africanos sabem disso e vão levar isso adiante com sucesso.

Só espero que a experiência que os senhores tiveram no Brasil, que esse grupo de moças e rapazes da América Latina e da África adquiriram entre nós, seja útil não só na carreira profissional que todos já abraçaram, mas também, inclusive, na realização da própria personalidade. Cinquenta por cento da felicidade que se tira da vida é de estar fazendo um trabalho para o qual se tem vocação. Os senhores e as senhoritas afirmaram isso aqui de maneira muito clara. Desejo-lhes todas as felicidades. Que lutem também por suas felicidades pessoais e que façam desse exercício que, estou seguro, atrai profundamente aos senhores e que é o de relações internacionais, faça também parte de suas vidas e daquilo que possam tirar de agradável e de gratificante dela.

Muitas felicidades.

a terceira sessão da comissão mista brasil-italia

Ata final da Terceira Sessão da Comissão Mista Brasil-Itália, assinada em Roma, em 13 de dezembro de 1978, pelos presidentes das delegações brasileira, Embaixador Mário Gibson Barbosa, e italiana, Deputado Luciano Radi.

Nos termos do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, firmado no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1956, e da troca de Notas de 9 de dezembro de 1968, realizou-se em Roma, durante os dias 29 e 30 de novembro, e 13 de dezembro de 1978, a Terceira Sessão da Comissão Mista Brasil-Itália.

2. As delegações do Brasil e da Itália foram constituídas de representantes de ambos os Governos. A delegação do Brasil foi presidida pelo Embaixador Mário Gibson Barbosa e contou, outrossim, com a participação do Ministro Mauro Mendes de Azeredo, Chefe da Divisão da Europa-I do Itamaraty. A delegação da Itália foi presidida pelo Deputado Luciano Radi, Subsecretário de Relações Exteriores. A relação completa das duas delegações consta do Anexo.

3. Por ocasião da abertura dos trabalhos tomou-se nota, com satisfação, da recente assinatura do contrato entre a FINSIDER a KAWASAKI e a SIDERBRÁS, para a construção da Usina Siderúrgica de Tubarão, e formularam-se votos para que, dentro do mais breve tempo possível, se proceda à ratificação do acordo para evitar a bitributação entre os dois países, assinado em Roma, em 3 de outubro de 1978, pelos Ministros Mario Henrique Simonsen, da Fazenda, e Franco Maria Malfatti, das Finanças. Foram, outrossim, lembradas com satisfação as recentes visitas à Itália, do Ministro das Comunicações Euclides Quandt de Oliveira e, ao Brasil, do Ministro das Participações Estatais deputado Antonio Bisaglia.

4. Aprovada a agenda da Reunião (Anexo nr.2) pelas duas delegações, procedeu-se a acurado exame do vasto temário e realizou-se profícua troca de informações sobre diversos aspectos das relações entre os dois países, no período posterior à Segunda Sessão, que se verificou em Brasília, a 21 e 22 de novembro de 1973.

5. Seguiu-se uma análise dos problemas decorrentes da atual conjuntura econômica e financeira no Brasil e da Itália, bem como das repercussões de tais problemas nas suas relações comerciais. Foram discutidas as perspectivas de desenvolvimento do comércio bilateral e, a esse propósito, a Comissão assinalou com satisfação a especial evolução do intercâmbio que passara de US\$ 450 milhões, em 1972, a quase um bilhão de dólares, em 1977, prova da crescente importância do intercâmbio entre os dois países.

6. A delegação italiana, tendo em vista os saldos negativos registrados contra a Itália nos últimos anos, expressou o desejo de que possa o intercâmbio alcançar níveis mais favoráveis de equilíbrio, por intermédio de iniciativas que visem a um reequilíbrio dinâmico da balança comercial. A delegação brasileira respondeu "que não se deve procurar equilibrar a balança comercial nos níveis atuais de intercâmbio, o qual ainda não corresponde às potencialidades de ambos os mercados e à intensidade das relações entre os dois países, mas, sim, buscar incrementar significativamente as trocas italo-brasileiras e diversificá-las o máximo possível". A delegação brasileira ma-

nifestou a sua preocupação com crescentes tendências protecionistas no mundo desenvolvido e, **inter alia**, na Comunidade Econômica Européia. Essas tendências são especialmente prejudiciais às exportações brasileiras de ferro gusa, farelo de soja e açúcar.

7. A delegação brasileira expressou o seu particular interesse em negociar com a CEE um melhor acesso para a manteiga de cacau e chocolate liquor ao mercado europeu, especialmente através de concessões tarifárias recíprocas nas atuais negociações do GATT. A disposição da delegação italiana em apoiar junto à CEE essas reivindicações foi registrada com prazer pela delegação brasileira.

8. Examinou-se, em seguida, a situação das exportações agroalimentares brasileiras para o mercado italiano e a possibilidade de sua expansão. Procedeu-se a uma ampla troca de opiniões sobre o assunto e concordou-se na necessidade de aprofundamento do tema.

9. Com vistas a uma solução, mutuamente satisfatória, da questão relativa à importação de carne do Brasil pela Itália, a delegação brasileira renovou, na oportunidade, o convite de seu governo ao Diretor-Geral dos Serviços Veterinários do Ministério da Saúde italiano, Prof. Luigi Bellani. Durante a sua visita, o Professor Bellani verificaria **in loco** as condições sanitárias do rebanho brasileiro. Assinalou-se que as autoridades sanitárias brasileiras são de opinião que o conhecimento por parte das autoridades sanitárias italianas das reais condições de sanidade animal vigentes no Brasil, bem como das atividades desenvolvidas no âmbito do programa nacional de combate à febre aftosa, possibilitará a suspensão das restrições impostas à importação de carne e produtos cárnicos do Brasil. A parte italiana esclareceu que as medidas restritivas e/ou proibitivas de importação de carne de procedência do Brasil tomadas em 30 de novembro de 1977 e 11 de fevereiro de 1978 visaram a preservar os rebanhos italianos. E que os serviços veterinários da Itália estavam dispostos a intensificar a colaboração com as autoridades brasileiras no campo da pesquisa especializada e da defesa sanitária animal, particularmente no que concerne à produção de vacinas. Neste sentido, seria comunicado ao Diretor dos Serviços Veterinários do Ministério da

Saúde italiano o renovado interesse brasileiro em que ele visite o Brasil. Acrescentou, ainda, que as medidas italianas de ordem sanitária, quanto às importações de carnes e derivados, serão estabelecidas de acordo com as diretivas sobre a matéria aprovadas pela Comunidade Econômica Européia, como, por exemplo, a decisão da comissão da CEE que entrará em vigor a 1.º de janeiro de 1979 e que autoriza as importações de carne bovina desossada e alguns miúdos, carne asinina e equina do Brasil. Ademais, a parte italiana declarou-se disponível para apoiar no âmbito da Comunidade os pedidos brasileiros que tenham por objetivo conseguir novas diretrizes que permitam uma melhor proteção dos interesses ligados às exportações de carnes brasileiras para a CEE.

10. Foi examinada a participação do café brasileiro no mercado italiano, e expresso o desejo da parte brasileira de serem criadas condições para um crescimento de seu consumo do lado italiano. A delegação italiana concordou com a solicitação da delegação brasileira acerca do reconhecimento do caráter governamental da representação do Instituto Brasileiro do Café. Nesse sentido, a parte italiana comunicou que a representação do IBC em Milão poderá funcionar como uma seção do Serviço de Promoção Comercial do Consulado-Geral do Brasil naquela cidade. A delegação brasileira referiu, outrossim, a disposição do IBC de incrementar as atividades de seu entreposto junto ao ente autônomo do porto de Trieste. A delegação italiana vê com satisfação esse desenvolvimento das atividades comerciais brasileiras no referido porto. Examinou-se, outrossim, a questão do certificado de origem, dentro do contexto das disposições da Organização Internacional do Café. Nesse sentido, a delegação brasileira agradece a cooperação do Governo italiano, haja vista a importância do processamento da documentação relativa ao certificado de origem e fichas de importação, de acordo com o estabelecido pela O.I.C. A delegação brasileira transmitiu, igualmente, a solicitação de que, dentro do plano de promoção da O.I.C., seja realizada, por intermédio do **comitato italiano café**, uma pesquisa de mercado concernente ao consumo italiano. A delegação italiana esclareceu que, também por força de entendimentos havidos na CEE, não lhe seria possível atender, no momento, à solicitação em apreço.

11. A Comissão Mista ocupou-se igualmente de questões inerentes a algumas importações feitas pelo Brasil e a sua regulamentação de seguros. Do lado brasileiro, foram dadas as respectivas precisões às questões específicas colocadas.

12. No que concerne à situação atual e às perspectivas da colaboração econômica, industrial e financeira bilateral, foram expostas as opiniões dos representantes dos setores público e privado italianos, que salientaram algumas dificuldades que obstaculizam as exportações de produtos e os investimentos italianos no Brasil. Sublinharam especialmente a questão do "similar nacional", os procedimentos relativos à transferência de tecnologia e as medidas adotadas pelo Finame, que não permitem à indústria italiana fazer-se presente, de maneira eficaz, no mercado brasileiro. A esse propósito, a delegação brasileira reiterou que as disposições legais sobre o "similar nacional" não constituem entrave às exportações de quaisquer países. Por outro lado, acerca das diretivas do Finame, recordou a delegação italiana a disposição brasileira de atribuir novas condições de concessão de crédito, relativas a empresas estrangeiras. Quanto às normas relativas à transferência de tecnologia, a delegação brasileira assinalou que, de acordo com o interesse nacional em um caráter não-discriminatório, foram definidas em categorias de contratos de transferência de tecnologia e estabelecidos critérios básicos para a sua negociação entre as partes. Além disso, essas medidas têm por objetivo utilizar a capacitação interna existente e ampliar a participação tecnológica nacional no desenvolvimento de equipamentos diversos e, em especial, no setor de veículos automotores. A Finsider manifestou a satisfação pela evolução das relações no setor do fornecimento de produtos minerais. A STET reiterou a própria disponibilidade de ampliação progressiva já iniciada no setor das telecomunicações. O IRI assegurou o processamento e a ampliação no Brasil dos programas de formação de quadros e de operários especializados para a indústria. Semelhante disponibilidade de cooperação para o desenvolvimento industrial brasileiro foi manifestada pela Aeritalia (setor aeronáutico), pelo EFIM (alumínio, material ferroviário, e equipamentos para a indústria alimentícia) pelas **ferrovie dello stato e transystem** (setor de consultoria ferroviária e de transportes urbanos). A Comissão Mista formulou votos para uma crescente participação

de grupos industriais e de pequenos e médios empresários italianos no processo de colaboração econômica e técnica entre os dois países.

13. No que concerne ao projeto italiano de novo Acordo de Cooperação Econômica, Industrial e Financeira, a delegação brasileira tomou nota do desejo manifestado pela parte italiana de que possa ser encontrada uma solução satisfatória para ambas as partes.

14. A parte brasileira registrou, com satisfação, o incremento havido nos investimentos italianos no Brasil. Discutiram-se, na oportunidade, eventuais condições para a canalização dos novos investimentos e nesse sentido acordou-se na conveniência da realização de contatos entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outros órgãos brasileiros competentes e um grupo de trabalho italiano **ad hoc**.

15. A Comissão anotou com prazer a constituição do Comitê Empresarial Brasil-Itália e reconheceu a relevância de que a sua primeira reunião, a realizar-se em Roma, se verifique dentro do mais curto prazo.

16. A delegação brasileira transmitiu solicitação do Banco do Brasil S.A., com vistas à transformação, em agência, de seu escritório em operação em Roma, e a competente autorização do Governo italiano para que essa futura agência, assim como a de Milão, já em funcionamento, possam atuar em todo o território italiano. A delegação brasileira enfatizou os efeitos particularmente favoráveis que o atendimento dessa solicitação terá sobre o desenvolvimento do intercâmbio italo-brasileiro. A delegação italiana, por intermédio do representante da **Banca D'Italia**, manifestou sua concordância quanto à solicitação de transformação do escritório de Roma em agência, desde que as autoridades brasileiras competentes autorizem, por sua vez, a abertura no Brasil, de agência de Banco italiano. Quanto à segunda solicitação, de operação em todo o território italiano de agências do Banco do Brasil, a delegação italiana manifestou a impossibilidade de seu atendimento uma vez que tal conflitaria com a atual legislação italiana, taxativa a esse respeito, e apenas permitindo a operação em âmbito regional, como hoje ocorre com a agência do Banco do Brasil de Milão, que opera apenas na Lombar-

dia. Salientou, no entanto, a parte italiana, que disposição recente da **Banca D'Italia** faculta às agências de bancos estrangeiros operar, em todo o território o país, mas apenas com companhias ou agentes econômicos estrangeiros (não-italianos). No que se refere às operações com companhias ou agentes econômicos italianos, as agências de bancos estrangeiros podem atuar tão-somente nas regiões em que estão localizadas. A delegação brasileira comunicou à parte italiana que levaria sua contraproposta à consideração das competentes autoridades brasileiras. Lembrou, a propósito, que o sistema bancário italiano já possui agência no Brasil e ressaltou que essas agências estão autorizadas a operar em todo o território nacional e com pessoas físicas e jurídicas de qualquer nacionalidade, inclusive brasileira.

17. Com relação à possibilidade de se incrementar a cooperação no setor petrolífero, a parte italiana expressou o interesse de que a AGIP, companhia do grupo ENT, possa desenvolver a sua participação nos serviços de exploração e aproveitamento. A delegação italiana informou que, dentre as empresas da Itália que operam neste campo, a Tecnomare, consorciada da ENI, especializada no projeto de plataformas para perfuração e exploração **off shore**, estaria interessada em executar projeto em colaboração com empresas brasileiras. No que se refere ao fornecimento de equipamentos, a delegação italiana informou que o interesse da ENI se concentra nos seguintes itens, fabricados pela **Nuovo Pignone S.P.A.**, sua consorciada: compressores centrífugos e alternativos (projeto próprio); turbinas a gás, construídas sob licença da **General Electric** americana, turbinas a vapor, construídas sob licença da **Siemens** alemã; bombas centrífugas para processo e para oleodutos em geral, fabricadas sob licença da **United Pumps** americana. Ademais, a parte italiana mencionou a possibilidade de a ENI e/ou suas consorciadas se associarem a firmas brasileiras para a fabricação, no Brasil, de equipamentos destinados à indústria petrolífera e petroquímica. A parte brasileira tomou nota com interesse desses oferecimentos.

18. A Comissão Mista, ao examinar a cooperação técnica entre os dois países, ressaltou a importância dessa cooperação como meio eficaz de intercâmbio de novos conhecimentos. Reconheceu, por outro lado, haver grande potencialidade na cooperação bilateral italo-brasileira.

19. A fim de melhor sistematizar as atividades de cooperação técnica, a parte brasileira expressou à delegação italiana o seu desejo de que se venha a dar plena vigência ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, firmado em 1972, e já ratificado pelo Governo do Brasil. A delegação italiana se dispôs, nesse sentido, a recomendar ao seu Governo a expressão do seu vivo interesse junto às autoridades italianas competentes com vistas a uma pronta ratificação desse importante acordo.

20. A Comissão concordou em que, no quadro do Acordo Básico de Cooperação Técnica, poderão ser assinados ajustes complementares por troca de Notas, correspondentes a cada projeto aprovado pelos dois Governos, com vistas a definir os pormenores da iniciativa e as obrigações de cada lado.

21. Ambas as delegações expressaram o desejo de que as iniciativas referidas na presente Ata constituam programa iniciativo para o desenvolvimento das atividades de cooperação técnica entre os dois países no próximo biênio. Ao aporte italiano corresponderia, conforme vem sendo efetuado, contrapartida brasileira da ordem de 50 por cento dos custos dos projetos. Essa contrapartida, que eventualmente poderá superar os 50 por cento, deverá em princípio, ser efetuada na moeda brasileira.

22. No que concerne ao exame dos projetos específicos constantes da agenda, a Comissão concordou com a lista de prioridades (anexo 3.º da presente ata), para sua implementação. A esse propósito, a delegação brasileira expressou sua satisfação pelo bom andamento do projeto "implantação de um centro de mecânica de precisão". Quanto ao projeto "ampliação dos cursos de artes gráficas", já aprovado do ponto de vista técnico, a parte brasileira comunicará no mais breve espaço de tempo possível, sua decisão com relação à proposta de divisão de custos formulada pela parte italiana.

23. Concordou-se ainda em desenvolver no futuro a cooperação bilateral nos setores de tecnologia de alimentos, sanidade animal, planejamento urbano e habitacional, de conformidade com projetos a serem apresentados pelo Governo brasileiro.

24. No que se refere às bolsas de estudos, a delegação italiana se dispôs a elevar o seu número, tomando por base o quantitativo de 170 mensalidades concedidas em 1977, no entendimento de que a parte brasileira custeará as passagens aéreas de ida-e-volta dos bolsistas. O Governo brasileiro indicará anualmente um grupo de candidaturas, possivelmente até 30 de maio de cada ano, de acordo com as suas áreas de interesse prioritário. Foi manifestado o interesse do Brasil no prosseguimento do programa de cursos regulares plurianuais de pós-graduação. Em tal contexto, a delegação italiana informou que poderão ser organizados, através do Instituto de Reconstrução Industrial (IRI), cursos especiais e seminários para dirigentes e técnicos brasileiros nos vários ramos da indústria.

25. As duas delegações acordaram na conve-

niência e interesse, para o desenvolvimento continuado da cooperação econômica, industrial, financeira e técnica que as sessões da Comissão Mista se realizem com maior frequência, e, nesse sentido, convieram em que a próxima reunião se efetue no segundo semestre de 1979, em Brasília. A delegação brasileira expressou os seus agradecimentos pela amável hospitalidade que lhe foi concedida pela delegação italiana. Por fim, as duas delegações manifestaram a sua particular satisfação pela atmosfera de cordialidade e bom entendimento em que se realizaram os trabalhos da Terceira Sessão, característica das amistosas relações ítalo-brasileiras.

Para constar, foi elaborada, em Roma, no dia 1.º de dezembro de 1978, a presente Ato, firmada pelos presidentes das duas delegações.

a homenagem do corpo diplomático ao chanceler brasileiro

Discursos do Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco,
e do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Antonio F. Azeredo da Silveira, no Clube Naval de Brasília,
em 30 de novembro de 1978, por ocasião da homenagem
que o Corpo Diplomático ofereceu ao Chanceler brasileiro.

DISCURSO DO NÚNCIO APOSTÓLICO

Senhor Ministro,

Os Chefes de Missões do Corpo Diplomático acreditados junto ao Governo brasileiro e os Chefes de Organismos Internacionais com Representação em Brasília, juntamente com suas Senhoras, quiseram oferecer a Vossa Excelência e à distinta Senhora May Paranhos Azeredo da Silveira este banquete.

Nossa reunião aspira a significar um gesto de cordial apreço, e direi, de reconhecimento pelas relações, diretas e freqüentes, entre o Corpo Diplomático e o Itamaraty, particularmente com Vossa Excelência, que, durante quatro anos, tem desempenhado a direção do Ministério, o qual, pela sua própria natureza, é chamado a conservar, desenvolver, consolidar os relacionamentos internacionais e abri-los para novos horizontes. Assim é que o já célebre Itamaraty das pomposas proporções cariocas, convertido nas brilhantes linhas brasilienses, rasga novos caminhos na vivência internacional do Brasil, continuando a levantar, com inteligência e sagacidade, os rumos de conduta exterior do País.

missões estrangeiras acompanham de perto a obra do Itamaraty

Cada um de nós, por missão própria, e ajuntarei, por vocação, tem acompanhado de perto a obra

que o Itamaraty desenvolveu neste período em que acontecimentos de notória vastidão convulsionaram o mundo inteiro. E o mundo, entre sobressaltos de temores e raios de esperança, continua sua estrada, pressionado por uma angustiante realidade, mas animado sempre pela visão de um futuro de tempos melhores. É o anseio comum, que se há de alcançar quando, despojados das prevenções e reconhecendo que somos todos filhos de um mesmo Pai, o Pai Celeste, se retomar a vida da fraternidade que reconhece para cada País obrigações e direitos.

Acresce ainda, Senhor Ministro, que não poucos de nós temos vivido, durante estes anos, o suceder-se das vicissitudes, participando delas, mais ou menos diretamente. Nem pudemos senão notar a intensa ação de Vossa Excelência. E consintanos expressar o nosso voto: neste final de Governo, a sua atividade consiga levar a bom termo os propósitos de concorrer para que se estabeleça aquela paz que, há dois milênios atrás, ficou conhecida sob o nome de **Pax-Romana** e que amanhã poderia ser designada **Pax-Universalis**.

Os meus Colegas, juntamente com suas Senhoras, e em união com o Decano, saúdam ainda uma vez sua Excelentíssima Esposa. Compelidos por sua atraente bondade e seu coração aberto às necessidades da comunidade, a ela expressamos nossos votos de todo o bem e de toda a prosperidade, no seio da família e na atuação socialmente merecedora.

Permita-me ainda reiterar a seus Colaboradores, a começar pelo Excelentíssimo Senhor Embaixador Dário de Castro Alves e a Senhora Dinah Silveira de Queiroz Castro Alves até atingir a todos os funcionários do Itamaraty, os sentimentos de nosso cordial reconhecimento pela constante gentileza e pelas múltiplas atenções.

E agora, Excelência, cossinta que os Chefes de Missão e o Decano Diplomático levantemos a nossa taça para renovar-lhes, Senhor Ministro, e à sua Consorte, aos seus Colaboradores e às suas esposas que honraram esta mesa, os augúrios mais cordiais pelas atividades futuras, dirigidas ao progresso do País e da comunidade internacional!

DISCURSO DO CHANCELER

Senhor Núncio Apostólico,

As palavras de Vossa Excelência muito sensibilizaram a minha mulher e a mim. O banquete que os Chefes das Missões Diplomáticas e os representantes dos Organismos Internacionais, em Brasília, e suas esposas, nos oferecem esta noite, vem praticamente encerrar mais um ano de intensa atividade diplomática, durante o qual o Itamaraty e seu titular mantiveram com Vossas Excelências e suas Missões um diálogo amistoso e uma permanente e proveitosa troca de experiências.

Vivemos numa época em que as comunicações se tornam cada dia mais dinâmicas e em que as distâncias entre as nações se encurtam. Como profissionais, temos aguda consciência de que se multiplicaram os contatos internacionais de todos os tipos. As visitas de nível presidencial são cada vez mais freqüentes e a comunicação direta entre Ministros de Estado passaram a fazer parte de nossos afazeres diários, ao mesmo tempo que documentam o acesso da imprensa estrangeira às altas autoridades do Governo. Em minha própria agenda, por exemplo, cada vez estão mais presentes os representantes da imprensa internacional, que viajam ao Brasil movidos pelo interesse em conhecer o nosso país, para melhor cumprirem sua obrigação de informar o público e setores específicos de seus países. Mas nenhuma dessas formas de contato restringe ou condiciona a ação institucional e pessoal dos Chefes de Missão Diplomática. Ao contrário, constituem elas novos

desafios ao bom desempenho das funções que exercem e que se caracterizam pela continuidade. São novas e importantes dimensões que se somam aos seus deveres tradicionais.

Numa fase em que a tessitura de interesses recíprocos se torna mais ampla e diversificada, é importante que as circunstâncias políticas dos países e suas motivações sejam observadas com isenção e sem preconceitos. Sob esse aspecto, Vossas Excelências, mais do que nunca, desempenham papel que lhes é próprio e distinto de qualquer outro tipo de comunicação, em consequência da orientação que podem dar aos fluxos de informação, de todo o gênero.

Pela peculiar sensibilidade das funções que lhes são cometidas e pelo interesse que certamente dedicam à tarefa de estimular a compreensão recíproca, Vossas Excelências acham-se investidos de responsabilidade insubstituível. No processo de entendimento entre os Governos, nada toma o lugar dos contatos face a face entre interlocutores quotidianos, pois são tais contatos que engendram vínculos mais permanentes de confiança, no trabalho comum.

um país voltado para a convivência e a cooperação internacional

Por viverem entre nós, Vossas Excelências têm condições únicas para apreciar, de forma objetiva e concreta, como vemos o mundo e seus próprios países e são certamente sensíveis não só à alta prioridade que atribuímos às necessidades do desenvolvimento nacional, mas também ao fato de que o Brasil é um país voltado para a convivência e a cooperação internacional. Nesse contexto, penso ser extremamente positivo que Vossas Excelências tenham intensificado suas visitas aos diferentes quadrantes do Brasil e que estejam, assim, observando, de perto, o que somos como povo e o que estamos procurando construir como sociedade.

Num país como o Brasil, o esforço de construção nacional ocupa uma posição central na atenção de todos os cidadãos. Pessoalmente, sinto-me bem com essa situação. Talvez, por isso, tenha sido eu caracterizado, até na imprensa, como um Chanceler que, em sua atuação, se enrolou na bandeira nacional. Não rejeito essa qualificação.

Ao contrário, dela me orgulho. A bandeira brasileira é ampla e acolhedora; nosso país abriga, sem distinções legais ou de outra natureza, gente vinda do mundo inteiro, desde os nossos vizinhos mais próximos, na América Latina e na África, até a Europa — fonte principal de nossa cultura —, e a Ásia. Em nosso país, vivem em paz brasileiros e estrangeiros de todas as raças e credos. Portanto, entre nós, a dedicação ao país e ao interesse nacional indica, também, uma disposição privilegiada para o diálogo amistoso entre os indivíduos e entre os povos.

A política externa do Governo do Presidente Geisel procura fugir à repetição monocórdia. A atual diplomacia brasileira faz especial esforço para distinguir situações e relacionamentos. Não quer simplificar, nem aplicar rótulos vagos e, por isso, injustos. O Governo brasileiro está sempre pronto a negociar e se, nesse processo, aceitar ser persuadido, conta, também, que poderá convencer seus interlocutores. No Brasil, desejo reafirmá-lo, acreditamos no diálogo sem dependências, como único modo válido de comunicação entre Estados realmente livres e pacíficos.

Esse é o substrato do trabalho que tenho procurado realizar, em contato com os Senhores. E

a verdade é que encontrei, no Corpo Diplomático desta capital, disposição favorável, nesse mesmo sentido, como o nosso dia-a-dia deixa claramente entrever.

Antes de terminar, quero ressaltar a contribuição que, por sua eficácia e gentileza, as Senhoras Embaixatrizes prestam ao nosso convívio. Como profissional de muitos anos de carreira, sei muito bem como é importante o papel da mulher, para que seus maridos possam bem cumprir seus deveres profissionais.

Senhor Núncio Apostólico,

Encontro em Vossa Excelência as virtudes que percebo nos Chefes de Missão Diplomática e desejo agradecer-lhe, ainda uma vez, as palavras generosas que Vossa Excelência, em nome de todos, dirigiu a minha mulher, a mim e aos meus colaboradores. Peço aos brasileiros aqui presentes que levantem suas taças pela saúde do Decano, D. Carmine Rocco, e de todos os nossos ilustres anfitriões, e pela manutenção entre nós, onde quer que estejamos, de um clima de amizade, de confiança e de paz.

brasil e chile ratificam convênio de cooperação cultural e científica

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e do Embaixador chileno, Héctor Bravo Muñoz (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de novembro de 1978, por ocasião da troca dos instrumentos de ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre o Brasil e o Chile.

DISCURSO DO CHANCELER

Senhor Embaixador,

A cerimônia, que hoje presidimos, de ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica, reafirma a amizade que sempre uniu nossos países. Vem ele substituir o Convênio de Intercâmbio Cultural, firmado entre nossos Governos em 1941, e que já não correspondia às novas necessidades ditadas pela realidade presente.

Esse novo ato virá não só regular, mas também permitir que se desenvolva, de modo harmônico e dinâmico, o fluxo de atividades culturais entre os nossos países. Para tanto, prevê o estabelecimento de mecanismos que estimularão a criação ou desenvolvimento de centros de estudo e difusão das respectivas línguas e culturas, bem como estipula facilidades para o intercâmbio de estudantes, professores e profissionais, ao estatuir, entre outras medidas, a plena validade recíproca dos diplomas e títulos obtidos em ambos os países, respeitadas obviamente as formalidades legais de cada parte contratante.

Não menos importantes são as cláusulas que se referem ao intercâmbio científico, tanto de pessoas, quanto de equipamento. Nesse campo, merece registro o fato de estar sendo negociado

acordo específico entre os órgãos competentes em ciência e tecnologia nos dois países. Nem descuro o acordo de prever a intensificação das relações entre os dois países, em campos como a literatura, as artes e o cinema. Nesse último, ênfase especial é dada à troca de documentários de caráter cultural e didático que permitirão o melhor conhecimento recíproco de nossos povos. Nesse campo, de grande importância será o desdobramento que venhamos a dar aos itens referentes ao rádio e à televisão.

Cabe, finalmente, ressaltar que o convênio que ora completamos juridicamente, com a troca dos instrumentos de ratificação, não se limite a declarar os campos em que a cooperação é mais desejável ou necessária. Estabelece também os mecanismos para que os nossos Governos velem por sua fiel implementação, ao criar a Comissão Cultural Brasil-Chile, cujas reuniões deverão realizar-se a cada dois anos.

Senhor Embaixador,

Tanto o Brasil quanto o Chile, como países em desenvolvimento, aspiram transformar suas sociedades, ao mesmo tempo que buscam modificar os aspectos do ordenamento internacional que tolhem seu progresso. Nesse contexto, a cultura e a ciência têm papel primordial para assegurar o

desenvolvimento autônomo. Por isso, a cooperação que almejamos — e da qual o presente convênio é marco significativo — deve basear-se na reciprocidade e no interesse mútuo. A troca de conhecimentos teóricos ou de experiências práticas, que dela resultar, será importante elemento da afirmação que buscamos no plano internacional e da obtenção de padrões de bem-estar e criatividade que queremos para nossos povos.

DISCURSO DO EMBAIXADOR

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Senhores Embaixadores e Colegas,

Ao assumir o cargo de Embaixador no Brasil, em setembro de 1976, encontrei, entre os vários assuntos destinados ao incremento de nossas relações, o estudo de um novo Convênio Cultural entre o Chile e o Brasil, negociação que a Missão por mim chefiada deu especial relevância. Assim, a 23 de dezembro daquele mesmo ano, tive a satisfação de firmar, juntamente com o Senhor Ministro, o Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre ambos os países, o que foi possível graças à boa vontade demonstrada a todo momento pelas duas partes.

Hoje, a menos de dois anos daquela solenidade, tenho a honra e a satisfação de estar novamente neste gabinete ministerial para a troca dos instrumentos de ratificação do referido Convênio, completando desta maneira todo o seu processo

para que, depois deste acontecimento, inicie sua vigência, conforme os termos de seu Artigo XVI.

Indubitavelmente, um acontecimento importante nas relações amistosas e sempre crescente de nossos dois países. Estas, que compreendem numerosos aspectos, se verão fortalecidas com a maior vinculação que o Convênio, que hoje dinamizamos com os instrumentos de ratificação, dará no campo da cultura.

É através do intercâmbio comercial que os povos se identificam e se complementam, compartilhando os bens da cultura, os quais são, na verdade, o princípio da riqueza das nações, de seu desenvolvimento e da felicidade de seus povos.

Por isto, o Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre o Chile e o Brasil está destinado a converter-se numa alavanca poderosa a serviço de ambos os países, com benefícios mútuos. Permitirá uma maior integração espiritual. Professores, estudantes, cientistas, artistas e intelectuais em geral serão os novos embaixadores para levar de um país ao outro o que existir de melhor no seu acervo cultural, trocando experiências e expressões daquela força que, como um rio volumoso, avança impulsivamente pelas veias da alma de nossos povos.

Termino estas palavras fazendo votos muito sinceros pelo êxito desta nova jornada que iniciamos. Obrigado, Senhor Ministro, por dar-me esta oportunidade, que considero de grande transcendência para o Chile e o Brasil.

a eleição do papa joão paulo II

Declarações do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, à imprensa, em seu gabinete no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de outubro de 1978.

DECLARAÇÕES DO MINISTRO

Pergunta — Como o Senhor vê a eleição do novo Papa?

Resposta — É o primeiro Papa estrangeiro em 500 anos. O último foi Adriano VI, em 1522. É o Papa mais jovem no último século, com 58 anos.

Como católico só posso ter posições positivas em relação à escolha de um Papa. Não sou católico beato, mas sou católico. Não tenho o menor constrangimento de dizê-lo. De modo que, realmente, recebo com respeito e procuro interpretar de forma muito positiva.

Pergunta — Foi uma surpresa?

Resposta — Acho que sim. Embora eu tenha lido comentário há dois ou três dias, feito no **Corriere de La Sera** por um grande especialista, um vaticanista, que se chama De Santis. Ele fez uma previsão no sentido de que se fosse um Papa estrangeiro, esse seria o cardeal que teria mais chance de ser eleito. É curioso. Estou dizendo porque é um colega de vocês que fez essa previsão muito singular, mas que afinal deu certo. Acredito seriamente que a eleição de João Paulo II teve um grande sentido para a Igreja Católica e talvez a sua própria morte também tenha esse grande sentido. Vivemos um momento em nossas vidas, com tantas pressões e contrapressões que às vezes esse problema da meditação sobre a

morte não chega nem sequer a se colocar diante de nós mesmos. Mas acho que, quando um Papa é escolhido, a gente sempre reconhece a transcedência de sua eleição. Acho que João Paulo I deixará sua marca na Igreja, porque, inclusive, a sua morte prematura foi uma maneira de imprimir uma força maior a essa marca.

Pergunta — O Senhor conhece alguma coisa dentro da Igreja sobre esse novo Papa?

Resposta — Não. Ele obedece à característica de ser um pastor, embora ele faça parte de duas ou três congregações do Vaticano. Quer dizer, embora ele faça seu pastorado na Cracóvia, ele é um Papa que participa de duas ou três congregações também, mas não posso repetir agora porque não me lembro do nome delas. Mas isto quer dizer que ele tem seguido um trabalho bastante aproximado da Cúria Romana, da qual ele não é membro, mas comparece regularmente às reuniões; tem contato com elas.

Pergunta — Sua eleição não significaria a escolha de um Papa pastoral, em continuação a João Paulo I?

Resposta — Acho que a Igreja buscou um candidato predominantemente pastoral, mas com certo conhecimento do mecanismo da Igreja Católica, que tem que ter suas instituições. Há pessoas que falam das instituições católicas quase como se fossem de uma multinacional. Confesso que quando ouço isso fico, como católico, um pouco cho-

cado. Mas compreendo perfeitamente, pois vivemos num mundo de desafios e porque não haver desafios também dentro do Vaticano? Agora, acho que a escolha que trouxe essa marca, quer dizer, é um sucessor do Cardeal Luciani, um homem que trouxe, depois de um pontificado como o de Paulo VI — que eu conheci bastante intimamente — um pontificado sofrido para manter a unidade dentro da Igreja Católica. Um Papa que, com seu sorriso, com a sua capacidade de comunicação, pôde em poucos dias indicar certas linhas que, creio daqui por diante serão seguidas. E vem depois dele uma personalidade muito interessante; ele é um cardeal de muitos matizes, é um cardeal que soube resistir às pressões contra a Igreja Católica; ao mesmo tempo é um cardeal que não se radicalizou em posições extremas; é considerado mais moderado que o Cardeal Wyzinsky, que é o outro cardeal polonês. A Polônia é um país extremamente católico. Tenho a impressão de que será um Papa muito habituado a resistir a pressões; muito habituado a considerar que o sentido evangélico da Igreja tem um alto significado para o ser humano, e, ao mesmo tempo um Papa que conhece perfeitamente os problemas de sua área.

Pergunta — Como o Senhor interpreta a decisão do novo Papa de escolher o nome de João Paulo II?

Resposta — Acho que ele pretende ser um continuador desses caminhos que começaram a ser abertos por João Paulo I e que são os caminhos da comunicação de um período menos tenso das relações dentro da própria Igreja Católica e da Igreja Católica em relação à política ecumênica do próprio Vaticano, do seu relacionamento com outras fés e também de sua capacidade de procurar fazer-se entender cada vez com maior intimidade com o próprio povo católico.

Pergunta — O fato de ter sido escolhido um Papa não-italiano significa uma mudança dentro da Igreja?

Resposta — Acho que alguma mudança deve existir. O simples fato de adotar-se um Papa não-italiano já é uma certa mudança. Mas devo dizer que o cardeal de Cracóvia é um homem que fala um italiano quase sem sotaque. Os poloneses, como os brasileiros, como têm uma língua muito

singular, aprendem com muita facilidade línguas estrangeiras.

Pergunta — Ministro como o Senhor recebeu a aprovação dessa nova lei norte-americana sobre energia?

Resposta — Esta lei americana que foi aprovada não é a que tem muito efeito externo. A lei que tem efeitos externos já foi aprovada há mais ou menos um mês. Tenho a impressão que a lei que acaba de ser aprovada é mais uma lei de economia de energia nos Estados Unidos. Sabem que os Estados Unidos consomem um terço da energia consumida pelo mundo. Dentro do espectro da crise energética os países mais ligados aos Estados Unidos, os países ocidentais e industrializados têm sempre feito pressões sobre os Estados Unidos no sentido de que medidas de economia de combustível sejam adotadas. Porque de fato, se os Estados Unidos não adotarem um pouco de economia é muito difícil chegar-se a preços razoáveis; é muito difícil ter uma maior preservação das reservas de energia; o ritmo do próprio desenvolvimento de novas fontes de energia fica muito abalado pela voracidade do mercado norte-americano. E quando falo em voracidade não estou dando um adjetivo pejorativo porque não há país que tenha mais voracidade de consumo que o Brasil. O Brasil crescerá dentro de um modelo que vai se parecer muito como e dos Estados Unidos. Portanto, isto não é nenhuma crítica aos EUA. É porque também temos muita voracidade de consumo. Somos obrigados muitas vezes a limitar as nossas importações não porque a gente queira, mas porque a gente não tem como pagar. O Brasil gostaria de importar de 100 bilhões de dólares, que ainda progrediríamos a um ritmo muito maior. Mas era preciso estar produzindo internamente mais que vinte vezes isto e era preciso também estar vendendo mais que isto para pagar as importações e saldar seus débitos.

Pergunta — Ministro, como vê a decisão dos EUA de retirar os têxteis das negociações do GATT?

Resposta — O que acontece é que os EUA não vão tirar completamente. O meu entendimento é que não vai considerar no pacote. Os EUA fazem isso porque são um mercado tão essencial que, de uma certa maneira, procuram ditar o comportamento dos outros. Nós reagimos, procuramos negociar,

fazemos uma contrapressão, em que nós somos obrigados a ter o apoio de outros países em desenvolvimento e aí procuramos conseguir o pacote que nos seja o mais favorável possível. Isso não quer dizer que seja um elogio ou que o país tenha direito de fazer isso. Mas trata-se de um jogo normal. No Brasil se critica muito, às vezes, uma indústria brasileira dizendo que o preço do tecido é muito maior, que recebe subsídio. Não é bem isso, nosso subsídio, por exemplo, para tecidos de algodão, é consequência do subsídio americano a algodão americano. O nosso algodão, já de saída, custa 38 por cento mais caro. Então, se nós não ajudarmos nossos industriais de alguma maneira, eles não terão capacidade de exportar, porque os países industrializados subsidiavam na fonte os produtos primários, porque são esses produtos que recebem uma competição a nível de produtividade econômica mais forte, das zonas menos desenvolvidas. Realmente, os produtos agrícolas europeus e americanos se não recebessem proteção, os mercados seriam ideais para nós, porque aí, por maior produtividade que eles tenham, eles não conseguem ter preços dos nossos níveis. Então, é importante que a opinião pública no Brasil compreenda essas coisas e se conscientize; nós não fazemos nada de absurdo. Nós fazemos aquilo que não podemos deixar de

fazer. Depois, outra coisa que é muito importante nos países industrializados é que eles têm dinheiro a preços muito baratos. Se qualquer produtor brasileiro, ou nós mesmos, que somos apenas indivíduos, se temos que fazer casas para habitação própria, se tivéssemos dinheiro abundante a 6 ou 5 por cento, nós não teríamos nenhum problema. Mas acontece que nós não temos. Nos países que se desenvolvem e onde os recursos de investimento são importantíssimos, o dinheiro é uma das mercadorias mais caras que existem. Então, esse subsídio invisível nos países industrializados começou a desaparecer no momento em que os países pobres compreenderam que além da restrição quantitativa, que é a arma do pobre, impedir a entrada de mercadoria não custa nada. Agora, depois nós descobrimos: os países em desenvolvimento descobriram que outra coisa que eles podiam fazer era não cobrar impostos. Embora isso represente um sacrifício global para o país, porque embora um setor não pague imposto, outro paga. A máquina tem que andar. E é mais fácil que criar dinheiro. Então eu acho que essa visão que há uma luta de subsídio, contra subsídio, apenas de natureza diferente, devia ser conscientizada nos países em desenvolvimento, para eles compreenderem os tipos de política que eles têm adotado.

o brasil na XX conferência geral da unesco, em paris

Discurso do Ministro da Educação e Cultura, Euro Brandão, em 28 de outubro de 1978, em Paris, por ocasião da XX Conferência Geral da UNESCO.

Senhor Presidente

Sejam minhas primeiras palavras de cumprimentos pela eleição de Vossa Excelência, e de reafirmação de nossa confiança no êxito dos trabalhos da XX Sessão da Conferência Geral da UNESCO em favor do progresso científico, cultural e educacional de todos os povos.

A Delegação do Brasil comparece a esta reunião com o mesmo espírito de colaboração que caracterizou sua participação na XIX Sessão da Conferência em Nairóbi. Aqui estamos para somar esforços na busca de caminhos que conduzam à formação do homem integral, mais bem capacitado para servir àqueles que necessitam de um profícuo trabalho para aperfeiçoar a sociedade em que vivem, para a dignificação do ser humano.

Preliminarmente, cabe-me constatar, com regozijo, a coincidência dos grandes objetivos da UNESCO com os de nossas políticas cultural e educacional. O fortalecimento da educação e da cultura como instrumentos básicos do desenvolvimento — imprescindível à formação integral do homem em nossos países — constitui poderoso estímulo para os países em desenvolvimento, cujas populações aspiram a uma melhoria qualitativa de vida.

Nessa linha de idéias inquieta-nos a pulverização de recursos da Organização, que reduz o impacto das atividades programadas, por mais simples que sejam as contribuições oferecidas por nossos países individualmente. Urge encontrar solução para este problema fundamental.

Também preocupa à Delegação do Brasil o incremento dos custos indiretos, especialmente aqueles relativos a pessoal. Compreendemos e aceitamos o fato de que, em educação, os custos mais elevados são geralmente os de remuneração. Julgamos, porém, necessária uma cuidadosa reavaliação de tais despesas, com vistas à obtenção de uma adequada relação custo/benefício. Resaltamos assim nosso desejo de ver a UNESCO sempre mais eficiente e respondendo melhor às necessidades dos países-membros.

É igualmente com justificada satisfação que vemos expressa, a preocupação da UNESCO pela Educação no Meio Rural, pelo atendimento ao Excepcional, pela Educação Técnica e Profissional e pela Educação do Adulto, sem descurar dos demais problemas educacionais.

Tal diretriz coincide perfeitamente com a posição brasileira, pois sentimos a necessidade premente de conferir ênfase especial a essas áreas. Nesse sentido, vimos desenvolvendo um conjunto de atividades específicas em busca de soluções apropriadas para os problemas enunciados, com particular empenho no da Educação no Meio Rural, no âmbito global da formação do homem para vida.

O Brasil, através do "Serviço Nacional de Aprendizagem Rural" vem procurando proporcionar ao trabalhador do campo, ao lado de sua formação educativa, a estrutura técnica de que necessita pra seu desenvolvimento integral. Somente em 1977 esse programa ministrou treinamento a 250.000 trabalhadores rurais.

Para atender às necessidades de educação rural em todo o Nordeste do Brasil, estamos implementando um programa que esperamos venha a contar com o apoio do Banco Mundial. Trata-se, com efeito, de programa pioneiro em nosso País, e que integrará a Educação no quadro mais abrangente do desenvolvimento rural como um todo, enfrentando, entre outros, os problemas paralelos de saúde, emprego e adequada utilização de técnicas agrícolas.

Posteriormente, a experiência que desse programa adquirir será transferida a outras regiões do País. Temos nos colocado à disposição da UNESCO para que esta possa acompanhá-la e, onde for o caso, apoiar-nos nessa atividade, pois acreditamos seja de interesse para outros países com necessidades semelhantes, tanto na América Latina como na África e na Ásia.

O Brasil, compreendendo o papel relevante na integração regional através do intercâmbio cultural, tem procurado intensificar os programas já existentes com os países irmãos do continente. Assim, cerca de três mil vagas em cursos de graduação são oferecidas anualmente a estudantes-convênio latino-americanos em todas as áreas de ensino universitário.

Aliás, nesse sentido e com o co-patrocínio da UNESCO, realizar-se-á, no período de 6 a 10 de novembro próximo, em Brasília, uma "Reunião Técnica sobre a Metodologia de Planejamento da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais", da qual participarão países africanos e latino-americanos, e que se poderia considerar como um primeiro passo à análise conjunta de tal problema.

A qualificação profissional da mão-de-obra, que constitui problema fundamental para qualquer nação em desenvolvimento, vem exigindo do Brasil esforços significativos e soluções próprias. O Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, que coordena a atuação do Governo e da iniciativa privada neste setor, treinou, apenas em 1977, 3.330.000 trabalhadores nos ramos da indústria, do comércio e da agricultura. O Brasil dispõe-se a compartilhar com outros países em desenvolvimento sua experiência nesta área.

Ainda dentro desse contexto — e aí já incluída a preocupação com a profissionalização dos res-

pectivos beneficiários — cabe citar as novas oportunidades que se oferecem ao treinamento dos professores, pela oferta de cursos por correspondência. Pela televisão e pelo rádio, são transmitidas às diversas regiões do país aulas que englobam tanto os programas das quatro primeiras séries do primeiro grau, quanto os das outras quatro subseqüentes, que completam o ciclo básico. Também o ensino médio é hoje no Brasil transmitido pela televisão, com o acompanhamento de jornais. Trata-se da conjugação de esforços de entidade governamental com rede privada de televisão.

Outro campo de atuação a que o Brasil se vem dedicando é o da educação pré-escolar. É reconhecida a importância de uma atenção adequada à criança nessa faixa etária, preparando-a para a escola regular, e permitindo assim a eliminação, ou pelo menos uma diminuição de repetência, e, de certa forma, da evasão. Cabe assim o estímulo da UNESCO, através de suas programações, para uma participação crescente dos países e para obtenção de melhores resultados nessa área.

Movida pelo espírito de conservação do patrimônio cultural da humanidade, tem-se empenhado a UNESCO, desde a sua criação, na salvaguarda dos monumentos e sítios artísticos e históricos, em distintas regiões do mundo. Ao Brasil, que em 1977 ratificou e promulgou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural, vem prestando a Organização valiosa assistência nesse domínio, com recursos e peritos nas obras de conservação realizadas em diversas cidades históricas brasileiras, tais como Ouro Preto, Parati e São Luís. Em 1977 e 1978 empregou o Brasil cerca de 10 milhões de dólares no programa de conservação de seu patrimônio histórico e se propõe a dispender recursos da ordem de 70 milhões de dólares nos próximos cinco anos. Coloca o Brasil à disposição dos países amigos a experiência já conquistada nesse setor prioritário, ao mesmo tempo em que espera continuar a receber assistência técnica para a formação e aperfeiçoamento de restauradores de bens culturais.

Outra preocupação de nosso país tem sido a de difundir a cultura. O Ministério da Educação vem promovendo programas dirigidos nesse sentido, dentro de cinco campos de atuação — apoio artístico e à criatividade cultural, intensificação

das promoções culturais, formação do artista, facilitação ao acesso aos instrumentos e materiais de arte, bem como à construção e adequação de ambiente de atuação artística — para os quais foram alocados recursos de cerca de dez milhões de dólares.

Para citar apenas o que tem participação da UNESCO, refiro-me ao “Centro de Criatividade de Brasília”, que há um ano iniciou suas atividades, já tendo proporcionado cursos de artes plásticas, cinema, fotografias, teatro e dança à juventude de Brasília e o “Projeto de Educação Ambiental da Ceilândia”, pelo qual vem sendo desenvolvida uma campanha ecológica de maneira sistemática junto a uma população de cerca de quarenta mil crianças e adolescentes e dez mil adultos, em cidade de rápido crescimento nos arredores de Brasília. Em âmbito muito maior, evidencia-se a preocupação do Governo brasileiro que já criou para tão importante matéria um órgão de âmbito nacional específico; a Secretaria Especial do Meio Ambiente, do Ministério do Interior.

No enorme esforço que os países em desenvolvimento empreendem em busca de um progresso efetivo em proveito do homem é a educação um dos principais instrumentos e nela a UNESCO vem desenvolvendo uma atuação de fundamental importância, favorecendo o melhoramento dos sistemas educacionais no mundo inteiro e estimulando o aumento das quotas orçamentárias destinadas a esse fim, em cada país.

Contudo, muito resta ainda a fazer para que se torne efetivo o propósito de universalização do ensino, no seu grau fundamental e alargando e disciplinando o fluxo dos outros graus. A Campanha Mundial de Alfabetização não alcançou, ainda, os resultados que a UNESCO esperava. A taxa de crescimento da população continua, em muitas áreas, a superar a taxa de alfabetização. Os progressos realizados na América Latina e, especialmente, no Brasil, são, certamente, dos mais encorajadores, mas é indispensável e da maior urgência, que possa a UNESCO obter, para a sua campanha, recursos em maior escala.

Esforço ponderável concentra-se nos últimos anos, em nosso país, na erradicação do analfabetismo. Neste setor o Brasil, através das atividades do MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetiza-

ção — tem adquirido uma experiência relevante. Em oito anos de atuação, o MOBRAL alfabetizou 11.911.430 pessoas na totalidade dos 3.853 municípios brasileiros, reduzindo assim o índice de analfabetismo de 33% em 1970 a 14% no momento atual. É importante o esforço que se realiza para dar o apoio ao recém-alfabetizado, por meio de convivência social e centros culturais adequados, prosseguimento de cursos e apoio ao treinamento para o trabalho e na condução à oportunidade de serviço. Cresce substancialmente, ano a ano, a pauta de investimento na educação em todas as áreas governamentais: Federal, Estaduais e Municipais.

Mas é principalmente nas áreas do ensino regular que essa dedicação se acentua. No primeiro grau, cerca de 80% das nossas crianças de 7 a 14 anos ou seja, 18 milhões, freqüentam a escola; no 2.º grau, ao mesmo tempo em que vimos implantando o ensino profissionalizante e a educação para o trabalho, as matrículas cresceram aceleradamente, e somam hoje mais de dois milhões de alunos; quanto ao ensino superior, alcança atualmente perto de 1.2 milhões de estudantes.

Somas significativas são dispendidas em programas especiais. Assim, o Fundo de Apoio Social (FAS) criado para ajudar administrações locais e entidades privadas no desenvolvimento de suas ações de educação, cultura e esporte, abrange para um programa de três anos, oitocentos milhões de dólares, principalmente em construções escolares.

O programa de “Crédito Educativo”, que instituiu bolsas restituíveis para o estudante de nível superior, nas modalidades de “pagamento de anuidades” e “recursos para manutenção”, apresenta como beneficiários simultâneos mais de 300 mil alunos, com aplicações anuais crescentes que atingiram em 1977, recursos equivalentes a 140 milhões de dólares.

O atendimento ao estudante carente vem sendo de atenção prioritária. O nosso programa de merenda escolar serve hoje gratuitamente 20 milhões de refeições diárias em todo o país; também gratuitamente distribuimos anualmente 20 milhões de livros aos estudantes do primeiro grau. Está-se iniciando a implantação de outra atividade pioneira: “Programa de Promoção Educa-

tiva do Menor". Trata-se de nova modalidade de ensino voltada para as crianças da periferia das grandes cidades que não têm condições de receber cuidados de suas famílias e são obrigadas a sair à rua para procurar trabalho.

Nos campos da educação física e dos desportos não é menor o nosso empenho. Foram empregados cerca de 25 milhões de dólares de recursos do próprio Governo Federal na construção de ginásios, quadras esportivas, piscinas, e no treinamento de pessoal. Ficamos satisfeitos em verificar o empenho da UNESCO nesta área, e com prazer anunciamos a nossa intenção de participar do "Fundo Internacional para a Educação Física e Desportos".

Não mencionamos todos esses fatos sem justificativas. Fazemo-lo para torná-los conhecidos dos demais países em desenvolvimento, e para dizer-lhes que estamos de portas abertas para que venham compartilhar de nossas experiências, muitas das quais, parece-nos, poderão ser-lhes úteis. Movidos por esse desejo de cooperação e com intuito de ampliar os caminhos que já abrimos e de encontrar novas sendas que nos levem ao objetivo comum de oferecer uma vida melhor ao homem é que participamos desta XX Sessão da Conferência da UNESCO.

Fizemos sentir nosso inconformismo com a insuficiência dos recursos que são disponíveis à UNESCO para as tarefas que lhe incumbem em seu vasto caminho de responsabilidade. Não desconhecemos, entretanto, que cada país é responsável pela parcela fundamental do esforço indispensável à solução de seus próprios problemas. O Brasil, consciente desta obrigação, procura, com os meios que lhe são disponíveis, encontrar suas próprias soluções. Nisto, acreditamos, não somos exceção.

Não podemos, porém, deixar de reconhecer que a obra é gigantesca, e a cooperação internacional é imprescindível para que alcancemos mais cedo os objetivos a que todos nos propomos.

Não desconhecemos tampouco as dificuldades econômico-financeiras que atravessa a comunidade das nações. Tais obstáculos, porém, são maiores para os países mais pobres, exatamente aqueles onde a criação de uma mais perfeita e

mais ampla infra-estrutura econômico-social exige maiores investimentos.

Em conseqüência, num mundo cada dia mais interdependente, espera-se o apoio daqueles econômica e financeiramente mais fortes aos mais fracos, especialmente nos foros multilaterais, dentre os quais a UNESCO se sobressai pela sua ampla gama de atividade.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

A UNESCO destaca-se por ser a responsável específica pela plena realização do homem — o desiderato de todo o esforço conjunto das Nações Unidas em busca da paz e do progresso. Uma etapa imediata no caminho para se alcançar este resultado é a instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que vise a um equilíbrio mais justo e à harmonia entre as Nações e que seja aberta ao progresso social e cultural da humanidade.

A UNESCO poderá prestar valiosa colaboração para que se formulem políticas que convirjam para esses fins, bem como para criar e aperfeiçoar instrumentos que tornem tais políticas efetivamente operativas.

Mais e mais, portanto, deve a Organização preocupar-se com o aspecto funcional de sua programação, fazendo com que suas atividades se reforcem mutuamente na direção indicada.

No momento atual, um dos grandes problemas que enfrenta a comunidade internacional é o de que as disparidades de conhecimento científico e tecnológico, e de meios de acesso ao seu progresso, contribuam para acentuar ainda mais a distância que separa as Nações mais desenvolvidas das menos desenvolvidas. A UNESCO deve dar total prioridade às ações que permitam corrigir essa situação.

Entre as medidas a serem adotadas, têm, obviamente, lugar preponderante aquelas que se destinem a facilitar a transferência desses conhecimentos científicos e tecnológicos. Mas a UNESCO tem condições especiais para estimular duas outras linhas de ação, não menos promissoras: a cooperação horizontal entre países em desenvolvimento, e o estímulo à criação endógena de tecnologias.

O Brasil, que possui uma experiência adquirida nesse domínio e vem procurando ampliá-la e diversificá-la, está pronto a colaborar com outros países e com a UNESCO na sua difusão.

Igualmente, acolhe de bom grado a cooperação de outros países que possuam experiência semelhante. Propõe, pois, à UNESCO e aos seus Estados Membros, estudar em conjunto as maneiras mais eficazes de realizar esse esforço comum. Ao mesmo tempo, convida a UNESCO a dar seu apoio aos esforços multilaterais nesse sentido. A esse respeito, resalta a contribuição que poderá prestar à Conferência das Nações Unidas sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento, a realizar-se em Viena, em 1979.

O Brasil se esforçará para que novas linhas programáticas sejam fixadas no transcorrer desta XX Sessão da Conferência Geral, com vistas ao aumento da eficiência do Secretariado nos trabalhos em favor da construção de uma ordem

social mais justa e que corresponda aos anseios dos povos em desenvolvimento.

Foi com satisfação que tomamos conhecimento e apoiamos a resolução do Conselho Executivo, que elogia as atividades da UNESCO, desenvolvidas no biênio que ora se encerra. Congratulamo-nos particularmente com o Senhor Diretor Geral, Professor Amadou-Mahtar M'Bow, pelo labor profícuo que vem desenvolvendo à frente desse Organismo e pela maneira decisiva com que ele tem contribuído para manter o espírito de cooperação indispensável à plena realização de seus objetivos.

Falamos em português, porque é uma língua já falada por cerca de duzentos milhões de habitantes nas diversas regiões do mundo, o que a coloca no sexto lugar entre os principais idiomas. Assim, esperamos vê-la incluída o mais cedo possível como língua oficial da UNESCO, como testemunho da importância política e cultural dos países lusófonos, no concerto das nações.

Azeredo da Silveira defende universalização da política externa brasileira

Entrevista exclusiva concedida ao Jornal do Brasil, em 24 de dezembro de 1978, pelo Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira.

ENTREVISTA AO JORNAL DO BRASIL

O Chanceler Azeredo da Silveira defendeu, ontem, a necessidade da universalização da política exterior brasileira, citando o estabelecimento de relações diplomáticas com o Vietnã como um passo a ser dado num futuro próximo. Em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL, ele pediu a manutenção dos princípios básicos da política que executou no Governo Geisel e admitiu, pela primeira vez, "tropeços aqui e ali" na execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

O Ministro Silveira assegurou, ainda, que a fase desagradável das relações entre o Brasil e os Estados Unidos já está em "franca melhora", que o diálogo entre os dois países é praticamente diário, mas advertiu que este entendimento deve ser amparado pelos princípios do respeito mútuo e da não ingerência, pois "os Estados Unidos são uma nação industrial, com enorme capacidade de poder, mas isto não lhes dá o direito de estarem sempre certos".

universalização

"No Governo Geisel — disse o Ministro — pretendeu-se, principalmente, dar uma configuração atualizada à política externa brasileira tornando-a mais universal — no sentido até de estabelecer relações, se possível, com todos os países do mundo. Esta política externa visava ao reco-

nhecimento de que a realidade internacional não é criada por um país, singularmente. Quero dizer, certas distorções ideológicas podem levar um país a pensar que ele cria a realidade internacional, quando a realidade internacional é um produto da soma de todas as realidades nacionais e de suas projeções externas. Visava também à conscientização, no Brasil, de que uma política externa não é puramente inventarial."

Assim, afirmou, "o Governo Geisel teve, acima de tudo, visão, e da coincidência de idéias que tive com o Presidente nasceu uma forma de trabalhar muito íntima e solidária que nos permitiu vencer obstáculos que às vezes pareciam extremamente difíceis. Esta política externa foi a mais nacional possível, tanto que não foi uma das questões discutidas na campanha eleitoral".

P — Quais foram esses obstáculos mais difíceis?

R — Acho que nenhum dos passos que a meu ver eram indispensáveis para mostrar uma maior maturidade em matéria de política internacional deixou de ser criticado por alguns setores. A correção na nossa política em relação ao Oriente Próximo e a África, imediatamente acionada depois da posse do Presidente Geisel. . . Eu acho que não preciso dizer das críticas que suscitaram.

P — O senhor disse que o Brasil deveria manter relações com todo o mundo. E Cuba?

R — Desejo que cada vez mais universalizemos a nossa política. Acho perfeitamente razoável que

o Brasil tenha relações com países de regimes diferentes, mesmo no Continente. Nós, por exemplo, nunca poderíamos deixar de ter relações com vizinhos nossos, fossem quais fossem os seus regimes. Mas eu compreendo perfeitamente as reservas em relação a Cuba, porque se Cuba não atinge tão diretamente um país como o Brasil, muito mais robusto em capacidade de digerir idéias, a ação que teve em alguns países do Continente, mais vulneráveis, provoca uma grande resistência. Logo no início do Governo Geisel, houve um grande movimento na América Latina em favor de Cuba. E o Brasil se absteve por uma razão muito forte: assim permitiríamos uma melhor caracterização de outros países. Mas eu tenho a impressão pessoal de que hoje há uma certa regressão no sentimento favorável a Cuba. Se hoje se repetisse aquele movimento de 74/75 a favor de Cuba, Cuba teria menor apoio do que então. Porque hoje já existem países mais assustados com Cuba do que havia naquela época.

P — Em que medida o processo de abertura interna facilitou ou dificultou a condução da política exterior?

R — Evidentemente, a política externa e a política interna têm tempos políticos diferentes. Não quero dizer com isto que a política externa não seja influenciada pela política interna. Eu acho que o Presidente Geisel concordou comigo em muitas coisas porque ele sempre esteve dentro do seu programa de Governo e democratização do país. As duas coisas, uma tem influência sobre a outra. Mas como os tempos — tempo no sentido do **timing** americano — são diversos, foi possível um planejamento de política exterior que se casou perfeitamente com a abertura democrática. Pode até ser que tenha antecedido um pouco este movimento e tenha contribuído para que ele se desse de forma mais viável. Eu não tenho a ilusão de que, por exemplo, a capacidade de um país agüentar certas pressões seja ilimitada, quer internamente, quer externamente.

P — Nesse contexto, como se deve encarar o problema com os Estados Unidos?

R — Nos três primeiros anos da administração Geisel houve enorme aproximação entre os EUA e o Brasil — e de forma mais madura, baseada no reconhecimento de que os dois países deveriam

em princípio ser solidários quanto a muitos fatos, mas que tinham o direito de discordar. Na própria discordância havia uma certa contribuição criadora, no sentido de que o Brasil era um país em estágio econômico diferente do dos Estados Unidos, com uma projeção internacional menor, evidentemente, mas importante no terceiro mundo, e que os EUA queriam se beneficiar desta forma de dar opinião com clareza e franqueza. E nós tomávamos, do lado brasileiro, com o mesmo sentido: os EUA são uma grande nação industrial, com enorme capacidade de poder, mas isto não lhe dava o direito de estar sempre certo. A pseudo-superioridade moral de um país avançado é muito discutível, pois as grandes ondas obscurantistas que lavaram o mundo nas últimas décadas, não tiveram origem nos países mais pobres.

P — Quando começaram as arestas?

R — As arestas começaram na campanha eleitoral do Presidente Carter. Tenho impressão de que não era um sintoma de menosprezo pelo Brasil. Ao contrário, era uma certa incapacidade de mudar de critérios. No fundo, o Partido Democrata adotava o mesmo princípio do ex-Presidente Nixon, de que para onde vai o Brasil vai a América Latina — o que eu considero erro, e erro que o Brasil não deve aceitar. Porque é uma transferência de responsabilidade sem transferência de poder real. Eles devem ter chegado à conclusão, dentro da programação de Carter, de que, se eles conseguissem abalar o Brasil, estariam por catálise modificando toda a América Latina. Então, começaram a criar dificuldades. A forma de acionar imediatamente a posição do Brasil foi a ida à Alemanha do Vice-Presidente Walter Mondale para tentar bloquear o Acordo Nuclear, e a vinda aqui do Subsecretário de Estado, Warren Christopher, o que se deu logo na primeira semana do Presidente Carter. A meu ver, não basta a gente ter respeito e não intervir nos assuntos internos de outros países. A Carta da OEA é sábia quando diz que um país não tem o direito de interferir nos assuntos internos e externos de outros. Porque assuntos internos e externos, no momento em que há uma operação de cooperação internacional, se confundem, evidentemente. E ninguém tinha o direito de julgar aquilo que o Brasil tinha feito. O Brasil tinha feito um acordo juridicamente perfeito e acabado e não se precisava ter sensibilidade especial para ver que estávamos sendo alvo de pressões grandes.

P — Qual foi o significado real da renúncia dos Acordos Militares com os EUA?

R — Fomos forçados a denunciá-los. Se eles fossem Acordos muito operativos e úteis, nem a provocação os teria abalado tanto. Mas tinham pouca operatividade e, além disto, nós já tínhamos renunciado a toda a ajuda militar. Então, o relatório contra o Brasil apresentado ao Congresso americano foi um ato político gratuito — e estes geralmente são os piores atos que podem existir. Nenhum Acordo pode ser modificado, por disposição interna. É preciso acabar com isto. Os países poderosos têm que ter consciência de que não são Impérios Romanos. Não fazem leis internas para todo o mundo.

P — Este gesto está consolidado?

R — Eu espero que sim. Faço votos para que sim. Depois desta fase mais desagradável, as relações estão em franca melhora. O Brasil e os Estados Unidos tiveram que examinar alguns problemas juntos, por iniciativa americana. Temos mantido, sobre vários problemas, diálogo quase diário. O Presidente Carter propôs até que fizéssemos um balanço, país por país, em relação à África, o que não se fez, mas que demonstra um desejo de informação recíproca muito grande. Nós recebemos, há poucos meses, todo um grupo de planejamento de política exterior dos EUA e eu encontrei, devo dizer, um espírito muito desejoso de dar conteúdo a esta cooperação.

P — As dificuldades econômicas nacionais poderiam conduzir a um realinhamento político de dependência com os Estados Unidos?

R — Acho que não. Sobre isto há muita fantasia — interessada, às vezes, e ingênua, em alguns casos. Os sócios brasileiros em matéria econômica são empresários. Nós não temos nenhum pacote estatal com os Estados Unidos. Pretendi estudar com o Kissinger a possibilidade de fazer um pacote estatal, mas isto é praticamente impossível, porque quem domina os Estados Unidos é o empresário americano. Não há nada de estatal, nem empréstimos. E a comunidade empresarial americana não está zangada com o Brasil nem insatisfeita. Não vejo como possa ser criado um outro tipo de vínculo. Pode ser que haja gente tão inteligente que veja esta possibilidade. Eu não.

P — O esforço pela conquista de novos mercados já produziu algum efeito na balança comercial?

R — Sem dúvida. A própria estrutura do comércio brasileiro mudou. Este ano, por exemplo, tivemos uma seca no Sul do país e não haverá déficit grande na balança comercial porque o incremento das exportações de produtos industrializados quase compensou a perda decorrente da seca.

P — E com relação aos novos mercados africanos?

R — Nós tivemos na África um crescimento de 550% no nosso comércio, que passou a 14 bilhões de dólares. Representamos uma opção importante para os africanos: não queremos e sequer temos a capacidade para criar vínculos de dependência para eles. Quando fazemos a integração com um país industrializado ficamos muito orgulhosos de fazermos um motor, um pistão... Mas, para o terceiro mundo, somos exportadores de produtos acabados. Essa semana vendemos locomotivas para Moçambique, por exemplo. Nós exportamos vagões, motoniveladoras, etc. E isto não é absolutamente desprezível.

P — A Ásia ficou um pouco esquecida na sua gestão...

R — Por isso é que eu digo que agora é a vez da Ásia.

P — Neste programa da Ásia o senhor inclui relações com o Vietnam?

R — Eu sou muito a favor disto. Acho que se devia fazer.

P — O reatamento China-EUA de alguma forma atrapalha os planos brasileiros quanto ao mercado chinês?

R — Pode ser que atrapalhe em algumas coisas. Por exemplo: os dois maiores produtores mundiais de soja são os EUA e o Brasil. Em matéria de soja, então, os EUA podem sempre nos atrapalhar, ou nós atrapalharmos os EUA. Enfim, há, ainda, tal desequilíbrio entre as duas economias que provavelmente os atrapalhados sejamos nós. Eu espero que a gente chegue a um momento em que não precisemos nos atrapalhar um ao outro. Pense que a opção brasileira para a China também

será levada em consideração. O Brasil reconheceu a China há alguns anos, e o reconhecimento agora por parte dos EUA, inclusive em matéria de estratégia global, deve ser acolhido com aplausos por nós, no sentido de que é um gesto realístico que representa uma compreensão maior de como estas forças globais têm que ser tratadas.

P — E quanto a Itaipu-Corpus, no relacionamento com a Argentina, firma-se um acordo antes da posse do General Figueiredo?

R — Farei todos os esforços para isto. Se este acordo não puder ser assinado no atual Governo, e espero que ainda possa, farei todo o esforço para que a próxima administração o receba quase terminado, e dentro dos parâmetros mais favoráveis.

P — O êxito político do Acordo Nuclear com a RFA poderá sustentar-se ainda que a iniciativa se revele economicamente inviável?

R — O Acordo não é economicamente inviável. Isto não é verdade. Todas as coisas novas são consideradas inviáveis. Ele é uma necessidade e acho que o próprio sistema hidrelétrico brasileiro se beneficiará da conjugação com o sistema nuclear.

P — Mas o preço do quilowatt instalado já está muito acima do que se previa?

R — Não é muito acima do que se previu. Não houve majoração de preço que não esteja de acordo com a majoração de preços de todos os

outros projetos. Itaipu custará muito mais do que se previu inicialmente. Quer dizer, você pode lidar com este problema de forma extremamente negativa ou de forma positiva.

P — O Senhor admite alguma revisão no Acordo Nuclear?

R — Não acredito. Acho que ele será realizado.

P — Tal qual foi assinado?

R — Basicamente sim. Não estou dizendo que não possa haver tropeços aqui ou ali. O que eu acho é que o Acordo em si não tem nada que possa ou deva ser modificado. Nós podemos ter tido tropeços, mas estes tropeços serão resolvidos. Estamos aprendendo muita coisa. Coisa que valerá 10 vezes mais do que se está pagando hoje.

P — O Senhor diz confiar na ação do General Figueiredo quanto à manutenção do Acordo Nuclear, e o General Figueiredo tem afirmado que manterá a atual política externa. Isto o tranquiliza ainda que o seu sucessor venha a defender teses opostas às suas?

R — Este negócio não é de palavra. Isto é um negócio de fatos. Não adianta nada dizer que haverá continuidade da política exterior se não houver continuidade efetiva. Será apenas mais uma afirmação. Acho que o importante é que a política exterior tenha continuidade, e confio no General Figueiredo quanto a isto. E para ter continuidade é preciso que ela siga as mesmas linhas operativas. Ela não pode ter uma continuidade abstrata e as linhas operativas serem modificadas. Não daria certo.

Itamaraty e Senado Federal assinam convênio para acesso recíproco a sistemas de informações

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Senado Federal, em Brasília, em 24 de novembro de 1978, por ocasião da assinatura do Convênio entre aquela Casa Legislativa e o Itamaraty para acesso recíproco a sistemas de informações mantidos por esses dois órgãos.

Senhor Presidente,

Mais uma vez me honra Vossa Excelência com sua hospitalidade: hoje, para a celebração de um convênio que, de par com seu alto significado intrínseco, vale como um marco a mais da estreita e madura cooperação entre o Senado Federal e o Ministério das Relações Exteriores. É marco pioneiro, pelos aspectos muito especiais que envolverá o acesso de cada uma das instituições ao acervo ostensivo de documentação legislativa e administrativa da outra, dentro do princípio da reciprocidade.

Hoje, mais do que nunca, o correto tratamento do recurso "informação" é condição básica de autonomia e desenvolvimento de qualquer sociedade ou organização. Por ser um meio privilegiado de transferência e integração do conhecimento, a informação é um dos subsídios mais valiosos do processo de tomada de decisões. As duas partes deste convênio não só estão empenhadas em organizar e sistematizar as informações de

que isoladamente dispõem, mas também decidem agora disciplinar o acesso recíproco às mesmas. Os ganhos de eficiência e de consistência logo serão evidentes e beneficiarão amplamente o Senado Federal e o Itamaraty em suas respectivas esferas de atuação.

Ao manifestar a Vossa Excelência minha satisfação e meu reconhecimento por essa contribuição que considero de extrema relevância para as atividades do Ministério das Relações Exteriores, desejo também expressar minha esperança de que, em novos trabalhos conjuntos, o Senado Federal e o Itamaraty ampliem e diversifiquem sua colaboração, dando continuidade a uma tradição antiga, e que muito envaidece a Casa de Rio Branco. É essa tradição que transborda, nesta oportunidade, para o campo da informática, no qual se abrem largas perspectivas que podemos e devemos explorar em busca do desenvolvimento do país, a que estamos dedicados todos os brasileiros.

política externa: comentários do chanceler

Trechos da entrevista coletiva concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, à imprensa brasileira em 21 de dezembro de 1978.

ENTREVISTA COLETIVA À IMPRENSA

1) — Se o Peru e a Bolívia entrarem na guerra de Beagle, qual será a posição do Brasil?

R) — Não há, na questão, qualquer interesse nacional brasileiro afetado. Acho que devemos nos preservar para que a nossa ação seja de paz. Confunde-se com muita frequência as motivações dos países. Qual ligação tem o Brasil com esse problema de Beagle ou mesmo da zona austral? Nós não temos, felizmente, nenhum interesse brasileiro a defender no caso. Nossa ação tem que ser de persuasão para uma solução pacífica. Não entramos no exame da matéria substantiva, mas, evidentemente, entendemos que qualquer problema pode ser resolvido por meios pacíficos. Pelo menos esta é a posição brasileira. O drama de uma guerra será algo de que nenhum se beneficiará. E as seqüelas e as cicatrizes e os traumatismos criarão uma nova realidade na América do Sul. Espero que isto não aconteça.

2) — O Senhor vê possibilidade de o Brasil vir a ter uma posição mais forte, mais decisiva neste caso?

R) — Não. A única coisa que poderia acontecer, se houvesse conflito, seria a Organização dos Estados Americanos discutir os meios de aproximar os dois países. Mas tenho esperança de que não chegamos a esse ponto. Há muita prepara-

ção, é verdade, e compreendo que possa ocorrer até mesmo um acidente; coisas que podem acontecer, que são fortuitas até. Mas acho que, basicamente, o problema pode ser resolvido com o entendimento.

3) — Antes da eventualidade de um conflito a OEA não poderia agir?

R) — A OEA já tentou, porque os norte-americanos já escreveram uma carta ao Presidente do Conselho da Organização. Não fizemos isso porque não podíamos prejudicar as negociações. O ponto fundamental para nós foi o de termos apelado para os dois Governos imediatamente. Os dois Governos, através de comunicados, nos fizeram saber que as negociações haviam chegado a um impasse grave. Os comunicados são quase paralelos. Portanto, foi legítimo o apelo brasileiro aos dois países. Porque, em primeiro lugar, não queríamos prejudicar as negociações e, em segundo, porque, do contrário, poder-se-ia criar até um processo de endurecimento nos entendimentos. Dois Ministros iam se encontrar. Como podíamos achar que não iria dar certo? Posso mesmo acrescentar que o encontro esteve, inclusive, muito próximo de dar certo.

4) — Há telegramas dizendo que o Brasil vai enviar tropas ao sul do Líbano?

R) — O Brasil já prestou muitos serviços às forças de paz da ONU, o Brasil ficou anos e anos em Suez; o Brasil esteve fisicamente presente

no problema da Índia com Cachemira; esteve no Congo. Nessa questão de tropas para garantir a paz, parece-me que deve haver um certo rodízio de países. Quase todos os países que vão participar dessa força são países que ou não participaram recentemente ou participaram menos. Talvez com exceção dos finlandeses.

5) — Foi feita alguma sondagem?

R) — Foi feita sim. Mas nós explicamos que preferiríamos deixar uma participação brasileira para mais adiante, dado ao volume de serviços que o Brasil já dera de apoio à ONU nesse sentido. Se não houvesse país disposto a participar da operação, seria diferente. Mas como havia outros países dispostos a fazê-lo...

6) — Como o Senhor vê as perspectivas para negociações sobre Corpus e Itaipu?

R) — Acredito que as negociações tenham caminhado bem em Punta del Este. Mas eu compreendo, também, que agora estamos dependendo de outro problema que não é nosso. Acho que não é o momento de dar uma solução, mas acho que se chegou quase a uma solução, no sentido de que é só aprovar o que foi proposto durante a reunião dos Chanceleres em Punta del Este.

7) — E o programa nuclear, como vai?

R) — Eu não tenho nada a ver com o programa do ponto de vista industrial, mas acho que vai bem.

8) — Mas o Senhor continua achando que é irreversível?

R) — Sem dúvida. E vou dizer mais. Tenho tido o seguinte prazer: pessoas que não são ligadas ao Governo, pessoas que hoje talvez sejam até mais ligadas à oposição, e que são meus amigos, têm-me dito que esta campanha não pode deixar de ser uma campanha interessada. Ela tem sido nutrida de elementos de informação que evidentemente demonstram que há um intuito de prejudicar a execução do acordo.

9) — E onde estaria o escritório desta campanha?

R) — Isto eu não sei. Isso vocês descubram. Vocês são muito mais capazes de fazê-lo do que eu. Um jornalista da maior importância me confirma essa sensação que nós todos começamos a sentir. Ele me disse: "Nós achamos que era preciso investigar, botar as coisas a limpo, mas nunca tivemos a intenção de prejudicar o programa nuclear em si, porque é necessário ao Brasil. E, hoje, estamos começando a sentir que isso não é feito só aqui." E é verdade. Vocês podem acreditar. É inatacável a posição nuclear brasileira.

10) — Mas o senhor acha que o acordo nuclear resiste?

R) — Acho que sim. Eu, se estivesse aqui, resistiria até o último centímetro do meu ser. Agora, já não posso jurar pelos outros. Até março, você pode ter certeza, nada vai ser modificado. Mas confio totalmente na ação do General Figueiredo neste setor. Acredito que ele não voltará um milímetro atrás. E acho que não tem nenhuma razão para voltar atrás. Quero que isto fique claro. Porque aí não é a gente que conta, são as coisas às quais a gente se engajou. Estas coisas são mais importantes. E é este caminho que tem que ser protegido. Ele é mais importante que a gente mesma.

11) — E o comércio com a África do Sul. As importações continuam crescendo?

R) — Não. Você sabe que sou absolutamente contrário. E o Presidente Geisel também. Nós estamos terminando com tudo.

12) — Mas de que maneira?

R) — Quando sabemos que algum setor compra — digamos assim —, conversamos com esse setor, se é oficial. O Presidente me deu ordens categóricas neste sentido. Que valor teria a África do Sul para o Brasil? Nenhum. Este negócio de geopolítica... não é a utilização do espaço para fins estratégicos? Você pode dar outra definição para a geopolítica que todo mundo entenda? Você pode, inclusive, enfeitar o conceito que enunciei, mas, com o avanço científico, o espaço muda de dimensão. Calcule só que um submarino Polaris — como se especula nos Estados Unidos — tenha a capacidade de destruir nove

idades. Ele é um alvo difícil porque ele anda; vale, portanto, muito mais do que qualquer base em qualquer país não plenamente industrializado. A política da Grã-Bretanha do século passa-

do, de dominar as passagens dos mares, já não existe mais. O submarino fica a 200 milhas da passagem, manda uma bomba para lá e acaba com a guarnição, com tudo.

corpo diplomático homenageia presidente geisel ao final do ano

Discurso, de improviso, do Presidente Ernesto Geisel ao receber os cumprimentos de fim de ano do Corpo Diplomático, no Palácio do Planalto, em 19 de dezembro de 1978.

Meus Senhores,

É com grande satisfação que mais uma vez, e agora já prestes a findar o período do meu Governo, recebo os cumprimentos do Corpo Diplomático com sede em Brasília, por ocasião das festividades do Natal e Ano Novo. Para o Brasil e sua diplomacia, 1978 foi um ano de muito trabalho, de muito dinamismo. Reafirmamos, por palavras e atos, as tradições pacíficas de nossa Nação e a sua vocação para convivência internacional. Pessoalmente, tive várias oportunidades de manter proveitosos contatos com Chefes de Estado de países amigos, enquanto em outros níveis o Governo brasileiro intensificou produtivamente suas atividades diplomáticas. No trabalho diário, Vossas Excelências foram interlocutores necessários nesse processo de entendimento. E pela valiosa contribuição pessoal que a ele pres-

taram devo reconhecidamente agradecer. Nas palavras de Vossa Excelência, Senhor Núncio Apostólico, encontro a tradição de um grato sentimento de solidariedade humana resultante, certamente, do convívio amistoso que mantivemos ao longo dos últimos anos. Agradeço-lhe muito especialmente os votos que, em nome dos Chefes de Missão e Representantes de Organismos Internacionais aqui presentes, teve a gentileza de endereçar os brasileiros, a mim mesmo, e a meus colaboradores. A Vossa Excelência e a todos os dignos membros do Corpo Diplomático, auguro um novo ano pleno de realizações e de felicidade pessoal e rogo-lhes que no ensejo transmitam a seus governos expressão de sentimento, paz e fraternidade que animam o povo brasileiro.

relações diplomáticas

entrega de credenciais

De Embaixadores estrangeiros:

Antoine El-Dahadah, do **Libano**, em 23 de novembro de 1978;

Lennart Birger Rvdforde, da **Suécia**, em 23 de novembro de 1978;

Conde Jean des Enffans d'Avenas, da **Bélgica**, em 30 de novembro de 1978;

Kole Casule, da **Iugoslávia**, em 30 de novembro de 1978;

Fernando Acosta S., da **Costa Rica**, em 11 de dezembro de 1978;

Dermane Ali, do **Togo**, em 11 de dezembro de 1978;

Fernando Zegers Santa Cruz, do **Chile**, em 18 de dezembro de 1978;

David George Holborow, da **Nova Zelândia**, em 18 de dezembro de 1978.

“O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos.” – Azeredo da Silveira

os acordos entre o brasil e a república francesa

Acordo Básico de Cooperação Inter-universitária e Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial entre o Brasil e a França, assinados em Brasília, em 5 de outubro de 1978, pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Louis de Guiringaud; Acordo, através de Notas trocadas pelos Chanceleres brasileiro e francês, na mesma data, sobre a Execução das Cartas Rogatórias; Acordo sobre Cooperação no Campo da Energia Solar e Outras Formas Não-Convencionais de Energia, firmado em 5 de outubro de 1978, através das Notas trocadas entre o Ministro das Minas e Energia do Brasil, Shigeaki Ueki, e o Ministro de Comércio Exterior da França, Jean François Deniau; e a Declaração de Intenção dos Governos brasileiro e francês sobre financiamentos a projetos em território brasileiro, assinada em 3 de outubro de 1978.

ACORDO BASICO DE COOPERAÇÃO INTER-UNIVERSITÁRIA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Francesa

Tendo em vista o Acordo Cultural de 6 de dezembro de 1948,

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Científica e Técnica de 16 de janeiro de 1967,

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o desenvolvimento de intercâmbio entre as universidades brasileiras e francesas,

Desejosos de concluírem um acordo básico relativo a um programa de cooperação com essa finalidade;

Acordam o seguinte:

artigo I

O presente Acordo tem por objetivos:

- 1) o estabelecimento de um sistema de acompanhamento acadêmico dos docentes-pesquisadores brasileiros enviados a universidades francesas através do programa regular de bolsas de estudo mantido e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura da República Federativa do Brasil;
- 2) o desenvolvimento de setores específicos em cada uma das universidades brasileiras participantes através do programa de intercâmbio universitário já mantido pela CAPES, compreendendo:
 - a) o envio a universidades brasileiras de professores visitantes franceses para participação em programas de ensino e pesquisa;

- b) o envio a universidades francesas de docentes brasileiros em missões de curta duração para aperfeiçoamento de sua formação em pesquisa, com vistas ao desenvolvimento do ensino brasileiro de pós-graduação;
- c) o intercâmbio de missões de identificação e de avaliação;
- d) a execução de programas conjuntos de pesquisa;
- e) o intercâmbio de informações científicas, de documentação especializada e de publicações.

artigo II

O presente Acordo não se aplica ao programa de bolsas de estudo e bolsas de estágio financiado pelo Governo francês, nem aos demais projetos e atividades de cooperação universitária executados no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, os quais terão prosseguimento conforme os dispositivos que os regem.

artigo III

A responsabilidade pela execução do presente Acordo, do lado brasileiro, é confiada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação e Cultura.

artigo IV

A responsabilidade pela execução do presente Acordo, do lado francês, é confiada ao Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB), órgão vinculado à Conferência dos Presidentes das Universidades Francesas.

artigo V

O sistema geral de acompanhamento acadêmico referido no Artigo I, item 1, deste Acordo, reger-se-á de conformidade com as seguintes disposições:

- 1) as bolsas e despesas de viagem dos docentes brasileiros aceitos para a realização do doutorado de 3.º ciclo, do doutorado de engenharia e do doutorado de Estado serão asseguradas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;
- 2) os salários do pessoal docente incluído em programas de treinamento previstos no item anterior serão assegurados pelas universidades de origem;
- 3) o financiamento necessário referente ao custo adicional com as despesas de pesquisas, como parte desse treinamento, será estudado caso a caso pela CAPES e assegurado pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil;
- 4) o financiamento necessário referente ao custo adicional para o acompanhamento acadêmico específico dos bolsistas brasileiros deste programa correrá por

conta do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França;

5) os custos adicionais serão estimados levando em consideração os ensinamentos eventuais que antecedam aos ciclos de doutorado, a especificidade do tema de tese, a área de concentração e o acompanhamento dos bolsistas brasileiros;

6) o acompanhamento dos bolsistas brasileiros será supervisionado por um responsável, designado pelas universidades francesas que os acolherem;

7) incluir-se-ão no caso anterior os estágios de pesquisa de, no máximo, um ano de duração, destinados a complementar a formação em pesquisa realizada no Brasil.

artigo VI

Os bolsistas beneficiários deste Acordo deverão demonstrar nível de conhecimento lingüístico conforme as exigências para admissão nas universidades francesas, desfrutando, caso necessário, das mesmas oportunidades de treinamento oferecidas aos bolsistas do Governo francês.

artigo VII

Para as missões de curta duração de docentes brasileiros na França, com duração máxima de seis meses, os custos relativos às viagens e às bolsas correrão, em partes iguais, por conta do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

artigo VIII

A participação de professores visitantes franceses nos programas previstos por este Acordo deverá observar os procedimentos atualmente em vigor entre os dois países, em conformidade com os Acordos mencionados no Preâmbulo.

artigo IX

1) As despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação e das missões de curta duração de professores franceses serão custeadas pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, quando se realizarem no Brasil; e as despesas com a estada das missões de identificação e de avaliação dos professores brasileiros serão custeadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, quando se realizarem na França.

2) As despesas de viagem dos brasileiros ficarão a cargo do Ministério da Educação e Cultura brasileiro e as despesas dos franceses ficarão a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês.

artigo X

A seleção dos bolsistas beneficiários deste Acordo será feita, mediante proposição da CAPES, em reuniões realizadas no Brasil, por uma comissão da qual partici-

parão responsáveis pelo ensino de pós-graduação francês, designados pelo COFECUB.

artigo XI

As questões de equivalência de diploma serão submetidas à Comissão Mista Franco-Brasileira de Cooperação Cultural, Científica e Técnica; as duas partes farão as recomendações que julgarem oportunas às autoridades competentes.

artigo XII

Será realizada uma reunião anual de representantes da CAPES e do COFECUB, alternadamente na França e no Brasil, para avaliar os programas de cooperação em curso e elaborar os do ano seguinte. Serão elaborados, em documentos separados, o programa referente a bolsas de estudo de pesquisadores-docentes brasileiros na França (Artigo I, item 1, deste Acordo) e o programa referente às demais atividades de intercâmbio previstas neste Acordo (Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deste Acordo).

artigo XIII

Dois anexos financeiros serão estabelecidos anualmente e definirão nos limites das verbas anuais disponíveis, os recursos alocados para a execução dos programas previstos neste Acordo, fixando as participações respectivas do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

artigo XIV

O programa referente às atividades de intercâmbio previstas no Artigo I, item 2, e Artigos VII, VIII e IX deverá conter a discriminação das universidades participantes e das áreas de conhecimento abrangidas, bem como a descrição das atividades a serem desenvolvidas e a respectiva duração e custos. Após sua elaboração, este programa será submetido pela CAPES aos órgãos brasileiros competentes para aprovação e formalização junto ao Governo francês, nos termos do Decreto n.º 65.476, de 21 de outubro de 1969.

artigo XV

1) A aplicação deste Acordo será feita com base em convênios interuniversitários, os quais definirão os compromissos mútuos das universidades brasileiras e francesas interessadas, nas áreas ou domínios fixados;

2) Estes convênios deverão ser estabelecidos com base no convênio interuniversitário padrão elaborado pela CAPES e o COFECUB.

artigo XVI

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração de cinco anos.

Poderá ser denunciado por uma das partes mediante aviso prévio de seis meses, notificado por escrito. Em todos os casos a denúncia não atingirá as bolsas em

andamento, as quais terão sua continuidade assegurada.

O presente Acordo não poderá ser modificado por iniciativa de uma das Partes, salvo se a modificação for aceita de comum acordo.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 1978, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e francesa, os dois textos fazendo igual fé.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e
O Governo da República Francesa

Tendo em vista o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado em 16 de janeiro de 1967,

Tendo em vista o Comunicado Conjunto de 6 de novembro de 1975, que criou a Comissão Econômica para o Comércio e a Indústria,

Desejosos de desenvolver em bases de vantagens mútuas a cooperação entre os dois países no domínio da tecnologia industrial e de estimular as operações comerciais e os investimentos recíprocos no setor industrial,

Acordam as seguintes disposições:

artigo I

A cooperação tecnológica industrial de que trata o presente Acordo será assegurada nas seguintes modalidades:

A. Intercâmbio regular de informações relativas a tecnologias industriais de que dispuserem as duas Partes, e de listas de tecnologias que possam ter um interesse comum.

B. Promoção de intercâmbio de tecnologia industrial principalmente entre pequenas e médias empresas.

Nesse sentido as duas Partes encorajarão os contatos entre as empresas interessadas, o intercâmbio de especialistas e as associações que possam conduzir a pesquisas e a projetos comuns.

C. Execução, através de convênios complementares a serem concluídos entre os dois Governos, de projetos e de programas de desenvolvimento tecnológico industrial de interesse das duas Partes. Cada convênio complementar designará as entidades responsáveis pela implementação dos projetos e programas e definirá suas modalidades. Esses projetos e programas comportarão, quando for o caso, intercâmbio de especialistas.

As questões de propriedade industrial serão igualmente acertadas pelos convênios complementares.

artigo II

O intercâmbio de equipamento, componentes e materiais em virtude de aplicação do Artigo I, parágrafos B e C, será feita conforme a legislação em vigor em cada país sobre importação e exportação.

artigo III

Cada uma das Partes Contratantes facilitará a estada e a circulação, em seu território, do pessoal procedente da outra Parte que exercer suas atividades no âmbito do presente Acordo.

artigo IV

Um Comitê Franco-Brasileiro de Cooperação Tecnológica Industrial assegurará a execução do presente Acordo e atuará em colaboração com as Comissões Mistas de Cooperação Cultural, Científica e Técnica e de Cooperação Econômica e Industrial. Esse Comitê designará os grupos de trabalho especializados que forem necessários.

artigo V

O financiamento das operações previstas no presente Acordo será objeto, em cada caso, de entendimentos complementares.

artigo VI

O presente Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura, terá uma duração de cinco anos e será renovável tacitamente, a não ser que uma das Partes Contratantes notifique a outra de sua decisão de denunciá-lo. Essa notificação deverá ser feita por via diplomática, doze meses antes da data prevista para a expiração.

Este Acordo poderá ser modificado a qualquer momento, de comum entendimento entre ambas as Partes Contratantes.

Se o presente Acordo deixar de vigorar, por denúncia de uma das Partes, suas disposições permanecerão em vigor pelo tempo necessário à execução dos contratos em curso, concluídos conforme o artigo I, parágrafo B, e à execução dos convênios complementares estabelecidos em consonância com o artigo I, parágrafo C, cuja continuidade deverá ser assegurada.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 1978, em dois exemplares, um em língua portuguesa e outro em língua francesa, fazendo os dois textos igualmente fé.

ACORDO SOBRE EXECUÇÃO DAS CARTAS ROGATÓRIAS

A Sua Excelência o Senhor Louis de Guiringaud,
Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que a República Federativa do Brasil está de acordo com

que a execução das cartas rogatórias expedidas pela Justiça brasileira à francesa, ou pela Justiça francesa à brasileira, e extraídas de autos de ações penais, não importe no reembolso de quaisquer despesas ao Estado rogado, salvo as ocasionadas pela atuação de peritos no território de referido Estado.

2. No entendimento de que a República Francesa aprova o que precede, esta Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e de idêntico teor, constituirão Acordo entre os dois Estados, Acordo este que entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca de notificações de que foram cumpridas as formalidades exigidas pelos textos constitucionais dos dois Estados para sua conclusão e poderá ser denunciado por qualquer das partes com aviso prévio de um ano.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira,
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DA ENERGIA SOLAR

A Sua Excelência o Senhor
Jean François Deniau,
Ministro do Comércio Exterior da
República Francesa.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da carta que Vossa Excelência me dirigiu em 5/10/78, cujo teor é o seguinte:

“Senhor Ministro,

No quadro da implementação do Acordo Complementar entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil no Campo da Energia Solar e Outras Formas Não-Convencionais de Energia, assinado em Paris, em 30 de abril de 1976, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência as seguintes disposições:

1 — Com referência ao artigo 2 do Acordo mencionado, fica decidida a implementação de programas de interesse mútuo sobre os seguintes temas:

- a) centrais de concentração a alta temperatura;
- b) energia eólica;
- c) sistemas termodinâmicos de temperatura média com coletor esférico fixo;
- d) sistemas termodinâmicos de baixa temperatura média com coletor esférico fixo;
- d) sistemas termodinâmico de baixa temperatura com coletores planos;
- e) sistemas termodinâmicos de média temperatura com coletores cilindroparábolicos fixos ou orientáveis;
- f) geradores fotovoltaicos;
- g) utilização da biomassa vegetal.

2 — Os órgãos especializados encarregados da implementação dos programas acima mencionados e da definição das modalidades de execução e de financiamento serão designados, pela Parte Francesa, pelo Comissariado de Energia Solar, e pela Parte Brasileira, pela Secretaria Geral do Ministério das Minas e Energia.

3 — Dentro dos três meses seguintes e esta troca de cartas, o Grupo de Trabalho previsto pelo Acordo de 30 de abril de 1976 se reunirá, a fim de proceder a uma primeira avaliação das providências já adotadas e examinar as medidas a serem tomadas para o prosseguimento da cooperação.

Muito agradeceria a Vossa Excelência receber a confirmação de que o que precede está conforme com o que foi acordado entre as Partes.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração."

Tenho o prazer de informar Vossa Excelência que o que precede está conforme com o que foi acordado entre as Partes.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Shigeaki Ueki

Ministro de Estado das Minas e Energia do Brasil

DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO

O Governo da República Francesa manifesta sua intenção de conceder financiamentos privilegiados, num montante estimado de até 400 milhões de francos franceses, de modo a permitir o financiamento total dos bens e serviços franceses que venham a ser adquiridos para as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e Balbina e respectivas subestações. Tais financiamentos seriam concedidos da seguinte forma:

- a) um valor equivalente a 15% do montante dos bens e serviços franceses seria financiados por empréstimo de governo a governo;
- b) um valor equivalente a 85% do total dos bens e serviços franceses seria financiado através de créditos privados garantidos pe-

(*) Na seção **Comunicados e Notas**, página 117, o Comunicado do Itamaraty à imprensa sobre os entendimentos do Presidente Giscard d'Estaing no Brasil; na seção **Mensagens**, página 127, o agradecimento do Presidente francês ao deixar o território nacional; e na seção **Notícias**, página 131, uma informação sobre o início dos trabalhos de elaboração das convenções de extradição e de cooperação judiciária.

la Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur-COFACE;

- c) outrossim, um crédito privado complementar garantido pela COFACE financiaria as revisões de preço relativos aos bens e serviços franceses, assim como a parte capitalizada dos juros intercalados dos créditos privados garantidos previstos no item (b) acima.

O Governo da República Federativa do Brasil, ao manifestar sua intenção de autorizar as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. — ELETRONORTE a solicitar, receber e analisar propostas relativas às ofertas de financiamentos privilegiados, créditos em eurodivisas e propostas comerciais de fornecedores franceses, entende que as novas condições agora pre- vementes na indústria nacional devem necessariamente refletir-se nos níveis de participação brasileira no total dos contratos a serem realizados.

2. Sendo considerada prioritária pelo Governo brasileiro a implantação do trem de subúrbio na região metropolitana de Porto Alegre, o Governo francês se compromete a apresentar e o Governo brasileiro a receber, para exame, proposta de financiamentos privilegiados, de governo a governo, para o projeto em causa, de um montante estimado de até 250 milhões de francos franceses, em condições financeiras análogas às constantes do parágrafo primeiro acima.

3. Os dois Governos expressam sua satisfação pela forma como vem sendo desenvolvida a cooperação técnica entre a Petrobrás Mineração S.A. e a **Compagnie des Mines et Potasses d'Alsace**. O Governo francês manifestou sua intenção de apresentar e o Governo brasileiro de receber e analisar proposta de financiamentos privilegiados, de governo a governo, para um montante estimado de até 500 milhões de francos franceses, em condições análogas às constantes do parágrafo primeiro acima, e tendo por objetivo a aquisição de bens e serviços franceses que não possam ser obtidos no Brasil.

4. Os dois Governos cogitam de designar delegações habilitadas a negociar e, se possível, assinar, antes de 15 de dezembro vindouro, levadas em consideração as formalidades legais exigidas pela legislação dos dois países, um ou diversos protocolos financeiros, fixando as modalidades técnicas do financiamento desses projetos.

Feito em Brasília, aos 3 dias do mês de outubro de 1978, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e francesa, fazendo os dois textos igualmente fé(*)).

brasil e uruguai estabeleceu mecanismos operativos ao tratado da bacia da lagoa mirim

Troca de Notas entre os Ministros das Relações Exteriores do Uruguai, Adolfo Folle Martínez, e do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, em 7 de dezembro de 1978, em Montevideu estabelecendo mecanismos operativos ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, através da constituição de uma subcomissão coordenadora e um grupo de trabalho para estudar as obras do projeto Jaguarão (tradução-não oficial na nota uruguaia enviada ao Chanceler brasileiro).

NOTA DE CONSTITUIÇÃO DA SUBCOMISSÃO COORDENADORA

A Sua excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no artigo 17 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, combinado com o artigo 3.º do Protocolo do Rio Jaguarão e o artigo 20 do Estatuto da Comissão Mista Uruguaia-Brasileira para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), o Governo uruguaio, atendendo a proposta efetuada pela CLM, resolveu designar como entidades de caráter executivo, que se encarregarão da realização das obras do Projeto Jaguarão, o Ministério dos Transportes e Obras Públicas e o Ministério da Indústria e Energia.

Em conformidade com o disposto nos mencionados documentos internacionais, as entidades executivas aqui indicadas e a CLM nomearão seus respectivos representantes para integrar a parte uruguaia na Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão, prevista no artigo 2.º do Protocolo do Rio Jaguarão.

Com a designação das entidades executivas brasileiras, comunicada através de Nota de Vossa Excelência, aditada de hoje, fica assim constituída a Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Adolfo Folle Martínez
Ministro das Relações Exteriores do Uruguai

NOTA DE CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

A Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

(*) Na página 118, seção **Comunicados e Notas**, os dois Comunicados do Itamaraty à imprensa sobre a reunião dos Chanceleres brasileiro e uruguaio.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me à sugestão do Governo da República Oriental do Uruguai relativa à constituição de um grupo uruguaio-brasileiro, encarregado de estudar a realização das obras do projeto Jaguarão, na parte correspondente ao Uruguai, dentro do espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado em 12 de junho de 1975 e de acordo com o disposto nos artigos 1.º e 13 do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim, assinado em 7 de julho de 1977.

A esse respeito, concordo com Vossa Excelência na constituição do mencionado grupo binacional e considero que sua instalação, que neste ato levamos a efeito, representa um importante passo em nosso esforço comum em prol do desenvolvimento econômico e social da região da Bacia da Lagoa Mirim.

Informo a Vossa Excelência que foram designados para constituir a parte uruguaia do referido grupo negociador, o Senhor Coronel (R) Engenheiro Conrado Serrentino, Delegado da República na Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, o Senhor Coronel Walter Perez, Diretor do Instituto Geológico do Uruguai, o Senhor Contador Luis Garcia Traise, do Ministério da Economia e Finanças e o Senhor Economista Carlos Steneri, da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Difusão.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a certeza de minha mais alta consideração.

Adolfo Folle Martínez
Ministro das Relações Exteriores do Uruguai

brasil e canadá assinam quatro ajustes sobre cooperação técnica

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, James Howard Stone, assinaram, em Brasília, através de troca de Notas, quatro ajustes complementares de cooperação técnica, a saber: Ajuste sobre Capacitação de Pessoal no Setor de Comunicações, por Notas trocadas em 6 de novembro de 1978; Ajustes sobre Cooperação Técnica com a Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais), no campo da ciência florestal, e sobre Cooperação com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e com o Programa Nacional de Televisão Educativa (PRONTEL), no campo da tecnologia educativa, por Notas trocadas em 9 de novembro de 1978; e

Ajuste sobre Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas no campo da tecnologia de alimentos e da engenharia agrícola, por Notas trocadas em 14 de novembro de 1978.

AJUSTE SOBRE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL NO SETOR DE COMUNICAÇÕES

A Sua Excelência o Senhor James Howard Stone
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota B-92, datada de hoje, de Vossa Excelência, cujo teor, em português, é o seguinte:

Excelência,

Com referência ao Artigo V, seção 5.05, do Acordo de Empréstimo assinado em 13 de janeiro de 1977, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá, o seguinte Ajuste Complementar relativo à cooperação técnica sobre capacitação de pessoal do setor de comunicações.

I. Para os objetivos do presente Ajuste Complementar, o Governo do Canadá atuará através da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) e o Governo da República Federativa do Brasil atuará através da Telecomunicações Brasileiras S/A (doravante denominada TELEBRÁS), assistida pela Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) e pela Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores (doravante denominada DCOPT).

II. O objetivo do presente Ajuste Complementar é a realização de um projeto de cooperação técnica com vistas a capacitar pessoal em técnicas e procedimentos modernos nas seguintes áreas do setor das comunicações:

- Desenvolvimento de Recursos Humanos para Telecomunicações;
- Operação de Sistemas de Telecomunicações;
- Economia e Finanças de Empresas de Telecomunicações;
- Sistemas de Telecomunicações via satélite;
- Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.

III. Para a execução do projeto mencionado no Artigo II, as Partes concordam em destinar a importância de até Can\$ 3.000.000 (três milhões de dólares canadenses) dos recursos oriundos do Acordo de Empréstimo firmado em 13 de janeiro de 1977.

IV. Os recursos previstos no artigo anterior serão utilizados, pela TELEBRÁS, exclusivamente para a aquisição

de bens e serviços destinados à execução do projeto, podendo financiar os custos seguintes:

- a) custo de serviços de peritos e/ou consultores canadenses;
- b) custo de serviços de firmas de consultoria canadenses;
- c) custo de treinamento de pessoal brasileiro no Canadá, incluindo auxílio para manutenção dos bolsistas;
- d) custo de equipamentos adquiridos no Canadá e os de seu transporte até o porto canadense de embarque.

V. Como contrapartida ao projeto, a TELEBRÁS fornecerá, de acordo com as especificações constantes do Plano de Operação, anexo ao presente Ajuste Complementar:

- a) técnicos de seu quadro de pessoal;
- b) acomodações e despesas de estada e de transporte, dentro do Brasil, para os peritos canadenses durante a realização de sua missão;
- c) manutenção do salário dos bolsistas em treinamento no Canadá;
- d) transporte e seguro do equipamento adquirido, desde o porto canadense de embarque até o local de instalação no Brasil, inclusive taxas portuárias e de capatazia.

VI. Caso o montante previsto no Artigo III não tenha sido totalmente comprometido até 12 de janeiro de 1980, o saldo respectivo será cancelado.

VII. Para os objetivos do presente Ajuste, caberá à TELEBRÁS, em conformidade com os procedimentos previstos no Anexo "B" do Acordo de Empréstimo de 13 de janeiro de 1977:

- a) identificar, selecionar e recrutar os peritos e/ou consultores e negociar, com os mesmos, os respectivos contratos;
- b) identificar, selecionar e negociar os contratos das firmas e/ou instituições canadenses a serem contratadas para serviços de consultoria;
- c) selecionar o pessoal brasileiro a ser treinado no Canadá, bem como realizar os contatos e entendimentos com instituições canadenses, com vistas a organizar os respectivos programas de treinamento;
- d) realizar a licitação, seleção e negociação dos contratos para a aquisição de equipamentos e materiais.

VIII. A TELEBRÁS poderá solicitar assistência da CIDA para desempenho de qualquer das atribuições previstas no Artigo VII.

IX. A TELEBRÁS manterá a SUBIN e a DCOPT regularmente informadas da negociação das providências previstas no Artigo VII.

X. Nos termos do Artigo 6, Seção 6.01, do Acordo de Empréstimo de 13.01.77, todas as comunicações da TELEBRÁS à CIDA e vice-versa, referentes ao presente Ajuste Complementar, deverão ser feitas através da DCOPT e da SUBIN.

XI. Todos os pagamentos decorrentes das importâncias comprometidas pela TELEBRÁS no âmbito do presente Ajuste Complementar e previamente aprovadas pela CIDA serão efetuados diretamente pela CIDA aos torcedores canadenses, de acordo com as modalidades de pagamento previstas nos contratos. Nenhum contrato, entretanto, deverá prever mais de um pagamento por mês.

XII. Todas as solicitações de desembolso serão feitas pela TELEBRÁS e acompanhadas dos documentos originais comprobatórios.

XIII. A CIDA, a SUBIN, a DCOPT e a TELEBRÁS tomarão as providências necessárias para avaliar, pelo menos uma vez por ano, o projeto abrangido pelo presente Ajuste Complementar.

XIV. A 30 de setembro e 31 de março de cada ano, a Embaixada canadense no Brasil apresentará à CIDA, à SUBIN e à DCOPT um resumo das despesas efetuadas com o projeto.

XV. A CIDA terá o direito de examinar, a qualquer momento, as atividades efetuadas por meio deste Ajuste Complementar. Para tal, a TELEBRÁS tomará as providências necessárias para que todos os contratos financiados por este empréstimo garantam à CIDA o direito de inspeção.

XVI. O projeto previsto no presente Ajuste Complementar deverá ser executado até 12 de janeiro de 1982, a menos que as Partes decidam em contrário.

XVII. O presente Ajuste Complementar poderá ser rescindido por qualquer das Partes. Nesse caso, a data efetiva da rescisão será de sessenta dias após o envio, por uma das Partes à outra, de um aviso escrito participando tal intenção.

XVIII. A rescisão não afetará os compromissos assumidos antes da recepção do aviso, a não ser que as Partes concordem em contrário.

XIX. O presente Ajuste Complementar poderá ser revisado, modificado ou prorrogado por concordância das Partes envolvidas.

XX. Todas as disposições contidas no Acordo de Empréstimos assinado a 13 de janeiro de 1977, entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil, aplicam-se ao presente Ajuste.

XXI. Todas as comunicações, avisos e documentação relacionados ao presente Ajuste Complementar devem ser enviados para os seguintes endereços:

Para o Brasil:
Divisão de Cooperação Técnica
Ministério das Relações Exteriores
70170 Brasília, DF
e
Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Esplanada dos Ministérios — Bloco 16 — sala 511 —

70063 Brasília, DF
Telex: 061/1555

Para o Canadá:
The President,
Canadian International Development Agency
200 Principal Street
Hull — Quebec
Canada — K1A 0G4
Telex: 053.4140

2. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos artigos I a XXI, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração”.

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

A Sua Excelência o Senhor James Howard Stone,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B-10, datada de 9 de novembro de 1978, de Vossa Excelência, cujo teor, em português, é o seguinte:

“Excelência,

Com referência à Nota verbal n.º DCT/DCS/11, data de 12 de março de 1974, do Ministério das Relações Exteriores, e ao Acordo de Cooperação Técnica existente entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 02 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e de acordo com o artigo II do Acordo acima mencionado, o seguinte Ajuste Complementar relativo à cooperação técnica com a Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, no campo da ciência florestal.

1. 1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (dora-

vante denominada CIDA) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

1. 2. O Governo da República Federativa do Brasil designa a Universidade Federal de Viçosa (doravante denominada Universidade de Viçosa) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

II. Este acordo constitui um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica existente entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil, em vigor desde 27 de janeiro de 1976.

III. 1. O objetivo deste projeto é assistir a Universidade de Viçosa a desenvolver e reforçar seu programa de estudos e pesquisas a nível de pós-graduação em ciência florestal.

2. Os objetivos serão alcançados através da execução das seguintes atividades principais:

- a) aproveitamento de professores visitantes e consultores em missão de curta duração canadenses na Universidade de Viçosa;
- b) treinamento no Canadá de cientistas brasileiros da Universidade de Viçosa;
- c) fornecimento de equipamento, material bibliográfico e didático.

3. O projeto terá a duração de aproximadamente cinco anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

IV. O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, ou as agências por eles designadas, concordam em complementar este Ajuste antes ou à época da implementação do projeto, com a apresentação de um Plano de Operação pormenorizado. Uma cópia do Plano de Operação deverá ser submetida à Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e à Divisão de Cooperação Técnica (DCOPT) do Ministério das Relações Exteriores. O Plano de Operação constituirá um anexo ao presente Ajuste Complementar e deverá:

- a) fornecer descrição pormenorizada do projeto;
- b) esquematizar os métodos e os meios a serem utilizados para a implementação do projeto;
- c) designar as pessoas responsáveis pela execução do projeto, por parte do Governo do Canadá e por parte do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) estipular as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como suas contribuições financeiras;

e) incluir um cronograma de execução e de desembolso aproximado pela duração do projeto;

f) especificar os prazos em que se deverão realizar as avaliações conjuntas mencionadas no artigo X, e os meios pelos quais deverão ser feitas.

V. 1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover o seguinte:

a) Pessoal:

- Um professor canadense em ecologia florestal ou trato de florestas, para lecionar no nível de pós-graduação na Universidade de Viçosa, por aproximadamente dois anos e meio;
- Professores visitantes e consultores a serem especificados no Plano de Operação.

b) Treinamento:

- Aproximadamente 10 (dez) bolsas-de-estudo ao nível de doutoramento (PhD), no Canadá, para membros da faculdade na Universidade de Viçosa.

c) Equipamento:

- Livros e material didático, a serem especificados no Plano de Operação.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Can\$ 800.000.00 (oitocentos mil dólares canadenses).

VI. 1. Como contribuição a este Projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover o seguinte:

- a) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretariado e serviços de tradução quando necessários para peritos canadenses;
- b) transporte terrestre e aéreo, e diárias, para viagens de serviço no Brasil dos peritos canadenses, relativas ao desempenho de suas funções no âmbito do projeto;
- c) hotel ou acomodações temporárias similares para peritos em missão de curta duração, e para peritos em missão de longa duração e suas famílias, desde a sua chegada no Brasil e até a sua partida, se necessário;
- d) acomodações mobiliadas para os peritos em missão de longa duração e seus dependentes, ou pagamento de uma ajuda-moradia a ser especificada no Plano de Operação e sujeita a revisão, se necessário;

- e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no artigo V e necessário para a execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro é estimada no valor equivalente a Can\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil dólares canadenses).

VII. As pessoas designadas no Plano de Operação dirigirão os trabalhos no projeto e relatarão suas atividades à Administração do Programa.

VIII. Os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, as informações que forem solicitadas.

IX. Qualquer comunicação ou documento a ser dado, feito ou enviado pelo Governo do Canadá ou pelo Governo da República Federativa do Brasil, relativamente a este Ajuste Complementar ou a qualquer de seus anexos, deverá ser feito por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebido pela parte interessada quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma, aos respectivos endereços, abaixo relacionados:

Para o Governo da República Federativa do Brasil:

Universidade Federal de Viçosa
a/c Ministério das Relações Exteriores
(Divisão de Cooperação Técnica)
Esplanada dos Ministérios
70170 Brasília, DF

Para o Governo do Canadá:

The President,
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy,
Avenida das Nações, Lote 16
70410 Brasília, DF

X. Avaliações periódicas deverão ser realizadas de acordo com um procedimento a ser acordado entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil e incorporadas a um mecanismo para avaliação contínua, a ser especificado no Plano de Operação.

XI. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementares com o objetivo de que o projeto seja complementado satisfatoriamente.

XII. 1. O presente Ajuste Complementar revoga qualquer outro acordo, verbal ou escrito, anteriormente mantido entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil. Se necessário, poderá ser corrigido na maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975.

2. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos artigos I a XII, tenho a honra de propor que esta Nota e a nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO COM O IRDEB E O PRONTEL

A Sua Excelência o Senhor James Howard Stone, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B-14, de 9 de novembro de 1978, de Vossa Excelência, cujo teor em português, é o seguinte:

"Excelência,

Com referência à nota verbal n.º DCT/DCS/11 de 12 de março de 1974, do Ministério das Relações Exteriores, e ao Acordo de Cooperação Técnica existente entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e de acordo com o artigo II do Acordo acima mencionado, o seguinte Ajuste Complementar relativo à cooperação técnica com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e o Programa Nacional de Televisão Educativa (PRONTEL) no campo da tecnologia educacional.

1. 1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa o Programa Nacional de Televisão Educativa (doravante denominado PRONTEL), como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

II. O objetivo deste projeto é assistir o IRDEB no desenvolvimento de sua capacidade técnica no campo

do rádio educativo e particularmente da radiotelevisão.

1. Os objetivos serão alcançados através da execução das seguintes atividades principais:

- a) aproveitamento de especialistas canadenses no campo da educação e da tecnologia da comunicação para trabalharem com o IRDEB na Bahia;
- b) treinamento no Canadá de pessoal brasileiro;
- c) fornecimento de itens selecionados de equipamento e de material essenciais para o projeto;

2. O projeto terá a duração de aproximadamente três anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

III. O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, ou as agências por eles designadas, concordam em complementar este Ajuste, antes ou à época da implementação do projeto, com a apresentação de um Plano de Operação pormenorizado. Uma cópia do Plano de Operações deverá ser submetida à Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e à Divisão de Cooperação Técnica (DCOPT), do Ministério das Relações Exteriores. O Plano de Operações constituirá um anexo ao presente Ajuste Complementar e deverá:

- a) fornecer descrição pormenorizada do projeto;
- b) esquematizar os métodos e os meios a serem utilizados para a implementação do projeto;
- c) designar as pessoas responsáveis pela execução do projeto, por parte do Governo do Canadá e por parte do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) estipular as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como suas contribuições financeiras;
- e) incluir um cronograma de execução e de desembolso aproximado pela duração do projeto;
- f) especificar os prazos em que se deverão realizar as avaliações conjuntas mencionadas no artigo IX, e os meios pelos quais deverão ser feitas.

IV. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover o seguinte:

- a) Pessoal:
 - aproximadamente 150 homens/mês de peritos técnicos em educação audiovisual e comunicação, incluindo as seguintes áreas de especialização: pedagogia, produção de programas, direção e administração de programas, fotografia, artes gráficas, tecnologia audiovisual.

b) Treinamento:

- treinamento de curta duração e seminários no Canadá para pessoal brasileiro do IRDEB.

c) Equipamento:

- itens selecionados de equipamento de estúdio e implementos a serem especificados no Plano de Operação.

2. Concorda-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Can\$ 991.500,00 (novecentos e noventa e um mil e quinhentos dólares canadenses).

V. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover o seguinte:

- a) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretariado e serviços de tradução, quando necessários para os peritos canadenses;
- b) transporte terrestre e aéreo, e diárias, para viagens de serviço no Brasil dos peritos canadenses, relativos ao desempenho de suas funções no âmbito do projeto;
- c) hotel ou acomodações temporárias similares para os peritos em missão de curta duração, e para os peritos em missão de longa duração e suas famílias, desde a sua chegada no Brasil e até a sua partida, se necessário;
- d) acomodações mobiliadas para os peritos em missão de longa duração e seus dependentes, ou pagamento de ajuda-moradia a ser especificada no Plano de Operação e sujeita a revisão, se necessário;
- e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no artigo IV e necessário para a execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro é estimada no valor equivalente a Can\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil dólares canadenses).

VI. As pessoas designadas no Plano de Operação dirigirão os trabalhos no projeto, e relatarão suas atividades à Administração do Programa.

VII. Os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, as informações relevantes à execução do presente Ajuste.

VIII. Qualquer comunicação ou documento a ser dado, feito ou enviado pelo Governo do Canadá ou pelo Governo da República Federativa do Brasil, relativamente a este Ajuste Complementar ou a qualquer de seus anexos, deverá ser feito por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebido pela Parte interessada quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma, aos respectivos endereços, abaixo relacionados:

Para o Governo da República Federativa do Brasil:

Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB)
a/c do Ministério das Relações Exteriores
(Divisão de Cooperação Técnica)
Esplanada dos Ministérios
70170 Brasília, DF

Para o Governo do Canadá:

The President,
Canadian International Development Agency,
c/o Canadian Embassy,
Avenida das Nações, Lote 16
70410 Brasília, DF

IX. Avaliações periódicas deverão ser realizadas de acordo com um procedimento a ser acordado entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil e incorporadas a um mecanismo para avaliação contínua a ser especificado no Plano de Operação.

X. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementares com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

XI. O presente Ajuste Complementar revoga qualquer outro acordo, verbal ou escrito, anteriormente mantido entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil. Se necessário, ele poderá ser alterado na maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975.

2. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos artigos I a XI, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

AJUSTE SOBRE COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

A Sua Excelência o Senhor

Embaixador James Howard Stone,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do
Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota B-17, de 14/11/1978, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência à nota verbal n.º DCT/DCS/11, de 12 de março de 1974, do Ministério das Relações Exteriores, e ao Acordo de Cooperação Técnica existente entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e de acordo com o artigo II do Acordo acima mencionado, o seguinte Ajuste Complementar relativo à cooperação técnica com a Universidade Estadual de Campinas no campo da tecnologia de alimentos e da engenharia agrícola.

1. 1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CIDA) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa a Universidade Estadual de Campinas (doravante denominada Universidade de Campinas) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste Complementar.

II. O objetivo deste projeto é assistir a Universidade de Campinas a elevar seus programas de ensino e pesquisa no campo da tecnologia de alimentos e da engenharia agrícola.

1. Os objetivos serão alcançados através da execução das seguintes atividades principais:

- a) aproveitamento de professores e cientistas pesquisadores em tecnologia de alimentos e engenharia agrícola como consultores em missão de curta duração na Universidade de Campinas;
- b) concessão de bolsas de estudo e de treinamento acadêmico de curta duração no Canadá, para membros brasileiros da faculdade na Universidade de Campinas;
- c) fornecimento de itens selecionados de equipamento e material didático essenciais para o projeto.

2. O projeto terá a duração de aproximadamente três anos, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

III. O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, ou as agências por ele designadas, concordam em complementar este Ajuste, antes ou à época da implementação do projeto, com a apresentação de um Plano de Operação pormenorizado. Uma cópia do Plano de Operações deverá ser submetida à Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e à Divisão de Cooperação Técnica (DCOPT) do Ministério das Relações Exteriores. O Plano de Operação constituirá um anexo ao presente Ajuste Complementar e deverá:

- a) fornecer descrição pormenorizada do projeto;
- b) esquematizar os métodos e os meios a serem utilizados para a implementação do projeto;
- c) designar as pessoas responsáveis pela execução do projeto, por parte do Governo do

Canadá e por parte do Governo da República Federativa do Brasil;

- d) estipular as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como suas contribuições financeiras;
- e) incluir um cronograma de execução e de desembolso aproximado pela duração do projeto;
- f) especificar os prazos em que se deverão realizar as avaliações conjuntas mencionadas no artigo IX, e os meios pelos quais deverão ser feitas.

IV. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover o seguinte:

a) Pessoal:

Um total de aproximadamente 35 homens/mês de consultores canadenses em missão de curta duração nas seguintes áreas:

- Embalagem de alimentos
- Tecnologia do pescado
- Bioengenharia
- Estruturas de fazendas
- Tecnologia de irrigação
- Tratamento de resíduos.

b) Treinamento:

- três bolsas de estudo a nível de doutoramento (PhD) em tecnologia de alimentos;
- uma bolsa de estudo a nível de mestrado (M Sc) em tecnologia de alimentos;
- bolsas de estudo para treinamento em curta duração, a serem determinadas.

c) Equipamentos:

Itens selecionados de equipamento e material didático essenciais para o projeto e a serem especificados no Plano de Operações.

2. Concorde-se em que o total da contribuição canadense não excederá a Can\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares canadenses).

V. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover o seguinte:

- a) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretariado e serviços de tradução quando necessários para os peritos canadenses;
- b) transporte terrestre e aéreo, e diárias, para viagens de serviço no Brasil dos peritos canadenses, relativas ao desempenho de suas funções no âmbito do projeto;
- c) hotel ou acomodações temporárias similares para os peritos em missão de curta duração, e para os peritos em missão de longa duração e suas famílias, desde a sua chegada no Brasil e até a sua partida, se necessário;
- d) acomodações mobiliadas para os peritos em missão de longa duração e seus dependentes, ou pagamento de ajuda-moradia a ser especificada no Plano de Operações e sujeita a revisão, se necessário;
- e) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no artigo IV e necessário para a execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro é estimada no valor equivalente a Can\$ 2.053.728,00 (dois milhões e cinqüenta e três mil, setecentos e vinte e oito dólares canadenses).

VI. As pessoas designadas no Plano de Operações dirigirão os trabalhos no projeto, e relatarão suas atividades à Administração do Programa.

VII. Os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, as informações que forem solicitadas.

VIII. Qualquer comunicação ou documento a ser dado, feito ou enviado pelo Governo do Canadá ou pelo Governo da República Federativa do Brasil, relativamente a este Ajuste Complementar ou a qualquer de seus anexos, deverá ser feito por escrito, certificando-se de que seja devidamente recebido pela Parte interessada quando entregue em mãos, pelo correio, por vias telegráficas, telex ou radiograma, aos respectivos endereços, abaixo relacionados:

Para o Governo da República Federativa do Brasil:

Universidade Estadual de Campinas
a/c do Ministério das Relações Exteriores
(Divisão de Cooperação Técnica)
Esplanada dos Ministérios
70170 Brasília, DF

Para o Governo do Canadá:

The President,
Canadian International Development Agency,
c/o Canadian Embassy
Avenida das Nações, Lote 16
70410 Brasília, DF

IX. Avaliações periódicas deverão ser realizadas de acordo com um procedimento a ser concordado entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil e incorporadas a um mecanismo para avaliação contínua a ser especificado no Plano de Operações.

X. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

XI. O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro acordo anterior relativamente a este projeto, verbal ou escrito, entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil. Se necessário, ele poderá ser alterado na maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975.

2. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos artigos I a XI, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

usina de itaipu terá duas turbinas de reserva

Acordo sobre o número de unidades geradoras na Usina Hidrelétrica de Itaipu, firmado em Brasília, em 30 de outubro de 1978, através de Notas trocadas entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, e do Paraguai, Alberto Nogués.

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Alberto Nogués, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai.

Senhor Ministro,

Com referência ao anexo "B" do Tratado de Itaipu, modificado por troca de notas de 22 de abril de 1975, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência ser o seguinte o entendimento do Governo brasileiro a respeito do número de unidades geradoras em Itaipu:

- a) o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu comportará um conjunto gerador composto de 18 unidades de 700 megawatts cada uma;
- b) a ITAIPU BINACIONAL poderá contar, utilizando o espaço disponível na casa de força, com até duas unidades geradoras de reserva, que terão a função de substituir qualquer das unidades mencionadas na letra "a" acima, enquanto esta tenha sua operação interrompida por motivos de ordem técnica;
- c) as unidades mencionadas na letra "b" acima não serão acrescentadas ao funcionamento simultâneo do conjunto gerador de 18 unidades mencionado na letra "a";
- d) o caudal máximo afluyente do conjunto gerador das 18 unidades, mencionado na letra "a" acima, será da ordem de 12.600 metros cúbicos por segundo;
- e) as unidades a que se refere a letra "b" acima não serão consideradas como "potência instalada" para os fins de contratação de potência, previstos no Artigo XIII, Parágrafo único, do Tratado de Itaipu, e nas Notas trocadas em 26 de abril de 1973, sobre o assunto.

2. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor e mesma data, constituem acordo entre nossos Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

a ratificação do convênio de cooperação cultural e científica brasil-chile

Ata da cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica, realizada, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de novembro de 1978, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Chile, Héctor Bravo Muñoz. (O texto do Convênio de Cooperação Cultural e Científica, assinado em Brasília, em 23 de dezembro de 1976, foi publicado por esta Revista em seu número 11, página 118.)

Os abaixo-assinados, Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, e Sua Excelência o Senhor Héctor Bravo Muñoz, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Chile, reuniram-se no

Palácio Itamaraty, em Brasília, a 14 de novembro de 1978, para proceder à troca de instrumentos de ratificação do Convênio de Cooperação Cultural e Científica, concluído entre os dois países e assinado na cidade de Brasília, aos 23 dias do mês de dezembro de 1976.

E, tendo achado conformes e em boa e devida forma os respectivos instrumentos de ratificação, efetuaram a sua troca.

Em fé do que, no lugar e data acima declarados, assinaram a presente Ata em português e em espanhol e nela apuseram seus selos.

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional

Atos Finais do Congresso da União Postal Universal, do Acordo Realativo às Cartas com valor declarado e do Acordo relativo às Encomendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974 (Mensagem n.º 261, de 3-8-78, em 3 de outubro de 1978).

Acordo de Previdência Social, celebrado em Montevideu, a 27 de janeiro de 1978, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai (Mensagem n.º 99, em 4 de outubro de 1978).

Acordo Comercial entre Brasil e China, celebrado em Pequim a 7 de janeiro de 1978 (Mensagem n.º 101, de 28-03-78, em 17 de outubro de 1978).

Emenda do Artigo 50 (a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, adotada pela XXI Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), realizada em Montreal em 1974 (Mensagem n.º 247, de 25-07-78, em 18 de outubro de 1978).

Acordo sobre a instalação e funcionamento na cidade de São Paulo, de um escritório da Minero-Peru Comercial, celebrada na linha de fronteira brasileiro-peruana a 5 de novembro de 1976, entre o Brasil e a República do Peru (Mensagem n.º 103, em 29 de novembro de 1978).

Texto de Recomendação n.º 120, sobre Higiene no Comércio e nos Escritórios, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho em 8 de julho de 1964 em sua 48.ª Sessão, realizada em Genebra (Mensagem n.º 205, em 29 de novembro de 1978).

Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau (Mensagem n.º 263, em 29 de novembro de 1978).

Emendas à Convenção da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), no seu X período de sessões ordinárias, em Londres, aprovada em 17 de novembro de 1977 (Mensagem n.º 248, de 27-07-78, em 30 de novembro de 1978).

atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional

Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, celebrado em Brasília, a 18 de maio de 1978 (Mensagem n.º 268, de 29 de novembro de 1978).

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, assinada em Roma, a 3 de outubro de 1978 (Mensagem n.º 486, de 4 de dezembro de 1978).

Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, firmada na cidade de Luxemburgo, a 8 de novembro de 1978 (Mensagem n.º 487, de 4 de dezembro de 1978).

comunicado de imprensa relata os entendimentos de giscard d'estaing no brasil

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 5 de outubro de 1978:

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil Ernesto Geisel e Senhora Lucy Geisel, o Presidente da República Francesa Valéry Giscard d'Estaing, e Senhora Anne-Aymone Giscard D'Estaing visitam oficialmente o Brasil de quatro a sete de outubro de 1978. Durante a sua estada, o Presidente Giscard d'Estaing esteve na capital federal, bem como irá a São Paulo, Rio de Janeiro e Manaus.
2. O Presidente Valéry Giscard d'Estaing manteve aprofundadas e amistosas conversações com o Presidente Ernesto Geisel sobre o progressivo desenvolvimento das relações e da cooperação entre os dois países, bem como sobre as principais questões da atualidade internacional.
3. Participaram, igualmente, dessas conversações, Sua Excelência o Senhor Louis de Guiringaud, Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, e Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil.
4. Durante a visita, foi assinada pelo Presidente da República Federativa do Brasil e pelo Presidente da República Francesa Declaração Conjunta que enuncia os princípios da cooperação franco-brasileira, e menciona as questões internacionais de interesse especial para os dois países.
5. O Presidente Giscard d'Estaing visitou o Congresso Nacional, reunido em sessão solene conjunta, e o Supremo Tribunal Federal, reunido em Sessão Plenária.
6. O Presidente Giscard d'Estaing será recebido pelos Governadores dos seguintes Estados: São Paulo, Senhor Paulo Egydio Martins, Rio de Janeiro, Senhor

Floriano Faria Lima; e Amazonas, Senhor Enoch da Silva Reis.

7. O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França mantiveram uma profícua reunião de trabalho. Os dois Ministros convieram da necessidade de continuar a desenvolver os contatos ministeriais no quadro da Grande Comissão. Foi a propósito, assinalado o êxito da recente reunião da Comissão Econômica Franco-Brasileira de Indústria e Comércio. Acordou-se, outrossim, que a próxima reunião da Grande Comissão se realize em Paris em data a ser fixada oportunamente por via diplomática.

8. O Guarda dos Selos, Ministro da Justiça da França, Senhor Alain Peyrefitte, entrevistou-se com o Ministro de Estado dos Negócios da Justiça, Doutor Armando Ribeiro Falcão, e com o Ministro de Estado do Interior, Doutor Maurício Rangel Reis. O Ministro da Saúde e da Família, Senhora Simone Veil, manteve conversações com os Ministros de Estado da Saúde, Doutor Paulo de Almeida Machado, e da Previdência e Assistência Social, Doutor Luis Gonzaga do Nascimento e Silva. O Ministro do Comércio Exterior, Senhor Jean-François Deniau encontrou-se com o Ministro de Estado das Minas e Energia, Doutor Shigeaki Ueki, bem como com o Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Doutor Ângelo Calmon de Sá. Nesta reunião, acompanhava o Ministro J. F. Deniau o Secretário de Estado junto ao Ministro da Indústria, Senhor Jean-Pierre Prouteau.

Os dois ministros da Justiça, ao fim de suas conversações, se puseram de acordo sobre as grandes linhas de diversas convenções de cooperação judiciária em matéria civil, comercial, social, administrativa e penal, bem como sobre uma convenção de extradição, cobrindo especialmente as infrações relativas a entorpecentes.

Decidiram assinar essas convenções antes do fim deste ano. Além disto, acertaram um acordo relativo à gratuidade de cartas rogatórias em matéria penal.

9. Dando seqüência à cooperação entre o Brasil e a França, os dois Ministros das Relações Exteriores assinaram os seguintes documentos:

- um Acordo de cooperação tecnológica industrial;
- um Acordo — quadro de cooperação inter-universitária;
- uma troca de Notas reativa à gratuidade das cartas rogatórias.

Outrossim o Ministro das Minas e Energia do Brasil e o Ministro do Comércio Exterior da França realizaram uma troca de carta relativa às fontes novas de energia.

a reunião dos chanceleres brasileiro e uruguaio em montevidéu

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 7 de dezembro de 1978, a propósito do encontro, em Montevidéu, dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Antonio F. Azeredo da Silveira, e do Uruguai, Adolfo Folle Martínez.

O Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, e o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Embaixador Adolfo Folle Martínez, se reuniram em Montevidéu no dia 7 de dezembro de 1978.

2. Na oportunidade, os Chanceleres efetuaram, no Palácio Santos, duas trocas de Notas, estabelecendo mecanismos operativos no âmbito do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim que visam à implementação, no mais curto prazo, do programa bilateral para o desenvolvimento da região.

3. Em atenção a sugestão do Governo uruguaio, foi constituído um grupo binacional para estudar o financiamento do Projeto Jaguarão na parte correspondente ao Uruguai e indicados os seus integrantes por cada um dos países. O grupo deverá apresentar as conclusões de seus trabalhos aos dois Governos, o que permitirá avançar em uma matéria fundamental para o início efetivo das obras do projeto Jaguarão.

4. Também através de Notas, foram indicadas as entidades executivas de ambos os países que, de conformidade com o esquema previsto no Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e atos complementares, deverão realizar as obras comuns do Projeto Jaguarão, integrando, através de representantes, a Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão.

5. De conformidade com solicitação do Governo uruguaio, foi, igualmente, acordada a prestação, por parte dos órgãos brasileiros competentes, em especial a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, de cooperação técnica para a análise das possibilidades de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, no que se refere tanto ao aproveitamento das projetadas obras hidrelétricas e de irrigação, quanto a outros setores, particularmente a exploração dos recursos minerais.

6. Os Chanceleres assinalaram o especial significado dessas medidas, no contexto do esforço conjunto de desenvolvimento da área da Bacia da Lagoa Mirim, em que estão empenhados ambos os países.

7. Os Ministros examinaram detidamente o estado presente das relações brasileiro-uruguaias e mantiveram úteis conversações sobre temas de relevante interesse para os dois países.

8. Expressaram, finalmente, sua particular satisfação pela implementação do Protocolo de Expansão Comercial, firmado em Rivera, em 12 de junho de 1975, que tem apresentado resultados altamente positivos e encorajadores para o intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio.

No dia 1.º de dezembro de 1978, o Itamaraty divulgou o seguinte Comunicado à imprensa:

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e do Uruguai se reunirão em Montevidéu no próximo dia 7.

Serão firmadas na ocasião notas relativas ao Projeto Jaguarão, no contexto do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim. Por outro lado, os Chanceleres aproveitarão a oportunidade para fazer um exame de aspectos importantes das relações entre os dois países.

a v reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 31 de outubro de 1978, a propósito da V Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica:

A Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica realizou sua V Reunião em Brasília, nos dias 30 e 31 de outubro de 1978. A delegação brasileira foi presidida pelo Embaixador João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, Chefe do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores. Presidiu a delegação alemã o Cônsul Pavel, membro do Conselho Diretor da Confederação da Indústria Alemã. Ao abrir os trabalhos, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira, elogiou as atividades da comissão, salientando seu caráter modelar para a cooperação do Brasil com outros países industrializados do Ocidente. Os integrantes brasileiros e alemães da comissão procederam a uma troca de informações sobre o desenvolvimento econômico de ambos os países. Foi debatido amplamente o fomento às exportações brasileiras para a República Federal Alemã. Foi criado um grupo de trabalho destinado a examinar, baseado numa relação de produtos apresentada pela parte alemã, os setores agrícolas e industriais possibilitando a expansão das exportações brasileiras.

A próxima reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica será realizada em Bonn, no decorrer do segundo semestre de 1979.

a VIII reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 27 de outubro de 1978, ao final da VIII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

Nos dias 26 e 27 de outubro de 1978, reuniram-se no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as seções brasileira e alemã da VIII Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

2. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores Embaixador Dário Moreira de Castro Alves, e a Delegação Alemã foi liderada pelo Secretário-Geral do Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia Senhor Hans Hilger Haunschild.

3. Na sessão de abertura, os Chefes das Delegações expressaram sua satisfação pelos progressos obtidos no cumprimento dos objetivos do Acordo Geral sobre Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em Bonn em 09 de junho de 1969.

4. Na mesma oportunidade, passaram em revista o estágio de implementação dos dez diferentes Convênios setoriais assinados, desde então, estabelecendo a cooperação entre entidades brasileiras e alemãs.

5. Na área científico-tecnológica, em geral, verificou-se que projetos em várias áreas do conhecimento continuam em andamento; esses projetos dizem respeito a trabalhos de investigação básica e aplicada em Universidades e Institutos de Pesquisas. Durante a reunião alguns projetos novos foram propostos, com vistas à realização de pesquisa conjunta no campo da ecologia, da energia solar, da agricultura, da meteorologia no Nordeste, de aplicações de processamento de dados e de biotecnologia. Na área nuclear, a avaliação do estágio de cooperação permitiu observar o progresso geral que se observa na execução da mesma, especialmente no que se refere ao aperfeiçoamento da formação e treinamento de especialistas.

6. Foram também tratados problemas de formação de pessoal na área de oceanografia e biologia marinha.

7. Na área de pesquisa espacial, registrou-se a continuação de uma colaboração muito intensa nos campos de interesse mútuo, inclusive em energia eólica, e dois novos projetos de pesquisa conjunta foram propostos para o ano próximo: tecnologia de satélites e sensoriamento remoto.

8. Finalmente, atenção especial está sendo dada ao intercâmbio de pesquisadores brasileiros e alemães; no total, cerca de trezentos cientistas de ambos os lados foram intercambiados entre outubro de 1977 e outubro de 1978. Esse intercâmbio está sendo realizado com duas finalidades principais. Por um lado, dentro dos projetos existentes, cientistas alemães e

brasileiros trabalham em conjunto em atividades de pesquisa. Por outro lado, está sendo realizado um grande esforço para a vinda de professores alemães ao Brasil, contratados por universidades brasileiras, especialmente as do Nordeste, no sentido de reforçar os grupos de pesquisa e o ensino de pós-graduação.

9. Foi, também, prevista a doação, por parte da Alemanha, de pequenos equipamentos e de material de pesquisa, com vistas a proporcionar a infra-estrutura inicial necessária ao trabalho desses professores.

brasil deseja harmonia continental na américa latina

Notas verbais entregues pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Dário Moreira de Castro Alves, ao Embaixador da Argentina e ao Encarregado de Negócios da Embaixada do Chile, em 14 de dezembro de 1978:

NOTA ENTREGUE AO EMBAIXADOR ARGENTINO

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada da República Argentina e tem a honra de referir-se aos comunicados emitidos, ontem, em Buenos Aires e em Santiago, a respeito do diferendo na região austral do Continente.

2. Tendo em vista os termos dos comunicados acima mencionados, o Governo brasileiro vê com preocupação a gravidade da situação por que passam as relações entre os dois países irmãos e vizinhos.

3. Fiel ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados, o Brasil não pretende, de forma alguma, entrar no mérito da questão. Crê que lhe cabe, no entanto, em nome da harmonia continental e da fraternidade que une os povos e Governos latino-americanos, manifestar seus invariáveis sentimentos de concórdia, para que, dentro do espírito e da letra da Carta da Organização dos Estados Americanos, continue a prevalecer entre as Nações deste Continente, que compartilham as mesmas aspirações, o propósito "de conviver em paz e de promover, mediante sua mútua compreensão e seu respeito pela soberania de cada um, o melhoramento de todos na independência, na igualdade e no direito".

4. Faz, em conseqüência, o Governo brasileiro, um veemente apelo aos Governos da Argentina e do Chile, no sentido de que prossigam em seus entendimentos, guiados pelo firme desejo de chegar a soluções harmoniosas e de manter a paz da grande família das Nações americanas.

NOTA ENTREGUE AO ENCARREGADO DE NEGÓCIOS CHILENO

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada do Chile e tem a honra de referir-se aos comunicados emitidos, ontem, em Santiago e em Bue-

nos Aires, a respeito do diferendo na região austral do Continente.

2. Tendo em vista os termos dos comunicados acima mencionados, o Governo brasileiro vê com preocupação a gravidade da situação por que passam as relações entre os dois países irmãos e vizinhos.

3. Fiel ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos e externos de outros Estados, o Brasil não pretende, de forma alguma, entrar no mérito da questão. Crê que lhe cabe, no entanto, em nome da harmonia continental e da fraternidade que une os povos e Governos latino-americanos, manifestar seus invariáveis sentimentos de concórdia, para que, dentro do espírito e da letra da Carta da Organização dos Estados Americanos, continue a prevalecer entre as Nações deste Continente, que compartilham as mesmas aspirações, o propósito "de conviver em paz e de promover, mediante sua mútua compreensão e seu respeito pela soberania de cada um, o melhoramento de todos na independência, na igualdade e no direito".

4. Faz, em conseqüência, o Governo brasileiro, um veemente apelo aos Governos do Chile e da Argentina, no sentido de que prossigam em seus entendimentos, guiados pelo firme desejo de chegar a soluções harmoniosas e de manter a paz da grande família das Nações americanas.

Itaipu é tema de reunião entre Brasil e Paraguai

No dia 26 de outubro de 1978, as Delegações brasileira e paraguaia divulgaram, em Brasília, a seguinte Nota à imprensa, a propósito da reunião sobre a Itaipu Binacional:

Estiveram reunidos no Palácio Itamaraty, no dia 26 de outubro de 1978, representantes dos Governos brasileiro e paraguaio a fim de trocarem idéias sobre temas de interesse da Itaipu.

As conversações se processaram em uma atmosfera da maior cordialidade e entendimento.

As duas Delegações submeterão a seus respectivos Governos os elementos de juízo que examinaram.

Helmut Schmidt vem ao Brasil em 1979

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 1.º de dezembro de 1978:

A convite do Governo brasileiro, o Senhor Helmut Schmidt, Chanceler Federal da República Federal da Alemanha, visitará o Brasil, em abril de 1979.

governo brasileiro ratifica o tratado de cooperação amazônica

Nota do Itamaraty à imprensa, em 18 de dezembro de 1978, a propósito da realização dos procedimentos por parte do Governo brasileiro para ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica:

O Governo brasileiro procedeu, ontem, ao depósito, junto aos Arquivos do Itamaraty, do Instrumento de Ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978 e aprovado pelo Congresso Nacional mediante o Decreto-Legislativo n.º 69.

2. Completaram-se, por esse ato, no referente ao Brasil, todos os procedimentos requeridos para a formal ratificação do Tratado de Cooperação Amazônica, o qual entrará em vigor no momento do depósito do último instrumento de ratificação das Partes Contratantes, nos termos do artigo XXVIII do Tratado.

3. A decisão de ratificar prontamente o instrumento reafirma a disposição brasileira de contribuir, em benefício de todos os países da Região, para a entrada em vigor do Tratado, dentro do mais breve prazo possível.

cônsules peruanos no Brasil têm isenção aduaneira para importações

Notas verbais trocadas, em Brasília, em 20 de outubro de 1978, entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada do Peru, para Ajuste reconhecendo aos Cônsules de carreira no Brasil, com base no princípio de reciprocidade de tratamento, a faculdade de efetuarem importações com isenção aduaneira.

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada do Peru e tem a honra de acusar recebimento da nota-verbal n.º 5-2-M/80, de 29 de setembro do ano em curso, pela qual foi comunicado que a Chancelaria peruana estimaria fossem concedidos aos funcionários consulares de carreira em exercício nos Consulados do Peru no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Manaus, os mesmos privilégios aduaneiros reconhecidos a diplomatas peruanos lotados nessa Missão Diplomática, salientando que seria dispensado idêntico tratamento aos funcionários consulares servindo em Repartições consulares brasileiras no Peru.

2. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores informa à Embaixada do Peru estar de acordo com a referida sugestão, reconhecendo aos Cônsules peruanos de carreira no Brasil, com base na aplicação do princípio de reciprocidade de tratamento, a faculdade de efetuarem importações com isenção aduaneira durante todo o período de exercício de suas funções, observadas as quotas anuais fixadas no nível das adotadas para funcionários brasileiros da mesma categoria no Peru.

governo brasileiro concede permissões complementares no tráfego com a argentina

Nota do Itamaraty à imprensa, divulgada em Brasília, em 14 de novembro de 1978:

Sua Excelência o Senhor Presidente da República aprovou a sugestão do Itamaraty e do Ministério dos Transportes no sentido de autorizar o DNER a conceder as permissões complementares no tráfego Brasil-Argentina. A tramitação dos pedidos argentinos de renova-

ção de frota será feita pelo DNER, com a condicionante de que o mesmo ocorra com os pedidos das companhias brasileiras naquele país. O DNER concederá permissões complementares de 5 anos de duração. O nível de transporte autorizado deverá alcançar a quantidade acordada de 13 mil toneladas para cada país. À luz do desenvolvimento do transporte para o Chile, via Argentina, o Governo brasileiro concordará, em época oportuna, em voltar a discutir com a Argentina o problema dos freteiros e em celebrar a X Reunião da Subcomissão de Transportes Terrestres da CEBAC.

excertos e ênfases excertos e

embaixador chileno deixa suas funções em Brasília

Dos discursos do Chanceler Azeredo da Silveira e do Embaixador do Chile, Héctor Bravo Muñoz (tradução não-oficial), no Palácio Itamaraty de Brasília, em 14 de novembro de 1978, durante a solenidade de despedida do representante do Governo chileno, que deixou suas funções na Capital brasileira.

DISCURSO DO CHANCELER

“Ao aproximar-se a data de encerramento da missão que Vossa Excelência desempenhou com reconhecidos méritos à frente da Embaixada do Chile, desejo significar-lhe o apreço do Governo brasileiro pela sua valiosa contribuição ao desenvolvimento das relações entre os nossos países.

Durante sua estada no Brasil por mais de dois anos Vossa Excelência não somente demonstrou, sempre, perfeitas qualidades funcionais e pessoais para o exercício do alto cargo que lhe foi confiado pelo Governo chileno, como também soube honrar as melhores tradições da diplomacia do Chile. Sempre que me reuni com Vossa Excelência encontrei-o disposto a conferir ao nosso diálogo a atmosfera de cordialidade e franqueza indispensável para lograr resultados significativos. É bem verdade que, se brasileiros e chilenos não constituem, na realidade, povos estranhos um ao outro, irmanados que somos pela herança comum do patrimônio ibérico e por afinidades históricas e geográficas, ainda menos era o Brasil desconhecido de Vossa Excelência, quando de sua chegada aqui em mil novecentos e setenta e seis. Com efeito, coube a Vossa Excelência, no passado, servir como Adido Militar, junto à Embaixada de seu país, na época em que ainda estava sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Como Embaixador no Brasil, Vossa Excelência dedicou-se, com intensidade e afinco, em prol de uma maior dinamização das relações brasileiro-chilenas e da identificação e abertura de novas vias de cooperação.

Sem dúvida, no quadro do relacionamento entre nossos países, vem assumindo particular relevo os campos do comércio e da economia, da cooperação técnica e das relações culturais. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Chile supera, presentemente, a cifra de qua-

trocentos milhões de dólares anuais, índice tanto expressivo quanto auspicioso. A fim de satisfazer à demanda interna, o Brasil é destinatário, nesse contexto, de quantidades substanciais de cobre chileno. Ambos os países têm encontrado no outro valiosas oportunidades de diversificarem suas pautas de exportação, mercê das possibilidades de colocação de produtos não tradicionais, propiciando o surgimento de alentadoras expectativas de desenvolvimento das operações bilaterais. Essa ampliação do campo das trocas comerciais muito deve, por certo, ao suporte fornecido pelas áreas financeiras e empresariais, bem como à infra-estrutura constituída pelos sistemas de transporte e comunicações. No setor dos transportes, é claro o desejo de ambos Governos possibilitarem o aperfeiçoamento das vinculações entre os dois países, seja por via marítima, terrestre e aérea, seja também no campo das comunicações. Estamos cômicos de que nossos povos, graças aos avanços da técnica e às crescentes aspirações de conhecimento recíproco, seguem um inexorável processo de superação dos obstáculos físicos que, no passado, desestimularam seus contatos.

O Governo brasileiro tem consagrado especial atenção para que o potencial de desenvolvimento das relações com o Chile se transforme em realizações concretas. A esse propósito desejo ressaltar a preparação e o envio de missões comerciais e a manutenção de uma presença expressiva do Brasil na Feira Internacional de Santiago, participação essa que data de há vários anos.

De modo significativo, realizou no Itamaraty, em novembro do ano passado, a Quarta Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, dando seqüência a um processo iniciado em meados da década dos sessenta. No encontro de Brasília, procedeu-se a um cuidadoso exame de diferentes aspectos das relações entre os nossos países, sobretudo nos campos de maior realce, havendo sido estabelecidas algumas diretrizes para ação futura em benefício desse relacionamento.

Naquela oportunidade, puderam ambos os Governos verificar que, além do plano comercial e econômico, progressos apreciáveis se notam no terreno da cooperação técnica, científica e cultural, mediante a ampliação e a incorporação de novos setores de atuação à esfera das relações bilaterais. O Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, celebrado entre o Brasil e o Chile em mil novecentos e setenta e quatro, tem recebido efetiva implementação através da

assinatura de convênios e ajustes sobre matérias específicas, tal como o Ajuste Complementar no Campo das Telecomunicações e Serviços Postais, que Vossa Excelência, em nome de seu Governo, comigo firmou em dezembro de 1976. Nessa mesma data, igualmente subscrevemos o Convênio de Cooperação Cultural e Científica, cuja troca de instrumentos de ratificação procedemos há poucos instantes.

A par dos consideráveis progressos atingidos nas relações bilaterais durante a gestão de Vossa Excelência à frente da Embaixada em Brasília, igualmente importantes foram as visitas empreendidas por autoridades brasileiras e chilenas aos nossos respectivos países. Teve, ainda, o Governo brasileiro a particular satisfação de ver inaugurada, em maio de 1977, a sede da Missão Diplomática do Chile nesta capital, ocasião em que estiveram no Brasil o atual Vice-Ministro das Relações Exteriores, General Enrique Valdés Puga, e o Ministro Interino das Obras Públicas do Chile.

Senhor Embaixador,

Após envidar esforços em favor do fortalecimento das laços de amizade e cooperação brasileiro-chilenos, Vossa Excelência, assim como a Senhora, cuja simpatia e gentileza a todos cativou, deixa no Brasil um círculo de amigos, antigos e recentes, que lhes dedicam a estima e a admiração.

Senhor Embaixador,

O Senhor Presidente da República, desejando patentear o apreço do Governo brasileiro pelos assinalados serviços prestados por Vossa Excelência em benefício do fortalecimento das relações entre os nossos países, houve por bem conferir-lhe a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, cujas insígnias me encarregou de impor-lhe. Ao fazê-lo, Senhor Embaixador, é-me grato formular os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Brava."

DISCURSO DO EMBAIXADOR

"É para mim uma grande honra receber neste momento a valiosa e significativa condecoração da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, com a qual quis distinguir-me o Governo da República Federativa do Brasil.

Na realidade, uma generosidade muito grande porque, no desempenho de minhas funções, tenho somente seguido as diretrizes do meu Governo e cultivado com entusiasmo a admiração e o carinho que sinto por esta terra brasileira.

Cheguei a Brasília há dois anos e três meses, num momento conjuntural para meu país e, justamente por isto, com muita fé e grande esperança nas possibilidades de interesse mútuo que poderiam dar o incremento das tradicionais e muito boas relações entre o Chile e o Brasil.

Por outro lado, eu me afirmava nesta convicção pelo fato de haver antes desenvolvido neste país um trabalho diplomático-institucional, circunstância que me permitiu ganhar muitos amigos, que reencontrei para continuar mais diretamente a amizade já iniciada.

O conjunto destas condições e a receptividade encontrada em todas as esferas da atividade brasileira, facilitaram-me a tarefa. Assim, no decorrer destes 27 meses como Embaixador, ocorreram fatos registrados que considero de especial importância:

- O comércio entre o Chile e o Brasil alcançou cifras realmente espetaculares, nunca antes conhecidas entre os dois países.
- Foram levadas a efeito proveitosas negociações financeiras.
- As coincidências políticas, principalmente nos organismos regionais e internacionais, como também a nível bilateral, apresentaram um quadro muito positivo.
- Desenvolvemos interessantes programas no campo da assistência técnica e científica.
- O relacionamento castrense se distinguiu pelo grau de amizade que hoje o caracteriza.
- O nível do intercâmbio cultural tem sido intenso e o será muito mais, dentro em breve, quando entrar em vigor o Convênio de Cooperação Cultural e Científica entre ambos os países, cujos instrumentos de ratificação há poucos momentos trocamos com o senhor Chanceler.
- O incremento do turismo e a fluidez de visitas oficiais entre um e outro país também apresentam condições muito favoráveis.

Com honestidade eu diria que todos estes acontecimentos têm contribuído grandemente para unidade e integração econômica, cultural, tecnológica e de desenvolvimento entre o Chile e o Brasil, consolidando em ótimas condições as melhores perspectivas de nossas relações.

Ao findar minha missão, não poderia deixar de reconhecer e agradecer, como já havia manifestado noutras ocasiões, a valiosa colaboração sempre recebida da parte do Excelentíssimo Senhor Ministro Azeredo da Silveira, que tem unido a seus excepcionais dotes de magnífico expoente da diplomacia brasileira uma atitude de especial deferência e amizade, que aprecio não somente enquanto representa uma atitude para com o meu Governo, senão também para com a pessoa deste Embaixador.

Esta posição tem sido igualmente acolhedora e receptiva, para mim e para toda a Embaixada do Chile, por parte dos colaboradores que o Senhor Ministro tem no Itamaraty, onde formou uma escola de eficiência e qualidade humana.

Congratulo-me por ter tido o privilégio de trabalhar e compartilhar momentos sociais de satisfação com tantos elementos seletos, que acompanham, de maneira singular, as negociações e alternativas diversas, de interesse mútuo para ambos os países, permitindo-me, no que diz respeito ao Chile, expressar meu profundo reconhecimento.

Agradeço as eloqüentes e calorosas palavras do Senhor Ministro para referir-se à minha pessoa e ao trabalho que me foi dado desenvolver. É o Senhor Chanceler, um homem bem inspirado, e estou seguro que ambos compartilhamos ideais comuns de serviço pú-

blico, que têm se traduzido nesta intensificação dos laços de amizade e convivência frutífera entre o Chile e o Brasil.

Agradeço emocionado esta alta distinção que me é conferida esta tarde e, ao expressar este sentimento, quero entender, assim mesmo, que se trata de um degrau a mais nesta espiral do excelente plano por onde atravessam as relações chileno-brasileiras.

Faça votos muito sinceros pelo avanço dinâmico do Brasil, pelo êxito do Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, pela ventura pessoal do Senhor Chanceler e sua distinta esposa, pelo fortalecimento das relações chileno-brasileiras e pela felicidade dos povos de ambos os países."

ao deixar Brasília, embaixador da Bélgica recebe a cruzado do sul

Do discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 13 de outubro de 1978, durante a solenidade de despedida do Embaixador da Bélgica, Jacques Houard.

"Após uma permanência de quatro anos entre nós, Vossa Excelência se despede do cargo de Embaixador do Reino da Bélgica no Brasil. No exercício das funções que lhe foram cometidas, Vossa Excelência prestou importante colaboração à tarefa de aproximação entre nossos dois países.

Em quase século e meio de história, as relações belgo-brasileiras contêm páginas merecedoras de especial registro. Ainda na metade do século passado, engenheiros belgas deram invulgar cooperação para que pudesse ser concretizada a ferrovia que, partindo do Rio de Janeiro, alcançaria Minas Gerais. Essa obra de engenharia é, até hoje, digna da maior admiração, não só por sua grande envergadura, mas também pelas soluções dadas às múltiplas dificuldades técnicas decorrentes da acidentada topografia da região. O país de Vossa Excelência, Senhor Embaixador, está, por outro lado, ligado a outro capítulo fundamental do esforço brasileiro de desenvolvimento, o da implantação pioneira de uma indústria siderúrgica.

O Brasil e a Bélgica são unidos por laços de admiração e interesses recíprocos. Recordamos, ainda, com particular afeto, a visita oficial que, em 1920, nos fizeram o Rei Alberto e a Rainha Elisabeth. Em 1956, tivemos a grata oportunidade de renovar os sentimentos de amizade que dedicamos à Bélgica, ao acolhermos em nosso país, Suas Majestades o Rei e a Rainha dos belgas, Baudoin e Fabíola.

No contexto da mútua simpatia que aproxima nossos dois povos e de nossas realizações comuns, não pos-

so deixar sem menção especial, nesta oportunidade, os trabalhos dos numerosos religiosos belgas que, durante as últimas décadas, têm vindo para o Brasil em missão pastoral e beneficente e, mais notavelmente, como educadores.

O Brasil e a Bélgica estão ligados também por importante intercâmbio comercial e econômico.

O valor das trocas de mercadorias entre as duas partes alcança, tomados os preços de origem, o significativo montante de 250 milhões de dólares, devendo ainda ser destacado que uma parte considerável de nossos produtos enviados à Europa Central transita pela Bélgica, aproveitando as excepcionais condições com que estão aparelhados os portos do país de Vossa Excelência.

Não é de menor transcendência o fluxo de capitais e tecnologia belgas que se dirige, tradicionalmente, para o Brasil. Em termos **per capita**, diria mesmo que poucos países são os países que possuem um índice de aplicações diretas no Brasil, acima da Bélgica.

Durante a gestão de Vossa Excelência desenvolveram-se as relações econômico-comerciais, com a formação, inclusive, de **joint-ventures**. Abriam-se novas perspectivas no intercâmbio com maior diversificação e ênfase nos fluxos relativos a segmentos industriais e tecnológicos.

Vossa Excelência soube conciliar o seu trabalho profissional, em prol de nossos dois países, com a vontade de melhor conhecer o país que o hospedava. Vossa Excelência tornou-se um conhecedor emérito do Brasil, desde os centros de maior desenvolvimento até as regiões distantes e pouco visitadas.

Graças à sua disposição e interesse, Vossa Excelência buscou o fascínio e o aleatório de que se acha impregnada a atividade do garimpeiro dos nossos rios. A seu espírito desbravador, à sua vocação de arqueólogo, são creditadas a Vossa Excelência interessantes contribuições para o melhor conhecimento histórico do ciclo da mineração em Goiás.

Senhor Embaixador,

Em sinal do reconhecimento pelos relevantes serviços prestados às relações entre o Brasil e a Bélgica, incumbiu-me Sua Excelência o Senhor Presidente da República de impor a Vossa Excelência as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Ao ter a honra de assim proceder, é-me grato formular a Vossa Excelência, e, por seu intermédio, à Senhora Houard, que com sua graça e inteligência soube conquistar a admiração da sociedade brasileira, os melhores e mais sinceros votos de felicidade pessoal e de êxito no exercício de suas novas funções."

giscard d'estaing agradece hospitalidade brasileira

**Mensagem do Presidente da República
Francesa, Valéry Giscard d'Estaing ao
Presidente Ernesto Geisel, em 7 de outubro
de 1978:**

Senhor Presidente da República Federativa do Brasil:

No momento em que volto à França, aprez-me transmitir-lhe as recordações que guardo, com todos os que me acompanharam, da calorosa hospitalidade com que nos acolheram o Governo e o povo brasileiros, durante nossa estada, de Brasília a São Paulo, do Rio de Janeiro a Manaus. Agradeço-lhe as atenções que Vossa Excelência e a Senhora Geisel tiveram pessoalmente para com a Senhora Giscard d'Estaing e eu próprio. A visita me proporcionou a ocasião de medir o notável progresso alcançado pela Nação brasileira na via de seu desenvolvimento e o impulso que a anima na busca de suas justas ambições. Foi-me igualmente permitido constatar a importância que Brasil e França atribuem a manter viva a tradição secular de sua amizade ao mesmo tempo que a vontade comum que os incentiva a desenvolver sua cooperação. A esse respeito, a Declaração Conjunta que assinamos em Brasília reflete o espírito e os resultados das nossas conversações e das de nossos Ministros. Levo assim de minha visita a seu país a convicção de que as relações franco-brasileiras adquirem a continuidade, as dimensões e o ritmo que respondem aos sentimentos de nossos dois povos, e a excelente identidade diante dos problemas que se colocam ao mundo de nossa época.

Valéry Giscard d'Estaing
Presidente da República Francesa

a posse do novo ministro das relações exteriores e culto da argentina

**Mensagem do Chanceler Azeredo da Silveira
ao novo Ministro das Relações Exteriores e
Culto da Argentina, Brigadeiro Carlos
Washington Pastor, em 6 de novembro de 1978:**

Por ocasião da posse de Vossa Excelência como Ministro das Relações Exteriores e Culto, queira aceitar mi-

nhas sinceras felicitações, bem como os votos que formulo por sua felicidade pessoal e pelo maior estreitamento das relações entre Argentina e Brasil. Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos de minha mais elevada consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

o terceiro aniversário da independência de angola

**Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao
Presidente da República Popular de Angola,
Agostinho Neto, enviada em 14 de novembro
de 1978; e a resposta do Presidente angolano
em 22 de novembro de 1978:**

PRESIDENTE BRASILEIRO

Por ocasião do transcurso do terceiro aniversário da independência da República Popular de Angola, rogo a Vossa Excelência aceitar os cordiais e fraternos votos que, em nome do povo e do Governo brasileiros e em meu próprio nome, formulo pela prosperidade e paz da família angolana. Ao reiterar minha convicção de que o desenvolvimento das relações entre nossos dois países representa significativa contribuição em benefício mútuo de nossos povos e no interesse da paz mundial, expresso meus melhores votos pela saúde e felicidade de Vossa Excelência.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

PRESIDENTE ANGOLANO

Em nome do povo angolano, do Governo da República Popular de Angola e no meu pessoal, endereço ao povo irmão do Brasil e a seu Governo os mais sinceros agradecimentos pelas felicitações enviadas na celebração do terceiro aniversário de nossa Independência. Pela paz, pelo progresso, a luta continua. Alta e fraternal consideração.

Dr. Agostinho Neto,
Presidente do MPLA
Presidente da República Popular de Angola

associações cumprimentam silveira pela regularização do transporte entre brasil e argentina

Mensagem do presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, Oswaldo Dias de Castro, e do presidente da Associação Brasileira de Transportes Internacionais, Bernardo Carlos Weinert, ao Ministro de Estados das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira, em 20 de novembro de 1978:

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA

A Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, em seu nome e no de todos os sindicatos e associações de classe, vem à presença de Vossa Excelência para agradecer a atuação desse Ministério junto à Presidência da República, que culminou com a autorização dada ao DNER para que aumentasse o "cupo" das empresas argentinas, reabrindo as tratativas que por certo possibilitará a regularização do transporte rodoviário de carga internacional.

Oswaldo Dias de Castro
Presidente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTADORES INTERNACIONAIS

Em nome dos empresários do transporte rodoviário internacional, enviamos a V. Sa. nossos agradecimentos pela providência adotada para o restabelecimento administrativo na área de transporte do Brasil e que provocou a imediata reação das autoridades argentinas, no sentido de renovar as permissões complementares das empresas brasileiras, e já no dia 15 de novembro estavam renovadas as mesmas para as empresas Rogero, Rebesquini, Transpluma e D. Micarone.

Os trânsitos do Chile de veículos brasileiros estão sendo autorizados regularmente. Observamos que as medidas tomadas pelas autoridades brasileiras foram altamente benéficas para as futuras negociações de assuntos de transporte com a Argentina.

Renovamos nossos aplausos.

Bernardo Carlos Weinert
Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais

presidente geisel envia felicitações ao novo papa

Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao Papa João Paulo II, em 16 de outubro de 1978 e a resposta do Sumo Pontífice

ao Chefe de Estado brasileiro, em 24 de outubro de 1978; e a mensagem do Chanceler Azeredo da Silveira ao Secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Jean Villot, em 16 de outubro de 1978, a propósito da eleição do Papa João Paulo II:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No momento em que Vossa Santidade é elevado ao Trono de São Pedro, rogo aceitar, em nome da Nação brasileira e no meu próprio, as minhas vivas felicitações, bem como os votos que formulo pela felicidade de Vossa Santidade e pela grandeza de seu Pontificado.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

RESPOSTA DO PAPA

Excelentíssimo Senhor General
Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília

Queremos agradecer as deferentes palavras de felicitações e votos que em nome pessoal e da Nação brasileira Vossa Excelência quis dirigir-nos, pela nossa eleição para o Sumo Pontificado, auspiciando também da nossa parte para todo o dileto Brasil prosperidade e bênçãos de Deus.

Joanes Paulus PP 2

MENSAGEM DO CHANCELER BRASILEIRO

A notícia da eleição do Sumo Pontífice foi por mim recebida com respeito e júbilo. Rogo a Vossa Eminência Reverentíssima transmitir a Sua Santidade o Papa João Paulo II os meus mais ardentes votos por Sua felicidade pessoal e pela glória do Seu Pontificado.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

geisel agradece à venezuela doação de estátuas de simón bolívar e francisco de miranda

Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, e do Chanceler Azeredo da Silveira ao Ministro venezuelano das Relações Exteriores, Simon Alberto Consalvi, divulgadas à imprensa em 19 de outubro de 1978:

MENSAGEM DE GEISEL

Para a Sua Excelência o Senhor Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela
Caracas-Venezuela

Na ocasião em que se inauguram solenemente, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, as estátuas, respectivamente, do Libertador Simón Bolívar e do Generalíssimo Francisco de Miranda, gentilmente doadas àquelas duas municipalidades pelo Governo da Venezuela, tenho a satisfação de transmitir a Vossa Excelência o profundo agradecimento do Governo e do povo brasileiro por esse gesto de conagração e amizade. A honrosa presença no Brasil de sua Excelência o Doutor José Luis Salcedo Bastardo, Ministro de Estado para a Ciência, Cultura e Tecnologia, à frente de ilustre comitiva de representantes dos mais altos setores políticos, militares e culturais da Venezuela, realça de maneira especial a iniciativa com que Vossa Excelência quis homenagear a Nação brasileira. Queira Vossa Excelência aceitar a certeza do apreço com que o Brasil recebe a doação venezuelana, expressão da fraternidade e entendimento que caracterizam nossas relações e símbolo dos mais altos sentimentos de solidariedade continental, compartilhados nesta homenagem que juntos prestamos a duas figuras mais representativas dos ideais latino-americanos. Cordiais saudações.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DE SILVEIRA

A Sua Excelência o Senhor
Simon Alberto Consalvi
Ministro de Estado das Relações Exteriores da Venezuela
Caracas — Venezuela

Na oportunidade da inauguração solene, no Rio de Janeiro e em São Paulo, das estátuas, respectivamente, do Libertador Simón Bolívar e do Generalíssimo Francisco de Miranda, é-me grato manifestar a Vossa Excelência minhas congratulações por esse expressivo gesto da amizade no contexto das Nações brasileira e venezuelana. A presença no Brasil, nesta ocasião, de ilustre Delegação venezuelana, chefiada por Sua Excelência o Doutor José Luiz Salcedo Bastardo, Ministro de Estado para a Ciência, Cultura e Tecnologia, constitui, para o Governo brasileiro, testemunho eloqüente do alto sentido que preside a doação das referidas estátuas pelo Governo venezuelano. A tarefa comum do aperfeiçoamento das fraternas relações entre o Brasil e a Venezuela vê-se, assim, simbolizada nessa manifestação e se realça na homenagem conjunta que nossos países prestam a duas figuras das mais representativas da História da América. Cordiais saudações.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil.

governo brasileiro manifesta pesar pela morte do presidente da argélia

Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente, interino, da República Democrática e Popular da Argélia e Presidente da Assembléia Nacional Popular, Rabah Bitad, em 27 de dezembro de 1978, por ocasião do falecimento do Presidente

daquele país, Houari Boumedienne; e a mensagem do Chanceler Azeredo da Silveira enviada, na mesma data, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Abdelazziz Latif Bouteflika, sobre o mesmo acontecimento:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Por ocasião do falecimento do Presidente Houari Boumedienne, rogo a Vossa Excelência aceitar minhas sinceras condolências, assim como as de minha esposa. Aproveito esta oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER

Com a tristeza e a emoção diante da notícia do falecimento do Presidente Houari Boumedienne, rogo a Vossa Excelência aceitar meus muito sinceros pêsames bem como os de minha esposa. Com a minha mais alta consideração.

Antonio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

aureliano chaves envia mensagem a azeredo da silveira

Mensagem enviada ao Chanceler Azeredo da Silveira pelo Vice-Presidente eleito da República do Brasil, Aureliano Chaves, em 27 de dezembro de 1978, ao retornar de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa.

No momento em que regresso ao Brasil, desejo manifestar-lhe meus agradecimentos pelo eficiente apoio que recebi das nossas representações diplomáticas em todos os locais por que passei. Ressalto a eficiência do Embaixador Sérgio Correa da Costa, do Cônsul-Geral Sérgio Portella de Aguiar, do Embaixador João Baptista Pinheiro, em Washington, do Embaixador Alarico da Silveira — dos Consulados em San Francisco, Los Angeles e Dallas e de suas respectivas equipes, do Embaixador Roberto Campos em Londres e sua dedicada equipe, e finalmente do Embaixador Ramiro Guerreiro e sua eficiente equipe pela assistência que me prestaram em Paris. Igualmente minha Senhora é grata às atenções de que foi alvo por parte das Embaixatrizes e Senhoras dos membros dessas missões. Creio que minha vinda foi proveitosa, e no Brasil terei oportunidade de falar-lhe a respeito.

Atenciosamente
Aureliano Chaves

brasil e França elaboram convenção de extradição e de cooperação judiciária

Brasil e França iniciaram, em novembro de 1978, a elaboração da Convenção de Extradição e da Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, como parte do programa de cooperação jurídica estabelecido pelos Ministros da Justiça, brasileiro e francês, durante a visita que o Presidente Valéry Giscard D'Estaing fez ao país.

A Convenção de Extradição objetiva disciplinar a entrega recíproca de delinqüentes comuns, enquanto que a Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa regulamenta o auxílio mútuo para a comunicação de atos judiciários e extrajudiciários, a execução de comissão rogatórias probatórias, a proteção a menores, o reconhecimento e a execução de sentenças judiciais e arbitrais e as execuções fundadas em documentos públicos. Foi a primeira vez que a França celebrou conversação desse tipo com um país da América Latina e, por outro lado, o Brasil não negociava qualquer tratado de Extradição desde 1961 e nunca havia celebrado Convenção de Cooperação Judiciária Civil.

itamaraty é sede do seminário sobre serviços de informação comercial

Como parte do "Programa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento", organizado pelas Nações Unidas, realizou-se em novembro de 1978, no auditório do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, o Seminário Latino-Americano sobre Serviços Nacionais de Informação Comercial, com o objetivo principal de promover a troca de experiências relacionadas com a organização e operação dos serviços de informação comercial dos países participantes.

O seminário foi aberto no dia 6 daquele mês pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, tendo os seus participantes, entre eles oito brasileiros, analisado e discutido, durante o encontro, a experiência de seis serviços de informação comercial de países da América Latina, bem como examinado técnicas selecionadas de informação comercial. A coordenação do seminário esteve a cargo do Centro de Comércio Internacional UNCTAD/

GATT, com a colaboração do Centro Interamericano de Comercialização.

ministro da educação do brasil visita a França

Os novos programas de ensino nos setores rural e de assistência ao menor nas periferias das grandes cidades brasileiras foram o tema da palestra mantida entre o Ministro da Educação e Cultura do Brasil, Euro Brandão, e o Ministro da Educação Nacional da França, Christian Beullac, no dia 27 de outubro de 1978, por ocasião da visita que o representante brasileiro fez àquele país. Euro Brandão se fez acompanhar do Embaixador brasileiro na Unesco, Geraldo Egídio da Costa Cavalcanti, e pelo Embaixador Paulo Carneiro, tendo o Ministro francês feito uma exposição sucinta dos trabalhos e organização de seu ministério, interessando-se ainda a respeito da experiência do Brasil na descentralização do ensino.

brasil eleito membro permanente da organização internacional do trabalho

O Brasil passou a integrar, em novembro de 1978, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho — OIT, na qualidade de membro permanente, em decorrência de ter sido classificado "de maior importância industrial" entre os dez Estados membros daquela organização. Segundo disse o representante brasileiro no Conselho de Administração da OIT, professor Arnaldo Sussekind, ao aceitar a indicação, "esse novo **status** do Brasil não significa o abandono das posições que temos defendido para a reforma das estruturas da organização, nem nosso afastamento das demais posições dos países em desenvolvimento".

Há três anos o Brasil é membro titular do Conselho de Administração da OIT, tendo sido reeleito em junho último para novo período. Recentemente também, a Assembléia Geral da ONU elegeu o candidato brasileiro, com a maior votação, para a Corte Internacional de Justiça e deu ao Brasil o seu quarto mandato consecutivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, fato inédito para um país em desenvolvimento. Este mandato terá início no dia 1.º de janeiro de 1979.

consórcio de empresas brasileiras e alemãs reúne-se em Brasília

Realizou-se em Brasília, de 5 a 7 de dezembro de 1978, a primeira reunião dos consórcios de empresas comerciais do Brasil e da República Democrática Alemã, que teve por objetivo analisar o desenvolvimento das diversas operações previstas no Memorando de Entendimento assinado entre os dois países em julho deste ano. Durante o encontro foram debatidas também as medidas necessárias ao melhor desempenho das empresas participantes e examinadas as operações comerciais para 1979.

A próxima reunião do consórcio será realizada em Berlim, em meados de 1979. O consórcio brasileiro é composto pelas empresas Brasilinvest S/A, Cobec, Interbrás S/A, Frutesp S/A, Port Trading S/A, e Still S/A, enquanto que as empresas Nahrung/Genussmittel, Textilcommerz, Fruchtimex, Chemie Export-Import, WMW Export, Elektrotechnik, Unitechna, Maschinen Export, Intrac, e Bergbau-andel, integram o consórcio alemão.

Brasil fornece barcos a empresa angolana

Os estaleiros Mac Laren do Brasil vão fornecer barcos pesqueiros à empresa angolana de pesca Marafrica, em decorrência de contrato assinado, em Luanda, no mês de outubro de 1978. As negociações resultaram dos entendimentos mantidos entre o Ministro das Pescas de Angola e o Embaixador brasileiro naquele país, Rodolpho de Souza Dantas. Na cerimônia de assinatura do contrato, o Ministro das Pescas de Angola manifestou a sua intenção de desenvolver a cooperação com o Brasil, especialmente no que diz respeito à formação de técnicos para o setor.

Brasil ganha medalha na feira internacional de Bagdá

O chefe do setor comercial da Embaixada do Brasil no Iraque, Secretário Paulo Alberto Soares, na qualidade de diretor do pavilhão brasileiro na XV Feira Internacional de Bagdá, recebeu em outubro de 1978, do Ministro do Comércio daquele país, um certificado e medalha referente à participação do Brasil naquele evento. A distinção foi entregue durante a cerimônia de encerramento da feira, tendo sido prevista, na ocasião, como primeiros resultados da participação brasileira, a possível renovação do contrato da State Automobile Enterprise com a Volkswagen do Brasil para a compra de mil a duas mil unidades de veículos Passat, além de prováveis vendas de equipamentos exibidos pela Interbrás às diferentes companhias estatais interessadas.

João Havelange condecorado na Costa do Marfim

O presidente da Federação Internacional de Futebol-FIFA, João Havelange, foi condecorado no dia 24 de novembro de 1978 com a Ordem Nacional do Mérito da Costa do Marfim pelo Ministro da Juventude e dos Esportes daquele país, Laurent Dona Fologo. A cerimônia de condecoração, que teve a presença do Embaixador brasileiro na Costa do Marfim, Octávio Rainho da Silva Neves, foi realizada na cidade de Abidjã, por ocasião da visita oficial de dois dias que João Havelange fez àquele país.

A visita de João Havelange à Costa do Marfim recebeu grande destaque da imprensa marfiniana e entusiasmou os meios esportivos locais. Em entrevista à televisão daquele país, Havelange disse que cumpriu todas as promessas feitas quando de sua eleição para a FIFA, em 1974, e que está lutando pessoalmente, no momento, para o desenvolvimento do futebol e do esporte na África.

índice

síntese	3
giscard d'estaing em Brasília reforça entendimento Brasil-França discursos dos presidentes Ernesto Geisel, do Brasil, e Giscard d'Estaing, da França, durante jantar oferecido pelo chefe de Estado brasileiro ao presidente francês	7
presidente da França no Congresso Nacional: justiça fundamenta nova ordem econômica mundial discursos do senador Jarbas Passarinho, do deputado Pacheco Chaves e do presidente Giscard d'Estaing, em Brasília, durante a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao chefe de Estado francês	12
a visita do presidente francês ao Supremo Tribunal Federal discursos do ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin e do presidente francês por ocasião de sua visita ao Supremo Tribunal Federal	20
Geisel a Giscard d'Estaing: amplas áreas de convergência entre Brasil e França discurso do presidente Geisel durante banquete oferecido a Giscard d'Estaing no clube do Exército em Brasília	23
na declaração conjunta, destaque para os entendimentos econômicos declaração conjunta entre Brasil e França assinada em Brasília pelos presidentes Ernesto Geisel e Valéry Giscard d'Estaing	24

giscard d'estaing visita são paulo	
discurso do presidente da França, em São Paulo, durante almoço que lhe foi oferecido pelo governador Paulo Egydio Martins	27
troca de notas sobre a lagoa Mirim e o projeto Jaguarão	
discursos dos chanceleres Adolfo Folle Martínez, do Uruguai, e Azeredo da Silveira, do Brasil, na solenidade de troca de notas estabelecendo mecanismos operativos para o tratado da Bacia da Lagoa Mirim	31
v reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica	
discurso de Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, ao inaugurar os trabalhos da reunião	35
comissão Brasil-RFA de cooperação científica e tecnológica	
discurso do secretário-geral do MRE, no Palácio Itamaraty de Brasília, na abertura dos trabalhos da VIII reunião	37
presidente Geisel fala à nação no fim do ano	
mensagem de final de ano do presidente brasileiro transmitida ao país através de uma cadeia de rádio e tv	39
Silveira analisa a intensa atividade diplomática brasileira	
discursos do secretário-geral do Itamaraty e do chanceler Azeredo da Silveira por ocasião dos cumprimentos de Natal dos funcionários do Ministério	43
chanceleres dos países da Bacia do Prata reúnem-se em Punta del Este	
discursos dos chanceleres do Uruguai e do Brasil em Punta del Este na abertura da reunião	49
o seminário sobre serviços de informação comercial	
discurso de Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty, por ocasião da abertura do seminário	55
chanceler Saúda os novos diplomatas do Itamaraty	
discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores ao receber os terceiros-secretários graduados em 1978 pelo Instituto Rio Branco	59
bolsistas estrangeiros recebem diploma do Instituto Rio Branco	
discurso de Silveira durante a solenidade de entrega dos diplomas	63
a terceira sessão da comissão mista Brasil-Itália	
ata final da sessão, assinada em Roma, pelos presidentes das delegações brasileira e italiana	65
a homenagem do corpo diplomático ao chanceler brasileiro	
discursos do núncio apostólico e do ministro de Estado das Relações Exteriores, no Clube Naval de Brasília, na homenagem do corpo diplomático ao chanceler brasileiro	71
Brasil e Chile ratificam convênio de cooperação cultural e científica	
discursos do chanceler brasileiro e do embaixador chileno por ocasião da troca dos instrumentos de ratificação	75
a eleição do papa João Paulo II	
declaração do ministro de Estado à imprensa	77

o brasil na xx conferência geral da unesco, em paris	
discurso do ministro da educação e cultura do brasil durante a conferência	81
azeredo da silveira defende universalização da política externa brasileira	
entrevista do chanceler brasileiro ao jornal do brasil em 24 de dezembro de 1978	87
itamaraty e senado federal assinam convênio para acesso recíproco a sistemas de informações	
discurso de azeredo da silveira no senado federal na solenidade de assinatura do convênio	91
política externa: comentários do chanceler	
trechos da entrevista coletiva do ministro azeredo da silveira à imprensa brasileira em 21 de dezembro de 1978	93
corpo diplomático homenageia presidente geisel ao final do ano	97
relação diplomáticas	
entrega de credenciais	99
tratados, acordos, convênios	
os acordos entre o brasil e a república francesa	
acordo básico de cooperação interuniversitária	101
acordo de cooperação tecnológica industrial	103
acordo sobre execução das cartas rogatórias	104
acordo sobre cooperação no campo da energia solar	104
declaração de intenção	105
brasil e uruguai estabelecem mecanismos operativos ao tratado da bacia da lagoa mirim	
troca de notas entre os ministros das relações exteriores do uruguai e do brasil estabelecendo os mecanismos operativos;	106
nota de constituição da subcomissão coordenadora e nota de constituição do grupo de trabalho	106
brasil e canadá assinam quatro ajustes sobre cooperação técnica	106
ajuste sobre capacitação de pessoal no setor de comunicações	107
ajuste sobre cooperação com a universidade federal de viçosa	108
ajuste sobre cooperação com o irdeb e o prontel	110
ajuste sobre cooperação com a universidade estadual de campinas	112
usina de itaipu terá duas turbinas de reserva	
acordo firmado em Brasília através de notas trocadas entre os ministros das relações exteriores do brasil e do paraguai	114
brasil e chile ratificam convênio de cooperação cultural e científica	
ata da cerimônia de troca de instrumentos de ratificação do convênio de cooperação cultural e científica realizada no palácio itamaraty em Brasília	114
promulgação e aprovação de acordos	
atos diplomáticos aprovados pelo congresso nacional	115
atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional	115

comunicados e notas

comunicado de imprensa relata os entendimentos de giscard d'estaing no brasil	117
a reunião dos chanceleres brasileiro e uruguaio em montevidéu	118
a v reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação econômica	118
a viii reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica	119
brasil deseja harmonia continental na américa latina	119
itaipu é tema de reunião entre brasil e paraguai	120
helmut schmidt vem ao brasil em 1979	120
governo brasileiro ratifica o tratado de cooperação amazônica	120
cônsules peruanos no brasil têm isenção aduaneira para importações	120
governo brasileiro concede permissões complementares no tráfego com a argentina	121

excertos e ênfases

embaixador chileno deixa suas funções em brasília	123
ao deixar brasília, embaixador da bélgica recebe a cruzado do sul	125

mensagens

giscard d'estaing agradece hospitalidade brasileira	127
a posse do novo ministro das relações exteriores e culto da argentina	127
o terceiro aniversário da independência da angola	127
associações cumprimentam silveira pela regularização do transporte entre o brasil e a argentina	128
presidente geisel envia felicitações ao novo papa	128
geisel agradece à venezuela doação de estátuas de simon bolivar e francisco de miranda	128
governo brasileiro manifesta pesar pela morte do presidente da argélia	129
aureliano chaves envia mensagem a azeredo da silveira	129

notícias

brasil e França elaboram convenções de extradição e de cooperação judiciária	131
itamaraty é sede do seminário latino-americano sobre serviços nacionais de informações comerciais	131
ministro da educação do brasil visita a França	131
brasil eleito membro permanente da organização internacional do trabalho	131
consórcio de empresas brasileiras e alemãs reúne-se em brasília	132
brasil fornece barcos a empresa angolana	132
brasil ganha medalha na feira internacional de bagdá	132
joão havelange condecorado na costa do marfim	132